



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA E LITERATURA

MARIA RACHEL FIÚZA MOREIRA

HISTÓRIAS (E)DITADAS: UM ARQUIVO QUE SE QUER MEMÓRIA

Maceió
2019

MARIA RACHE FIÚZA MOREIRA

HISTÓRIAS (E)DITADAS: UM ARQUIVO QUE SE QUER MEMÓRIA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas, para a obtenção do grau de doutorado em Linguística.

Linha pesquisa:
Discurso - Sujeito, História e Ideologia.

Orientadora:
Profa. Dra. Maria do Socorro Aguiar de Oliveira
Cavalcante

Maceió
2019

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

M838h Moreira, Maria Rachel Fiúza.
Histórias (e)ditadas : um arquivo que se quer memória / Maria Rachel Fiúza
Moreira. – 2019.
148 f. : il. color.

Orientadora: Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante.
Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Alagoas.
Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura.
Maceió, 2019.

Bibliografia: f. 139-148.

1. Jornal nacional (Programa de televisão). 2. Análise de discurso. 3.
Telejornalismo. 4. Memória coletiva. 5. Arquivos. I. Título.

CDU: 81'42:070



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA E LITERATURA



TERMO DE APROVAÇÃO

MARIA RACHEL FIÚZA MOREIRA

Título do trabalho: "HISTÓRIAS (E)DITADAS: Um arquivo que se quer memória"

Tese aprovada como requisito para obtenção do grau de DOUTORA em LINGUÍSTICA, pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:

Prof. Dra. Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante (PPGLL/Ufal)

Examinadores:

Prof. Dra. Lídia Maria Marinho da Pureza Ramires (Ufal)

Prof. Dr. Heder Cleber de Castro Rangel (Ufal)

Prof. Dra. Belmira Rita da Costa Magalhães (PPGLL/Ufal)

Prof. Dr. Helson Flávio da Silva Sobrinho (PPGLL/Ufal)

Maceió, 31 de outubro de 2019.

AGRADECIMENTOS

Ao Rodrigo, filho querido, por existir.

Aos meus pais, Yola e Zé Otávio, à Ci, Caim, Dan, Zezé, cunhadas e sobrinhos pelo carinho, apoio e incentivo, sempre presentes, de longe ou bem de pertinho.

À professora Socorro Aguiar, pela acolhida na orientação sempre tão firme e gentil. Com você, o caminho foi mais tranquilo!

À professora Belmira Magalhães, pelas preciosas observações e contribuições na banca de qualificação e ao longo de todo percurso. Professora e amiga muito querida!

Ao amigo Heder Rangel, parceiro de tantas viagens e caminhadas, pela generosidade sem medida, por compartilhar tempo e lugares.

À amiga Lídia Ramires, pelo carinho e apoio em todas as fases dessa jornada que começou bem antes. Jamais esquecerei o incentivo e a acolhida nas doces tardes de sábado!

Ao professor Helson Sobrinho, pelo afeto acolhedor, pelas conversas e provocações que me deixavam com a cabeça a mil...

Ao professor Sóstenes Ericson, Virgínia Borges e a todos os professores do PPGLL-UFAL, pelo convívio e pelas contribuições nas salas de aula e nos corredores da FALE.

Agradeço à querida amiga Ana Paula, pelas contribuições e pelo cuidadoso trabalho de revisão, e aos queridos amigos de jornada acadêmica: Diego, Juliana, Cíntia, Diego Simões, Fabiano, Simone, Alexandre, Josefa, Silvana e tantos outros, pelo carinho e troca de experiências durante os quatro anos de pesquisa e formação.

Aos colegas do grupo de pesquisa GEDON e da UNIT Alagoas.

E a todos e todas que direta e/ou indiretamente contribuíram para a realização desta pesquisa.

A memória desperta é contraditória, como nós. Nunca está quieta e, conosco, vai mudando. Não nasceu para âncora, tem, antes, a vocação da catapulta. Quer ser ponto de partida, não de chegada.

*A impunidade é filha da má memória.
(GALEANO, 2009)*

RESUMO

Esta tese está fundamentada nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso (AD), uma disciplina de Interpretação que trabalha na articulação da Linguística, do Materialismo Histórico e da Psicanálise ou, como posto por Eni Orlandi (2000), no entremeio. Nossa pesquisa analisa os efeitos de sentidos que atravessam o *site* Memória Globo, no que se refere aos arquivos do Jornal Nacional (JN), da Rede Globo de Televisão. O Jornal Nacional (JN) foi o primeiro telejornal exibido em rede nacional no Brasil, a partir de 1º de setembro de 1969, e é o que está há mais tempo em exibição na TV brasileira, além de ser o programa de maior audiência entre os de conteúdo jornalístico. O que nos interessa, sobretudo, nesta tese, são questões que apontam posicionamentos nas superfícies discursivas e que compõem a chamada “memória” do JN, envolvendo os principais eventos noticiosos em cada década, a partir de 1970 até 2010. Nos vários *links* do arquivo, enunciados vão apresentando as reportagens (vídeos) selecionadas para compor a memória do programa em cinco décadas. Nosso movimento investigativo se debruça ao olharmos para o passado - memória/arquivo -, que insiste em ser guardado/apresentado à sociedade. Nesse sentido, buscamos, principalmente, em Pêcheux (2006, 2009, 2010, 2014), Courtine (2003, 2006, 2009) e Orlandi (1992, 2000, 2012, 2014) as bases para a compreensão desses conceitos e categorias, pensando o arquivo e a memória a partir de uma perspectiva discursiva, considerando sempre seu caráter histórico, cultural, político e ideológico. No nosso percurso de análise, buscamos compreender os funcionamentos que subjazem a elaboração do arquivo, observamos o que foi selecionado, isto é, o quê, do ponto de vista da empresa, mereceu ser destacado no meio de tantos acontecimentos. Um arquivo que, apesar de ser afetado por uma visão cronológica como uma sucessão de fatos, entendemos ser interessado, e não apenas um frio banco de dados arquitetado por sujeitos que se anunciam como editores de histórias que já foram exibidas nos telejornais, considerando ainda que não se deve tomar o arquivo como uma evidência. Os discursos, ao circularem na sociedade, trazem uma memória de outros dizeres, ditos anteriormente, em outros lugares, em outras circunstâncias, mobilizando círculos de integralização instantâneos de organizações sócio-políticas. Desse modo, entendemos que o *site* Memória Globo/Jornal Nacional, através de gestos seletivos, faz circular sentidos a partir de uma posição ideológica, que, em um movimento de lembrança, acaba apagando a memória histórica. E assim, silencia, ao mesmo tempo, sua posição político-empresarial.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Jornalismo; Memória; Arquivo.

ABSTRACT

This thesis is based on the theoretical and methodological assumptions of the Discourse Analysis (DA), an Interpretation discipline that works in the articulation of Linguistics, Historical Materialism, and Psychoanalysis or, as put by Eni Orlandi (2000), in the inset. Our research analyzes the effects of meanings that are present in Memory Globo *website*, concerning the archives of Jornal Nacional (**JN**), of the Rede Globo de Televisão. The Jornal Nacional (**JN**) was the first nationally televised newscast in Brazil, starting on September 1, 1969, and is the longest-running on Brazilian TV, besides being the most-watched journalistic content program. What interests us above all, in this thesis, are questions that point out positions on the discursive surfaces, which compose the so-called “memory” of the **JN**, involving the main news events in each decade, from 1970 to 2010. In the various *links* of the file, statements present the selected reports (videos), to compose the program's memory in five decades. Our investigative process looks at the past - memory/archive -, which insists on being kept/presented to society. In this sense, we mainly seek in Pêcheux (2006, 2009, 2010, 2014), Courtine (2003, 2006, 2009), and Orlandi (1992, 2000, 2012, 2014) the bases to understand these concepts and categories, thinking about the archive and memory from a discursive perspective, always considering its historical, cultural, political, and ideological character. In our analysis, we seek to understand the operations that underlie the preparation of the archive; we observed what was selected, which, from the company's point of view, deserved to be highlighted amid so many events. We understand that a file is biased, despite being affected by a chronological view as a succession of facts, and not just a cold database designed by subjects who announce themselves as editors of stories that have already been shown on the news, furthermore, we believe that one should not take the file as evidence. The discourses, when circulating in society, bring to memory other accounts, previously stated, in other places, in other circumstances, mobilizing instantaneous circles of integration of socio-political organizations. Thus, we understand that the *website* Memoria Globo/Jornal Nacional, through selective gestures, circulates meanings from an ideological position, which, in a memory process, ends up erasing the historical memory. Moreover, it silences, at the same time, its political-corporative position.

Keywords: Discourse Analysis; Journalism; Memory; Archive.

RESUMEN

Esta tesis se basa en los supuestos teórico-metodológicos del Análisis del Discurso (DA), una disciplina de Interpretación que trabaja en la articulación de la Lingüística, el Materialismo Histórico y el Psicoanálisis o, como dice Eni Orlandi (2000), en el entremedio. Nuestra investigación analiza los efectos de los sentidos que atraviesan el sitio web de Memoria Globo, en relación con los archivos del Jornal Nacional (JN), de la Red Globo de Televisión. El Jornal Nacional (JN) fue el primer noticiero de televisión en red nacional de Brasil, a partir del 1 de septiembre de 1969, y es el que más tiempo ha sido transmitido en la televisión brasileña, además de ser el programa con mayor audiencia entre los de contenido periodístico. Lo que nos interesa, especialmente en esta tesis, son los temas que apuntan a posiciones sobre las superficies discursivas y que conforman la llamada "memoria" de la JN, que involucran los principales acontecimientos noticiosos de cada década, desde 1970 hasta 2010. En los distintos enlaces del archivo se presentan declaraciones que presentan los informes (videos) seleccionados para componer la memoria del programa en cinco décadas. Nuestro movimiento de investigación se inclinó mientras mirábamos al pasado - memoria/archivo -, que insiste en ser conservado/presentado a la sociedad. En este sentido, buscamos, principalmente, en Pêcheux (2006, 2009, 2010, 2014), Courtine (2003, 2006, 2009) y Orlandi (1992, 2000, 2012, 2014), las bases para entender estos conceptos y categorías, pensando el archivo y la memoria desde una perspectiva discursiva, siempre considerando su carácter histórico, cultural, político e ideológico. En el curso de nuestro análisis, buscamos comprender las funciones que subyacen a la preparación del archivo, observamos lo que se seleccionó, lo que, desde el punto de vista de la empresa, merecía ser destacado en medio de tantos eventos. Un archivo que, a pesar de estar afectado por una visión cronológica como una sucesión de hechos, entendemos que es interesado y no solo una fría base de datos diseñada por sujetos que se anuncian como editores de historias que ya han sido mostradas en programas de noticias, considerando también que no se debe tomar el archivo como evidencia. Los discursos, a medida que circulan en la sociedad, traen un recuerdo de otros dichos, expuestos anteriormente, en otros lugares, en otras circunstancias, movilizándolo a los círculos de integración instantánea de las organizaciones sociopolíticas. Así, entendemos que el sitio web Memoria Globo/Jornal Nacional, a través de gestos selectivos, hace circular el sentido desde una posición ideológica que, en un movimiento de recordación, acaba por borrar, la memoria histórica. Y así, al mismo tiempo, silencia su posición político-corporativa.

Palabras clave: Análisis del discurso; Periodismo; Memoria; Archivo.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	ANÁLISE DO DISCURSO E MÍDIA JORNALÍSTICA	17
2.1	AD e mídia Jornalística: estabelecendo relações	17
2.2	A Televisão no Brasil e a TV Globo: um projeto de jornalismo em rede	27
2.3	O Discurso jornalístico na TV e na Internet: a convergência midiática em funcionamento	41
3	ARQUIVO, MEMÓRIA E ESQUECIMENTO	46
3.1	Do efêmero ao “permanente”: o telejornal e o arquivo	46
3.2	Arquivo e Memória: impossível separar.	56
3.3	A memória e o esquecimento no arquivo	65
4	ARQUIVO E MEMÓRIA NA ILHA DE EDIÇÃO	69
4.1	Na pauta da memória: como as histórias são (e)ditadas.....	69
4.2	A linha editorial como representação da forma-sujeito do discurso: eixo ideológico que norteia os sentidos.....	75
5	UM ARQUIVO QUE SE QUER MEMÓRIA	77
5.1	O arquivo do Jornal Nacional dentro do Memória Globo: o jornalismo pelo espelho retrovisor	77
5.2	Fatos (e)ditados: escolhas e silenciamentos.....	92
5.3	Acontecimentos discursivos que se inscrevem na memória.....	104
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
	REFERÊNCIAS	139

1 INTRODUÇÃO

O verdadeiro esquecimento talvez não seja o vazio, mas o fato de imediatamente colocar uma coisa no lugar de outra, em um lugar já habitado, de um antigo monumento, de um antigo texto, de antigo nome. Ou ainda voltar atrás passando por cima de um passado recente, obliterado em favor de um mais antigo (ROBIN, 2016).

O passado é o nosso presente nesta tese! Presente no sentido de tempo cronológico e também como dádiva. Um exercício desafiador em olhar para trás sem perder a noção do hoje. Ainda mais, quando somos tomados pelo mito de viver num país sem memória; brasileiro é um povo que esquece fácil! Quem nunca ouviu isso antes? É assim que somos falados. Pré-construídos que circulam na sociedade produzindo sentidos, os mais variados, instaurando memória. Então, se é assim, não se perde tempo e os espaços vão sendo ocupados ou, como posto na epígrafe, o esquecimento não é o vazio.

Sim, os espaços vão sendo ocupados. Um arquivo de memórias a ser produzido e preservado, porque, se observarmos melhor, estamos cercados de arquivos por todos os lados. Arquivos que guardam, revelam, mas que também escondem, silenciam. Arquivo morto, vivo, secreto e tantas outras denominações que a língua e os sentidos são capazes de apresentar. Arquivo que é possível compreender como memória de histórias. Histórias que puderam ser (e)ditadas e exibidas nos veículos midiáticos e que, posteriormente, foram transformadas em arquivo da era digital, longe da poeira das gavetas ou dos papéis amarelados pelo tempo. Arquivo posto no território fluido do ciberespaço. Um passado arquivado na nuvem ou nas máquinas, guardado com ilusão de ser completo e transparente. Vivemos numa época de saturação causada pelos fantasmas do “tudo guardar”, que nos acompanha na imensidão do mundo virtual (ROBIN, 2016).

Arquivo, memória e sentidos vão nos mover nesta pesquisa. Mover e inquietar, porque quando entramos nessa Rede/WEB somos lançados no emaranhado de **nós** que vão, segundo Caldas (2001, p. 27), “prendendo e soltando, atando e desatando, trazendo e levando, inspirando e expirando”, fácil de entrar, difícil de sair! E já adiantamos que não seremos meros espectadores acessando histórias a serem contadas passivamente, porque nosso movimento exploratório

está ancorado numa teoria científica, que também é política. Ou, de outro modo, como diz Guilhaumou e Maldidier (2014, p. 170), por “aquilo que instala o social no interior do político”.

Nosso caminho está fundamentado nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso, uma disciplina de Interpretação que vai trabalhar na articulação da Linguística, do Materialismo Histórico e da Psicanálise ou, como posto por Orlandi (2000), no entremeio. É desse lugar que o filósofo francês Michel Pêcheux propõe pensar o **discurso**, sua estrutura e acontecimento, ou seja, seu funcionamento. Discurso como objeto teórico, compreendido aqui como efeitos de sentido entre interlocutores, e não como uma fala, uma transmissão de mensagens. Um objeto - o discurso - que apresenta regularidades e instabilidades, podendo se apresentar em diversas materialidades: sejam essas textuais, imagéticas ou multimodais. Na contemporaneidade, é a **Mídia** um espaço significativo de observação dos discursos que circulam na sociedade. Entretanto, esse campo midiático é vasto. Portanto, faz-se necessário delimitar e dizer sobre qual Mídia estamos falando.

Sendo assim, nosso trabalho de análise vai se voltar prioritariamente para o discurso da/na mídia jornalística. Predominantemente, esse tipo de discurso é construído a partir de acontecimentos diários e cotidianos que são selecionados para serem veiculados como notícia nas páginas dos jornais e revistas, pelas ondas do rádio, nas telas de TV ou nos inúmeros portais/sites jornalísticos espalhados pela Rede/WEB. Contudo, nesta pesquisa, nosso olhar não se volta necessariamente para esses acontecimentos, para sua produção no tempo presente. Sim, esses acontecimentos importam, porém, nos direcionaremos, de maneira particular, para o que estamos denominando histórias (e)ditadas que foram arquivadas.

Um discurso que será analisado através do espelho retrovisor, sem, no entanto, desconsiderar o momento presente, as condições de produção em que foi produzido - olhar o passado no presente. Porque, além do arquivo, tem também o *discurso sobre* o que foi arquivado e por que foi arquivado, uma necessidade aparente de explicar como aconteceu a cobertura jornalística realizada pela emissora. Sendo assim, nosso objetivo é analisar um movimento duplo de discurso que, inevitavelmente, reflete e refrata o **gesto de escolha**, ou melhor, o *gesto de interpretação* (ORLANDI, 2012) na **edição** do arquivo que compõe o portal de memória das Organizações Globo na Internet, denominado **Memória Globo**. Nesse

caminho, compartilhamos com Silva Sobrinho (2018, p. 65) o desejo de que nossos gestos de interpretação “sejam efetivamente capazes de compreender e de atuar nas contradições discursivas que a formação econômico-social capitalista instaurou e, a todo custo, tem tentado ordinariamente, mantê-las como naturais e eternas”, ou seja, compreender o gesto de análise como um gesto político no mundo, colocando ‘em suspeita’ o óbvio e desvelando sentidos.

Como o caminho na Rede/Internet é longo e o horizonte amplo demais, foi necessário ajustar o foco. O nosso foi direcionado para a área do **Jornal Nacional (JN)**, primeiro telejornal exibido em Rede Nacional, desde 1º de setembro de 1969, e que está há mais tempo em exibição na TV Brasileira, além de ser o programa de maior audiência entre os de conteúdo jornalístico e de ter o horário mais caro para anunciar na televisão aberta do país. Apesar do avanço e da influência das Redes Sociais, a chamada grande mídia, especialmente, a televisão, ainda ocupa o lugar de destaque no cenário midiático brasileiro, principalmente, o Grupo Globo.

Faz-se necessário compreender que o golpe militar de 1964 trouxe mudanças significativas na área das Comunicações no Brasil, pois era interesse do governo ditatorial expandir seu domínio e influência em todas as regiões do país. Os militares acreditavam que os veículos de comunicação, principalmente a televisão e o rádio, eram fundamentais para o projeto de poder que tinham para o país. Nesse sentido, a criação do **Jornal Nacional** fez parte de um projeto político-empresarial da emissora apoiado diretamente pelo Estado que viabilizou a infraestrutura para a formação das redes televisivas (atendendo aos interesses da emissora) e a difusão de uma imagem única do país (conforme a estratégia dos militares da época).

Nosso movimento investigativo nesta tese se debruçou para um passado - **arquivo/memória** - que insiste em ser guardado/apresentado à sociedade. Nesse sentido, buscamos, principalmente, em Pêcheux (2006, 2009, 2010, 2014), Courtine (2003, 2006, 2009) e Orlandi (1992, 2000, 2012, 2014) as bases para a compreensão desses conceitos e categorias, pensando o arquivo e a memória a partir de uma perspectiva discursiva, considerando sempre seu caráter histórico, cultural, político e ideológico.

No arquivo, observamos o que foi selecionado, isto é, o quê, do ponto de vista da empresa, mereceu ser destacado no meio de tantos acontecimentos. Um arquivo que, apesar de ser afetado por uma visão cronológica como uma sucessão de fatos, entendemos ser interessado, e não apenas um frio banco de dados arquitetado por

sujeitos que se anunciam como editores de histórias que já foram exibidas na televisão, considerando ainda que não se pode tomar o arquivo como uma evidência. De outro modo, Magalhães e Silva Sobrinho (2014, p. 125) entendem que não podemos ignorar que “todo arquivo é uma prática social constituída por gestos de interpretação que, como tal, tem como premissas as condições materiais de produção que permitiram sua efetivação e a ideologia predominante na sua elaboração”. Importa trabalhar a historicidade na leitura do arquivo por ser ele o resultado de práticas sócio-históricas e questionar: em que condições históricas determinado arquivo foi produzido?

Compreendemos que todo arquivo pode expor e fazer circular, mas também, esconder determinados assuntos. Alguns vão merecer destaque, outros serão ignorados. Nem tudo que é arquivado ficará acessível para ser explorado por aqueles não autorizados institucionalmente. Esse é o efeito ideológico que vai orientar a produção do arquivo, um espaço de poder, de autoridade que determina o que será selecionado e ordenado para se ter acesso às informações. Ou seja, como diz Romão et al. (2011, p. 12), os arquivos vão operar numa “tensão entre o que pode e deve ser dito e o que pode e deve ser arquivado para circular ao público ou para dele se esconder”. No entanto, de maneira geral, essa tensão é apagada, o arquivo se mostra com um efeito de evidência que faz com que aquilo que é apresentado seja tomado como o que há para saber sobre os fatos. No arquivo, há um movimento pendular de presença e ausência.

Vamos também entender que após a invenção de uma máquina denominada *videotape* tudo que é produzido e veiculado nos telejornais ganha a possibilidade de ser arquivado e, de fato, as emissoras passam a ter os próprios centros de documentação onde os programas ficam guardados para uso posterior, principalmente, da própria emissora. O público externo precisa de autorização para ter acesso a esses arquivos. Com o avanço da tecnologia, o processo de arquivamento se expande exponencialmente, deixando de ser apenas físico (guardado em fitas magnéticas) para ser digital. Entretanto, nem tudo será disponibilizado para ser acessado. É nesse aspecto que o controle será exercido. Se no campo vasto da Internet o imaginário de completude se faz presente, quando analisamos o campo do *site* **Memória Globo/Jornal Nacional**, podemos perceber os muitos limites, suas bordas são sempre delimitadas. Nem tudo está disponível!

Esse arquivo **MG/JN** nos possibilita compreender o olhar daquele que é considerado o mais importante telejornal da emissora sobre os fatos do cotidiano que foram escolhidos e selecionados para compor o arquivo/memória do programa. Uma escolha com base em seu perfil editorial e também na imagem que o telejornal construiu para seus telespectadores ao longo de décadas e, conseqüentemente, para quem acessa esse campo de pesquisa na Internet. Assim, entendemos, a partir de Mariani (2003, p. 33), que o “discurso jornalístico toma parte no processo histórico de seleção dos acontecimentos que serão recordados no futuro”. O arquivo em análise é parte, um recorte desse processo. No entanto, compreendemos que um discurso sobre o passado não é, necessariamente, a memória do que aconteceu.

Intitulada **Histórias (e)ditadas: um arquivo que se quer memória**, esta tese adota como parâmetro de análise o estudo do discurso jornalístico que vai além do que estabelece o modelo focado na relação emissor/mensagem/receptor. Modelo básico, tido como pré-requisito das comunicações humanas, esquema que fomenta um tratamento linear e pontual entre fontes, mensagens e receptores (ORLANDI, 2000). Logo, não tratamos a comunicação como mera troca de informações. Com isso, buscamos desvelar os efeitos de sentido que atravessam os arquivos que fazem parte do nosso *corpus* de pesquisa. Desejamos não considerar, apenas, a evidência do arquivo como sendo um conjunto de textos e vídeos possíveis de serem acessados, mas, depreender as discursividades que o constituem. Entendemos essa constituição do arquivo como uma prática, a partir dos termos de Pêcheux (2012, p. 24), quando ainda assinava seus textos como Thomas Herbert. Para o autor, no sentido geral, prática é “todo processo de transformação de uma matéria-prima dada em um produto determinado, transformação efetuada por um trabalho humano determinado, utilizando meios de produção determinados”.

Os discursos, ao circularem na sociedade, trazem uma memória de outros dizeres, ditos anteriormente, em outros lugares, em outras circunstâncias. Uma memória que reverbera nos discursos atuais. Dizeres que falam antes, independentemente, num movimento interferente que se realiza de maneira incisiva dentro das relações sociais. Discursos que têm sua elaboração através dos sujeitos, mas, que, no entanto, não se originam neles.

Esta tese está organizada em quatro seções, além desta introdução e das considerações finais. Intitulada **Análise do discurso e mídia jornalística**, a

segunda seção discorre sobre os fundamentos da Análise do Discurso Pecheuxtiana, estabelecendo relações com a Mídia Jornalística, relações essas muitas vezes conflituosas. Antes de estabelecer essas relações, foi necessário contextualizar historicamente a Análise do Discurso, suas desconstruções e reconfigurações a partir da sua formulação inicial. A seção aborda também a relevância da televisão no Brasil como mídia de massa e o projeto de um jornalismo em Rede Nacional implantado pela TV Globo no país. Um projeto polêmico com desdobramentos e consequências que influenciaram a imagem do principal telejornal da emissora - **Jornal Nacional**, foco da nossa pesquisa. Para tanto, partimos de reflexões sobre as condições de produção da televisão brasileira. Abordamos ainda a questão do funcionamento da chamada Convergência Midiática na relação entre o discurso jornalístico na TV e na Internet.

Na terceira seção, denominada **Arquivo, memória e esquecimento**, trazemos reflexões sobre a questão da efemeridade de um telejornal e a necessidade de permanência do arquivo; as diversas fases do desenvolvimento tecnológico que possibilitaram mudanças no modo de produzir conteúdo televisivo e que viabilizaram a criação dos arquivos eletrônicos. Discutimos também os conceitos de arquivo e memória a partir da perspectiva discursiva, categorias fundamentais na Análise do Discurso e que entendemos ser impossível separá-las porque todo arquivo traz em si traços da memória produzindo uma rede de sentidos diversos. Abordamos ainda a relação entre memória e esquecimento no arquivo, estabelecendo conexões com a política do silêncio/silenciamento nos termos de Orlandi (1992).

Na quarta seção, colocamos **A memória na ilha de edição** para mostrar o funcionamento do discurso jornalístico na televisão que produz as histórias (e)ditadas, um caminho que vai da pauta¹ ao arquivo. Discutimos também o movimento do poder de quem (e) dita e a linha editorial como representação da Forma-sujeito do discurso jornalístico, eixo ideológico que norteia os sentidos. Em qualquer processo jornalístico, a “mão-invisível” do editor se fará presente, até mesmo na edição do arquivo.

Na última seção, **Um arquivo que se quer memória**, investigamos o arquivo do **Jornal Nacional** dentro do portal Memória Globo, observando os acontecimentos

¹Pauta na linguagem jornalística, refere-se às orientações dadas aos repórteres e apresentadores sobre os assuntos a serem abordados nas reportagens ou entrevistas.

jornalísticos pelo espelho retrovisor, movimento que entendemos inerente ao nosso *corpus*, uma vez que, subsidiado por esse retorno aos acontecimentos arquivados, é possível analisá-los, cuidadosamente, por intermédio de propriedades analíticas e investigativas pelas especificidades de escolhas editoriais atemporais², que, ainda assim, são passíveis de falhas, lapsos e equívocos. Um processo de seleção e edição. Analisamos os fatos (e)ditados, suas escolhas e seus silenciamentos, como também, lançamos um olhar mais apurado para os acontecimentos discursivos que se inscrevem na memória. Nessa seção, apresentamos as análises das sequências discursivas extraídas do nosso *corpus* de pesquisa, ou seja, analisamos o movimento dos sentidos na construção discursiva da evidência do arquivo do **Jornal Nacional** a partir do portal **Memória Globo**.

Por causa do nosso laço acadêmico-profissional com a mídia televisiva, foi necessário olhar com estranhamento para o que nos é tão familiar ou aquilo que Pêcheux (2016) chamou de a “estranheza familiar” das materialidades discursivas. E o próprio autor ainda pergunta: “Como ver de fora aquilo no interior do qual o olhar é tomado?” Mais adiante, Pêcheux (2016, p. 24-25, grifo do autor) sugere que, para analisar discursos, precisamos:

[...] fazer o imbecil: isto é, decidir não saber nada do que se lê, permanecer estranho a sua própria leitura, acrescentá-la sistematicamente à fragmentação espontânea das sequências, para acabar de liberar a matéria verbal dos restos de sentido que ainda aderem por aí... [...] Recortar, extrair, deslocar, reaproximar: é nessas operações que se constitui esse dispositivo muito particular de leitura que se poderia designar como *leitura-trituração*.

Nesse tipo de **leitura-trituração**, tivemos que mudar de terreno, sair do centro da produção das notícias para as suas margens, para que, assim, o oceano de materialidades jornalísticas fosse analisado a partir de outro ponto de vista, uma mudança de trajeto que quebra certezas disseminadas na/pela própria mídia. Esse movimento é parte do processo de investigação porque, para a Análise do Discurso, o terreno nunca é firme, está sempre se deslocando, em constante transformação. Trata-se de uma perspectiva que, segundo Orlandi, (2006, p. 8), “se faz no entremeio e que leva em conta o confronto, a contradição entre sua teoria e sua prática de análise”. O nosso deslocamento tem a ver com o entendimento de que a

²Atemporais porque os fatos/acontecimentos do arquivo já não estão no presente contínuo, e sim são/foram resgatados pela edição editorial e pelo próprio conceito de arquivo Memória Globo.

prática jornalística não é autônoma, independente, imparcial, vista apenas como técnica. Compreendemos que ela é produzida por sujeitos, constituídos nas práticas sócio-históricas e nas lutas de classes de uma determinada formação social. Por isso, é possível denominá-la de discurso jornalístico, discurso esse materializado no arquivo que se quer memória.

2 ANÁLISE DO DISCURSO E MÍDIA JORNALÍSTICA

O momento de uma descoberta tem fundamentalmente a ver com o desequilíbrio de uma certeza (PÊCHEUX, 2009).

2.1 AD e mídia Jornalística: estabelecendo relações

A Análise do Discurso, desde seu início, fez provocações em alguns campos de saber por mexer em posições teóricas já estabelecidas. No caso específico da Linguística - considerada, à época, ciência-piloto para várias disciplinas -, fez críticas a seus pensadores mais representativos, a exemplo de F. Saussure, que, ao delimitar o objeto da Linguística, excluiu de seu campo de atuação o sujeito, a história e a ideologia. A língua basta em si e por si, assim pensava Saussure (1973).

A Análise do Discurso vai questionar conceitos sobre a linguagem num diálogo constante com outras áreas das Ciências Humanas e Sociais, interrogando a transparência da linguagem sobre a qual elas se assentam (ORLANDI, 2000). Esses questionamentos desestabilizaram muitas certezas no campo da linguagem depois que a Análise do Discurso movimentou suas bases e estabeleceu um novo objeto teórico. Esse objeto é o **discurso**, objeto esse considerado histórico, social, ideológico - com o objetivo de compreender os mecanismos de produção de sentidos. O linguístico vai atuar como pressuposto, a língua não é trabalhada, segundo Orlandi (2000, p. 16), como “um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas”.

Desestabilizar certezas e trabalhar no campo das contradições era bem esse o modo de atuar de Michel Pêcheux. Como colocou Orlandi (2003), Pêcheux era um filósofo inquieto que fundou uma nova forma de conhecimento e estabeleceu um novo objeto. Um filósofo que estava sempre se deslocando e questionando pressupostos já dados, já postos em circulação. Para Melo (2011, p. 37), Pêcheux “apresenta muitos pontos de interrogação, demonstrando, assim, uma atitude de permanente inquietação em face ao seu empreendimento teórico-metodológico”. Era um homem de pensamento forte que adorava deslocamentos e questionamentos.

Um filósofo dos andaimes suspensos que não gostava de construir no firme (MALDIDIER, 2003).

De outro modo, Maldidier (2014, p. 29) coloca que “toda a história da AD francesa é, grosso modo, depois da segunda metade da década de 1970, a história das desconstruções-reconfigurações a partir da sua construção inicial”. O ponto de partida ou a largada dessa aventura teórica aconteceu na França no final da década de 1960. Época das grandes manifestações políticas, dentre as quais as ocorridas em maio de 1968, que mobilizaram estudantes e trabalhadores. O movimento político-social em questão repercute também no meio acadêmico, fazendo com que o campo epistemológico não ficasse isento dessa agitação e dessa influência. Dessa forma, posições teóricas já estabelecidas foram questionadas, dentre elas o estruturalismo, que estava em seu apogeu. Conforme Florêncio et al. (2009, p. 20), “[...] na linguística onde havia uma aparente unidade em torno das ideias saussurianas, o estruturalismo começou a ser questionado”.

É nesse cenário que Michel Pêcheux, nascido em Tours, França, coloca-se segundo Zandwais (2009, p. 49), como um verdadeiro estrategista, “capaz de fazer alianças com intelectuais de outras áreas e de acolher, ao mesmo tempo, teorias já consagradas no interior da Academia”. A partir daí, diz Orlandi (2014, p. 11): “a análise do discurso inaugura uma região teórica própria, tanto em relação à linguística como em relação às ciências sociais em geral. E dizer ‘própria’ não significa negar suas relações necessárias com esses outros campos disciplinares”.

Pêcheux não estava sozinho no início dessa aventura teórica. A Análise do Discurso Francesa teve uma dupla fundação. Além do próprio Pêcheux, o linguista Jean Dubois, estudioso da literatura e da gramática, também francês, foi fundamental no início da disciplina. Dubois era uma referência na área dos estudos linguísticos da época. Segundo Maldidier (2014, p.19), “[...] ele participa de todos os empreendimentos que, na década de sessenta, manifestam o espírito de conquista da linguística: da elaboração de dicionários à criação de revistas (assim é criada *Langages*, em março de 1966)”. O primeiro número da revista, intitulado *Analyse Du Discours*, segundo Mazière (2007, p. 37): “se tornou o testemunho incontornável do estabelecimento da AD no campo dos estudos linguísticos”.

Entretanto, ainda que falassem de terrenos distintos dentro do meio acadêmico, Pêcheux e Dubois, segundo Maldidier (2014, p. 19), “são tomados em um espaço comum: aquele do marxismo e da política. Na contramão das ideias

dominantes, eles partilham as mesmas evidências sobre a luta de classes, sobre a história, sobre o movimento social”. Ambos eram marxistas, com influência althusseriana e com participação efetiva na política, esclarece Malidier (2014, p. 19).

Ainda assim, os dois pensavam a Análise do Discurso de forma diferente. Enquanto Dubois a concebia como uma ampliação dentro da linguística, um progresso desta, partindo da perspectiva de que através da AD se passaria do estudo das palavras (lexicografia) para o estudo dos enunciados (análise do discurso); para Pêcheux, diz Malidier (2014, p. 19): “a análise do discurso é pensada como ruptura epistemológica com a ideologia que domina nas ciências humanas (especialmente a psicologia)”. Nesse sentido, segundo Pêcheux, era preciso mudar de terreno e fazer intervir conceitos exteriores à linguística para prosseguir com a nova região teórica. Assim, a AD foi pensada em oposição aos dois quadros teóricos existentes no campo da linguística - o estruturalismo saussuriano e o gerativismo chomskiano (FLORÊNCIO et al., 2009).

A mudança de terreno proposta por Pêcheux (2012, p. 127) consistia em

[...] se desvincular da problemática subjetivista centrada no indivíduo - fonte de gestos e palavras, ponto de vista sobre os objetos e sobre o mundo - e compreender que o tipo de concreto com que lidamos e em relação ao qual é preciso pensar, é precisamente o que o materialismo-histórico designa pela expressão relações sociais, que resulta de relações de classe características de uma formação social dada (através do modo de produção que a domina, a hierarquia das práticas de que este modo de produção necessita, os aparelhos através dos quais se realizam estas práticas, as posições que lhes correspondem, e as representações ideológico-teóricas e ideológico-políticas que delas dependem).

Referindo-se a Pêcheux com relação a esse novo campo de conhecimento, Henry (2014, p. 12) afirma que ele teria como “ambição abrir uma fissura teórica e científica no campo das ciências sociais, e, em particular, da psicologia social”. Para o autor (2014, p. 38), “ele concebeu o seu sistema como uma espécie de ‘Cavalo de Tróia’ destinado a ser introduzido nas ciências sociais para provocar uma reviravolta”.

Essa reviravolta é impulsionada pela formulação do objeto de estudo da AD. A língua não será o objeto eleito para essa nova região teórica. Afirma Pêcheux (2012, p. 128):

[...] na realidade, é mais conveniente conceber a língua (objeto da linguística) como a base sobre a qual processos se constroem; a base linguística caracteriza, nesta perspectiva, o funcionamento da língua em relação a si própria, enquanto realidade relativamente autônoma. (PÊCHEUX, 2012, p. 128).

Dessa forma, o objeto de estudo da AD é o **discurso**, pensado a partir de reflexões sobre o sujeito, a história, o inconsciente e a própria língua.

Pêcheux vai conceber o discurso como um dos aspectos materiais da ideologia, entendido, segundo Orlandi (2000, p. 26), “não como transmissão de informação, mas como efeito de sentidos entre interlocutores, enquanto parte do funcionamento social geral”. De acordo com Henry (2014, p. 24), do ponto de vista de Pêcheux,

[...] as ‘ciências sociais’ estão no prolongamento direto das ideologias que se desenvolvem em contato estreito com a prática política [...]. As ciências sociais são essencialmente técnicas que têm uma ligação crucial com a prática política e com as ideologias desenvolvidas em contato com a prática política, cujo instrumento é o discurso (HENRY, 2014, p. 24).

É a partir dessa nova concepção teórica desenvolvida dentro dos estudos da linguagem que é possível pensar os entremeios das relações sociais, tendo em vista que seu objetivo principal é, conforme Mariani (1998, p. 23): “compreender os modos de determinação histórica dos processos de produção dos sentidos, na perspectiva de uma semântica de cunho materialista”. Nesse percurso, o discurso é tomado ou tido não somente como instrumento dentro da ambiência linguística. Na medida em que o discurso abrange uma nova perspectiva da língua em sua movimentação cotidiana, não há uma esquematização de força de padronização de valores.

É nessa movimentação cotidiana, ou seja, é essa **língua no mundo** que vai fazer a engrenagem da mídia funcionar. Analisar o discurso da/na mídia de forma geral e da/na mídia jornalística em particular, a partir da perspectiva discursiva em que nos ancoramos, requer alguns deslocamentos e, porque não dizer, mudanças de terreno. Muitos conceitos que pareciam evidentes vão-se desmanchando como um frágil castelo de cartas. É aquele desequilíbrio posto por Pêcheux que trazemos na epígrafe desta seção. É quando compreendemos o caráter opaco da língua, de que não há transparência, porque há a intervenção da história e do sujeito. Ou mesmo quando entendemos que a língua não é uma estrutura fechada, autônoma e uniforme; ao contrário, que ela é sujeita à falha, à incompletude, à opacidade, que

possui relativa autonomia e que, no entanto, é essa mesma língua que vai permitir a materialização dos discursos.

Os tradicionais estudos das Teorias da Comunicação, da qual o Jornalismo faz parte, mobilizam uma concepção estrutural da linguagem, considerando as produções midiáticas como mensagens a serem enviadas por um emissor, através de um meio, para um determinado público-alvo, a partir de um fato da realidade. Se essas mensagens forem bem elaboradas, determinados efeitos serão produzidos e os objetivos serão alcançados. Nesse campo, essas teorias vão-se apresentar com suas funcionalidades e soluções. No entanto, vale destacar que essas abordagens não nortearão nossa pesquisa. Precisamos mudar de terreno! Mesmo porque a ideia de linguagem como instrumento de comunicação, por exemplo, vai de encontro ao que afirma Pêcheux (2009), de que a linguagem também serve para não comunicar, que a língua comunica e também não comunica, e, nessa perspectiva, o estudo da linguagem não pode estar separado da sociedade que a produz, sociedade essa que inquietava Michel Pêcheux.

Como já dissemos anteriormente, esse movimento contrário aos pressupostos da AD, ou seja, a obrigatoriedade que o discurso jornalístico tem de se mostrar em linguagem clara, de pretender ser literal, é bastante lembrada nos manuais de redação, publicações que orientam a escrita no ambiente jornalístico. Os Manuais de Redação ou Manuais de Jornalismo foram introduzidos na imprensa brasileira a partir da década de 1950. Nesse período, era cada vez maior a influência do modelo norte-americano de jornalismo, que já utilizava os *stylebooks*, livros que prescreviam vários recursos de simplificação da comunicação jornalística (REZENDE, 2000). Segundo Leal (2012, p.117), “esses guias práticos materializam o discurso profissional acerca do fazer jornalístico e promovem a vinculação entre valores, percepções e procedimentos textuais”. Uma forma de também otimizar o processo de produção jornalística e facilitar o controle sobre os conteúdos a serem publicados.

Permanece a crença, em quem constrói os manuais, de que o jornalismo é reflexo da realidade, sendo a linguagem o instrumento que irá ajudar a refletir essa realidade. Ou, ainda, segundo Squarisi (2005, p. 48), “uma frase jornalística tem de estar construída de tal forma que não só se entenda bem, mas que não se possa entender de outra forma”. No entanto, isso só seria possível se tivéssemos o total domínio sobre o nosso dizer e se a língua fosse transparente ou, se ainda, todos os

leitores/telespectadores fossem iguais. Assim, nos ancoramos em Orlandi (2000, p. 32) quando afirma que “o dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas”, pois, ao dizer, o sujeito “pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem”.

Essa necessidade de controle daquilo que é dito e como é dito faz parte da lógica da produção da notícia. O discurso jornalístico, tomado por essa necessidade, nos leva a pensar sobre os dois tipos de esquecimento teorizados por Pêcheux em relação ao funcionamento da linguagem. Para o autor (2009, p. 150), o sujeito é sempre constituído pelo esquecimento daquilo que o determina. No entanto, esse esquecimento não significa a “perda de memória, mas o acobertamento da causa do sujeito no próprio interior de seu efeito”. O esquecimento nº 1, da ordem da ideologia, do inconsciente, faz o sujeito se sentir a fonte do dizer e crer que as suas palavras estão dizendo tudo que ele pretende dizer. O sujeito do discurso se apresenta como origem, como fonte, como origem de tudo que ele diz, quando, na verdade, ele apenas retoma sentidos já existentes. Nessa perspectiva, quando o sujeito produz determinado discurso e se vê como autor dessa movimentação, é essa forma de esquecimento que está, de maneira forte e incontestável, em sua intenção.

O outro esquecimento teorizado por Pêcheux (2009), o de número 2, é da ordem da enunciação e leva o sujeito a escolher uma forma de dizer e não outra e de achar que tem o controle do que diz. Seu funcionamento está no nível do pré-consciente/consciente. Para o autor (2009, p. 161), “[...] ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outra”, produzindo um efeito ilusório referencial, como se existisse uma relação direta entre palavra e objeto. Nesse processo, “todo sujeito-falante ‘seleciona’ no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase”, destaca Pêcheux (2009, p. 161). No esquecimento nº 2, o sujeito vai privilegiar algumas formas e rejeitar outras, selecionar dizeres em detrimento de outros, para, daí, tentar controlar o sentido do discurso. Essa tentativa vai estar presente em todo o processo de produção da notícia, desde a escolha dos fatos até sua veiculação pelos meios jornalísticos, alcançando também o posterior processo de arquivamento do conteúdo. Com relação a essa última etapa - movimentação que faz parte, necessariamente, do *corpus* de nossa pesquisa -, será desenvolvida nas próximas seções da tese.

Assim, ao escolher um foco, ou seja, a abordagem para a notícia ser divulgada, o jornalista esquece que outras formas de dizer são possíveis e que a sua vai significar apenas uma parte do relato. Para Pêcheux e Fuchs (2014), trata-se de uma ilusão necessária ao funcionamento da linguagem.

Essa fundamental ilusão vai permitir, inclusive, que o jornalista transite em seu espaço discursivo - as páginas dos jornais, os microfones das rádios, as câmeras de TV ou os múltiplos espaços da *web*. Mas, apesar da tão falada liberdade de imprensa (ou seria liberdade de empresa?) propagada no Estado democrático, há de se considerar que esses espaços são controlados porque fazem parte de grandes organizações empresariais geridas em função de interesses econômicos, políticos ou mesmo religiosos, obstruindo assim o livre fluxo de informações, opiniões e interpretações. Segundo Sodré (1999), a liberdade de imprensa nunca existiu em sua plenitude. No início do funcionamento da imprensa, a autoridade governamental facilmente a controlava. Com a ascensão do Capitalismo, esse controle foi transferido para a iniciativa privada. Portanto, para o autor (1999, p. 8), “só existe imprensa livre quando o povo é livre; imprensa independente, em nação independente - e não há nação verdadeiramente independente em que o seu povo não seja livre”.

Essas organizações empresariais na área da comunicação, há décadas, ocupam lugar de destaque na sociedade brasileira. Nossa reflexão se estende por esse tipo de empresa, uma vez que o foco de interesse desta pesquisa está voltado, prioritariamente, para o que é denominado de **grande mídia**.

As notícias, até chegarem às páginas dos jornais, *sites* ou telas de TV, passam por inúmeras mediações. São escolhas que começam a serem feitas a partir da opção em relatar determinado fato em detrimento de todos os outros acontecidos. Em todas as fases de produção da notícia – produto jornalístico por excelência – sempre vai haver uma escolha. Seleção. Edição. Nesse movimento, a linguagem jornalística se apresenta como impessoal e objetiva. Como se fosse apenas uma técnica narrativa a ser aplicada, a partir de determinadas regras e normas estabelecidas pelos veículos, como se o sujeito-jornalista fosse um meio para reproduzir os fatos. Para isso, algumas estratégias são utilizadas para causar o efeito de objetividade, entre elas: escrever o texto sempre em terceira pessoa, como se o fato assumisse contar-se a si mesmo, sem qualquer interferência do sujeito e de sua linguagem; evitar o uso de adjetivos, recorrer sempre às fontes, usar aspas

nas citações diretas etc. No entanto, entendemos com Orlandi (2012, p. 113) que “a linguagem é regulada, ou melhor, as situações de linguagem são reguladas: não se diz o que se quer, em qualquer situação, de qualquer maneira. Também não se pode entender o que se quer, de qualquer maneira, em qualquer situação”, pois tanto quem produz a notícia, como quem a recebe ocupa um lugar na sociedade, e é a partir desse lugar (posição), em uma conjuntura dada, que as relações entre os sujeitos são estabelecidas.

Essas inter-relações estão permeadas de sentidos já postos, muitos já sedimentados historicamente, regulados pelas instituições. Sentidos que circulam como fossem dados naturais, como se fossem evidentes. Como nos aponta Pêcheux (2009, p. 146),

[...] é a **ideologia** que, através do ‘hábito’ e do uso, está designando, ao mesmo tempo, o que é e o que deve ser, e isso, às vezes, por meio de ‘desvios’ linguisticamente marcados entre a constatação e a norma e que funcionam como um dispositivo de retomada do jogo. É a **ideologia** que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’ e que mascaram, assim, sob a ‘transparência da linguagem’, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados. (Grifo nosso).

É exatamente no discurso que se dá o encontro entre a língua e ideologia, ou, nos dizeres de Orlandi (2012, p. 151), “a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua”. No entanto, esse mecanismo ideológico (de interpretação) é apagado para o sujeito, surgindo assim, como posto por Pêcheux, (2009, p. 140), a evidência que faz com que cada sujeito possa dizer realmente eu “Sou eu!”.

Compreendemos Ideologia não como falsa consciência, como máscara ou ilusão dos sentidos, mas a partir de uma abordagem ontológica. Nesse sentido, Vaisman (1989, p. 18) destaca que “falar de ideologia em termos ontológico-práticos significa analisar esse fenômeno essencialmente pela função social que desempenha, ou seja, enquanto veículo de conscientização e prévia-ideação da prática social dos homens”. De outra parte, Lukács (2013) explica:

[...] a ideologia, mesmo sendo também uma forma de consciência, de modo algum é pura e simplesmente idêntica à consciência da realidade. A ideologia, enquanto meio de dirimir conflitos sociais, é algo eminentemente direcionado para a práxis e, desse modo, também compartilha, claro que no quadro de sua peculiaridade, a propriedade de toda práxis: o

direcionamento para uma realidade a ser modificada (LUKÁCS, 2013, p. 520).

A ideologia tem, pois, uma existência social e se faz presente em todas as ações humanas, enquanto orientação ideal. De acordo com Vaisman (1989, p. 419):

Lukács sustenta, assim, que a ideologia, bem determinada e compreendida, possui uma caracterização ampla que ultrapassa os limites vulgarmente atribuídos a ela. Do ponto de vista ontológico, ideologia e existência social (em qualquer nível de desenvolvimento) são realidades inseparáveis. Ou seja, onde quer que se manifeste o ser social há problemas a resolver e respostas que visam à solução destes; é precisamente nesse processo que o fenômeno ideológico é gerado e tem seu campo de operações.

É importante ressaltar, conforme Orlandi (2012, p. 16), que para a Análise do Discurso a ideologia “não é um apêndice colocado ao gosto do analista, é uma necessidade teórica para compreender a historicidade, o real da história, a constituição dos sujeitos e dos sentidos”.

Nesse sentido, por efeito da ideologia, entendemos que a prática jornalística tornou-se ao longo de sua história, segundo Baccega (2013, p. 134), uma evidência: “os profissionais de comunicação, em especial, os jornalistas, têm a fé pública, ou seja, a sociedade confere-lhes a competência de representá-la diante do real, isto é, assistir ao acontecido e depois, relatá-lo”. Isso reforça, como já dissemos anteriormente, a ênfase de uma estabilidade de papéis sociais em que se espera dos profissionais algo que os identifica - perenemente - por determinada conceituação positiva alocada no imaginário coletivo. No entanto, reforçamos mais uma vez, a compreensão da ideologia em sua função ontológica. Ou, como posto por Silva Sobrinho (2018, p. 71), ao afirmar que a partir dessa perspectiva, a função da ideologia é:

a de influenciar os sujeitos a tomarem determinadas decisões, a efetuarem escolhas, a praticarem ações; ou então. Ainda, de influenciar os sujeitos a criarem obstáculos para impedir determinadas escolhas entre as alternativas possíveis, como, por exemplo, dizendo-nos que somos incapazes de construir outras relações sociais alternativas à sociabilidade do capital. Vemos assim como a ideologia está na mediação dos conflitos sociais na produção e reprodução social.

No caso das reportagens televisivas, uma das estratégias utilizadas para manter a aparente naturalidade/neutralidade no relato das notícias, é reforçada pela linguagem audiovisual. A força das imagens em movimento acaba provocando um efeito de verdade, efeito de evidência do que está sendo mostrado. Nesse espaço, o

repórter faz o papel de um ator com uma narrativa encenada. No processo jornalístico televisivo quase tudo é previamente produzido. Diante das câmeras de TV, os fatos se modificam, são recortados, mas são apresentados como um todo uniforme. A narrativa televisiva é semelhante a um processo metonímico, o qual faz parecer - nos fornece pronta - **a edição do mundo** como uma única realidade à qual temos acesso.

Em nossa dissertação de mestrado (PPGLL/UFAL, 2016) abordamos essa **edição do mundo** através da análise dos espelhos dos telejornais. Os espelhos como forma de organizar os acontecimentos em blocos, da maneira mais objetiva possível. O espelho é a estrutura de um telejornal que apresenta as notícias em escala de prioridades jornalísticas e também empresarias, para além dos fatos e acontecimentos. Há sujeitos que os constroem alinhados por uma injunção capitalista de ordem de prioridade.

No entanto, compreendemos essa objetividade jornalística como um efeito de sentido construído a partir da materialidade discursiva para fazer crer que os relatos são a própria expressão do real, do que aconteceu ou do que está acontecendo, no momento em que a notícia chega até o público final. Para Hernandez (2012, p. 30),

a objetividade é um dos recursos jornalísticos para se tentar apagar o modo pelo qual a realidade foi filtrada a partir do sistema de valores do jornal que, como empresa ou parte de um conglomerado de informação, não quer se revelar como um ator social atuante interessado nos aspectos sociopolíticos e nas consequências do que noticia.

Conforme Romão (2007, p. 148), “capturado pela evidência de objetividade”, o que deve ser entendido como um efeito de objetividade, o jornalismo apresenta certezas e constrói “estabilidade para o que se mostra caótico, contraditório e conflituoso na realidade, cristalizando um modo de dizer” (2007, p. 148).

Nessa perspectiva, compreendemos que o discurso jornalístico não é o discurso de um sujeito empírico, seja esse viabilizado por um repórter, editor, produtor, apresentador ou mesmo pela própria empresa jornalística, mas que, como outros tantos discursos que circulam na sociedade, o discurso jornalístico é determinado por uma posição. Ou, como nos lembra Malidier (2003, p. 21, grifo da autora) “(...) o *discurso* deve ser tomado como um conceito que não se confunde nem com o discurso empírico sustentado por um sujeito nem com o texto, um conceito que estoura qualquer concepção comunicacional da linguagem”. O sujeito

jornalista diz, a partir de um lugar, de uma perspectiva ideológica, ou como posto por Marcondes Filho (1989, p. 12): “atuar no jornalismo é uma opção ideológica, ou seja, definir o que vai sair, como, com que destaque e com que favorecimento, corresponde a um ato de seleção e de exclusão”. No entanto, essa opção é simulada em todo processo de produção da notícia, inclusive quando alguns veículos demarcam diferenças entre os espaços denominados informativos ou opinativos. Historicamente, a divisão desses espaços tem origem no século XIX com o paradigma do jornal de informação. Para Andrade (2018, p. 31), esse processo foi acelerado pela industrialização, “refletindo na educação e profissionalização dos jornalistas, superando o jornal de opinião e os modos de vida da sociedade”, ou seja, os jornais transformam-se em produtos de empresas, seguindo uma linha de produção com regras e procedimentos onde os jornalistas passaram a atuar de forma profissional. Ainda segundo a autora (2018, p. 32):

o surgimento desse novo discurso se deu em um contexto marcado pelo Positivismo, que possibilitou a função profissional do jornalista como repórter, dotado de técnica objetiva e imbuído de neutralidade ao relatar os fatos as narrativas ganharam contornos que aprimoraram o valor de uso e as técnicas ficaram mais atraentes e objetivas - cada vez mais o interesse dos leitores aumentava.

Essas mudanças vão atender a uma demanda do público consumidor ávido pelas chamadas notícias de rua, moda e os furos jornalísticos, além da introdução dos folhetins. A publicidade e o entretenimento ganham destaque nessa nova configuração do **jornal de informação** e os tradicionais artigos políticos são deslocados para os espaços de opinião (TRAQUINA, 2012).

2.2 A Televisão no Brasil e a TV Globo: um projeto de jornalismo em rede

A história da imprensa no Brasil começa tardiamente. O país foi um dos últimos das Américas a contar com o funcionamento da imprensa. Só em 1808 é que ela surge no país, com a vinda da Corte Portuguesa de Lisboa para o Rio de Janeiro. O primeiro jornal a circular no país foi o “Correio Brasiliense”. Impresso na Inglaterra, o periódico trazia escritos referentes aos problemas da colônia portuguesa na América e era distribuído no país. Depois desse, os jornais começaram a circular fazendo com que o príncipe regente, D. João, decretasse a criação da Imprensa Oficial.

Com a criação da Imprensa Régia, surge o jornal “Gazeta do Rio de Janeiro”, como imprensa oficial. O jornal relatava os atos da Corte. Martins e Luca (2008) apontam que o uso dos jornais sempre teve uma conotação política, servindo de base para fomentar o ganho de adeptos às teses liberais ou conservadoras no período colonial e imperial. Os jornais eram produzidos por um único redator e continham uma carga opinativa muito forte.

Somente com o crescimento das relações econômicas no Brasil é que se iniciou a publicação de informações sobre o comércio e fatos cotidianos. No entanto, a ênfase para a disputa política nunca foi deixada de lado (MARTINS; LUCA, 2008). Depois desses dois jornais citados, inúmeros periódicos são criados no Rio de Janeiro, principalmente, a partir dos anos 15 do século XIX, período da pré-independência. A disputa de poder, e de opinião pública, cabia apenas a uma parcela mínima da população. Não é nosso intuito aqui fazer o percurso histórico da imprensa no Brasil, o objetivo foi o de apenas pontuar o seu início.

Nosso salto cronológico vai agora nos transportar para o início do século XX, mais precisamente para 1925, ano de lançamento no mercado editorial do jornal “O Globo”, que começa a circular como um diário vespertino, inicialmente na cidade do Rio de Janeiro, então capital da República. O jornal foi fundado por Irineu Marinho, que morre dias após o início da circulação. O filho, Roberto Marinho, assume a direção, mantendo-se no cargo por quase oito décadas. O jornal “O Globo” vai ser o primeiro veículo a fazer parte do conglomerado de empresas que formam hoje o maior setor de comunicação da América Latina e um dos maiores grupos de mídia do mundo.

Seus negócios incluem a Editora Globo, Globosat, Infoglobo (editora dos jornais "O Globo", "Extra", "Expresso" e "Valor Econômico", sendo este em sociedade com o Grupo Folha), Sistema Globo de Rádio (responsável pela CBN, BHfm, Rádio Globo e RADIOBEAT), TV Globo (maior produtora de televisão do mundo, líder de audiência no Brasil e presente em mais de 100 países através da Globo Internacional), portal ZAP, Globo.com e Som Livre. O grupo também possui participação minoritária na Net Serviços e na Sky Brasil. Criada em 1977, a Fundação Roberto Marinho atua na criação e gestão de projetos de responsabilidade social, como o canal Futura e o Telecurso. Em 25 de agosto de 2014, as Organizações Globo mudaram sua marca para Grupo Globo.³

³ Disponível em: <<http://fernandomorgado.com.br/artigo/os-maiores-grupos-de-midia-do-brasil>>. Acesso em: 8 jan. 2019.

Desse conglomerado de empresas ligadas ao campo da comunicação e do entretenimento, uma, a Rede Globo de Televisão, nos chama a atenção de maneira mais particular. Ela faz parte do que se denomina televisão aberta⁴, um meio de comunicação de massa com grande penetração na sociedade brasileira. A mídia eletrônica televisiva ainda detém no Brasil o protagonismo nas relações de interação com o meio social, apesar do reconhecido avanço do meio *online* e de sua capacidade de convergência de todas as mídias⁵. Segundo dados da pesquisa Brasileira de Mídia (2016) publicada em 2017, 89% dos brasileiros utilizam a TV como principal meio de comunicação. Para Rezende (2000, p. 16), vários fatores contribuíram para que a televisão se tornasse mais importante no Brasil do que em outros países, entre os quais:

[...] a má distribuição da renda, a concentração da propriedade das emissoras, o baixo nível educacional, o regime totalitário nas décadas de 1960 e 70, a impossibilidade de uma homogeneidade cultural e até mesmo a alta qualidade da nossa teledramaturgia.

Todos esses aspectos acabaram fortalecendo a televisão, contribuindo para que fosse arregimentada uma espécie de poder cuja influência é fortemente estabelecida nos seio da sociedade brasileira. Conforme Mattos (2002, p. 16), “durante toda sua história, principalmente no período de 1964 a 1985, a televisão foi usada como uma poderosa ferramenta política, tanto de mobilização social como de formação de opinião pública”. Concomitante a isso, a mídia televisiva no Brasil já nasce como um negócio, um negócio comercial, privado, influenciado pelo modelo norte-americano de informação e comunicação, o qual foi corroborado e incentivado pelo poder público. A esse respeito diz Leal Filho (1988, p. 68):

[...] Iniciativa privada e a ação estatal são, dessa forma, complementares no processo de implantação e de consolidação do poder da televisão no Brasil. Nesse quadro, a comunicação passa a ser fator estrutural na consolidação do modelo de capitalismo associado imposto ao país. Assegurava a aceleração na realização dos produtos enquanto mercadorias, encurtando, através de publicidade eletrônica, o trajeto entre a produção e consumo. Tornava mais sofisticadas as técnicas como elementos de sustentação das mensagens políticas.

⁴Emissoras de TV de Canal Aberto são aquelas em que o telespectador não precisa pagar para ter acesso ao conteúdo exibido, diferentemente das TVs por assinatura ou de canal fechado.

⁵Convergência de mídias é a capacidade do meio *online* absorver todas as outras mídias, ou seja, o rádio, a TV, o jornal, as revistas, tudo pode ser acessado via Internet. Abordaremos essa questão ainda nessa seção.

A partir de meados da década de 1940, o Brasil passa a ser um produtor de bens de consumo e, no início da década seguinte, assiste-se à entrada de um grande volume de capital estrangeiro no país. É o capitalismo no Brasil deixando de ser apenas um produtor de matérias primas e manufaturadas e avançando no processo de industrialização. Nesse sentido, a relação entre iniciativa privada e ação estatal vai se desenhando na sustentação do que Marx (1995, p. 80-1) apontou nas *Glosas Críticas* ao ressaltar que “o Estado e a organização da sociedade não são, do ponto de vista político, duas coisas diferentes”, pelo contrário, “o Estado é o ordenamento da sociedade”. Este ordenamento tem como princípio constitutivo o fato de que “o Estado repousa sobre a contradição entre vida privada e pública, sobre a contradição entre os interesses gerais e os interesses particulares”. Ou seja, o Estado é a expressão e instrumento de reprodução dos interesses das classes dominantes. Essas reflexões são importantes para que possamos entender essa simbiótica relação existente no projeto de poder que permitiu o desenvolvimento, a expansão e o fortalecimento da indústria midiática no Brasil.

Especificamente em relação ao meio televisivo, essa indústria tem início em setembro de 1950, quando o empresário paraibano Assis Chateaubriand, dono dos **Diários e Emissoras Associados** (o maior grupo de comunicação da época, composto por vários jornais, revistas e emissoras de rádios), adquiriu, junto à empresa americana RCA Victor, os equipamentos necessários para montar a primeira emissora de TV no país, a PRF-3 TV Difusora, depois TV Tupi de São Paulo, a pioneira na América Latina⁶. Em seguida vieram outras emissoras. Hoje, o Brasil tem mais de 300 emissoras e retransmissoras espalhadas por todas as regiões; dessas, mais de 100 pertencem ao Sistema Globo de Televisão.

Embora a TV surja no país sob o domínio do sistema empresarial, cujo modelo brasileiro de radiodifusão ainda é predominantemente privado, ele caminhou para o que se pode chamar de sistema misto, em que o Estado ocupa os espaços vazios deixados pela livre iniciativa. São as chamadas emissoras de TV Públicas, que operam canais destinados, prioritariamente, a programas educativos.

Assim como nos Estados Unidos, França, Inglaterra, Alemanha e em outros países, inclusive no Brasil, as emissoras de TV e de Rádio funcionam como sistema de concessão pública, ou seja, os **canais** de televisão e rádio não são propriedade

⁶ Cf. PATERNOSTRO, 2006.

privada; apenas as empresas que os operam são propriedades privadas. A necessidade da concessão pública para operar as ondas de um canal deve-se ao fato de o espectro eletromagnético pelo qual trafegam as ondas de rádio, televisão e outros meios de comunicação (exceto por cabo) não ser ilimitado. Se o Estado não disciplinasse, não exercesse e não fiscalizasse a concessão de canais, a atividade seria impossível (LOPES, 2000).

Aqui no país, esse sistema funcionou durante décadas e ainda funciona como moeda de troca política. Sobre o Sistema de Concessão, Mattos (2010, p. 24) afirma que:

[...] antes da promulgação da Constituição Brasileira em outubro de 1988, o Executivo era quem detinha o direito de conceder e cassar licença e permissão para uso de frequência de rádio ou televisão. O capítulo da Comunicação Social da Constituição de 1988 estabeleceu novas normas e diretrizes para a concessão de emissoras de rádio e televisão, anulando os critérios casuísticos utilizados até então.

Para Marques de Melo (1975, p. 37), “o crescimento inicial da televisão, a partir de 1950, pode ser atribuído ao favoritismo político, o qual concedia licenças para exploração de canais sem plano pré-estabelecido”. Ou seja, os critérios de escolha não eram técnicos, mas políticos. Critérios esses que continuaram a vigorar no país, mesmo com a Constituição de 1988.

Um estudo realizado pelo Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação, intitulado **Os donos da Mídia**⁷, sobre os meios de comunicação no Brasil mostrou que os políticos detêm a maioria das estações de rádio e de emissoras de televisão no país, apesar de a Constituição Federal proibir os deputados e os senadores de participarem de organização definida como “pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público” (artigo 54). Essa determinação aplica-se, por extensão, aos deputados estaduais e prefeitos.

De acordo com Silva (2012, p. 95), as relações de poder implicadas nas negociações em torno da exploração do serviço de radiodifusão no país são a causa desse tipo de negócio: “a concessão de um canal no Brasil (sobretudo no que diz respeito à televisão, em que as possibilidades de se obter uma concessão são bem menores do que no caso do rádio) implica uma disputa política em que poucos têm a

⁷Disponível em: <http://www.fndc.org.br/noticias/donos-da-midia-uma-ferramenta-poderosa-para-democratizar-a-comunicacao-290030/Acesso> em 18 de março de 2019.

oportunidade de concorrer”. Trata-se de uma verdadeira guerra que envolve grandes grupos econômicos e políticos, ou, nas palavras de Lima (2008, p. 119), as concessões se tornaram “*locus* privilegiado no qual interesses privados, de pessoas ou grupos políticos, disfarçados de interesse público, são negociados, estabelecidos, reproduzidos e preservados”. Dentro desse sistema de negócios, poucos são os grupos empresariais que conseguem manter emissoras de televisão em funcionamento no país. Tampouco há espaço para as chamadas TVs alternativas ou comunitárias e sem fins comerciais.

Para implantar e desenvolver a TV no Brasil, Assis Chateaubriand se alinhou ao poder político estabelecido, tanto no período do governo de Getúlio Vargas quanto no período democrático (1946-1964) e ainda durante a Ditadura Militar, a partir de 1964. Nos tempos atuais, não é diferente. Mesmo nas emissoras de caráter estritamente comercial e de canal aberto, como SBT, GLOBO, BAND, REDE TV e RECORD, o Estado exerce forte influência, em parte, devido à dependência dos veículos de massa em relação aos subsídios oficiais.

Segundo Marques de Melo (2006, p. 85),

[...] o capitalismo dependente que aqui se implantou produziu uma imprensa também dependente. Ela precisa manter bom relacionamento com o estado não apenas para ser contemplada com verbas publicitárias (e o estado é tradicionalmente um grande anunciante em nosso país), mas, sobretudo, para gozar de certos favores concedidos discricionariamente pelos detentores do poder político.

Basta observar a grande quantidade de anúncios de propaganda de órgãos públicos nos intervalos comerciais. Entretanto, esse poder exercido pelo Estado não é um caminho de mão única; existe uma relação de interesses e troca, que caracteriza a TV e o poder no país, tanto o poder político como o econômico. Diz Mattos (2010, p. 25):

[...] no Brasil, ao longo da história da televisão, o governo se tornou o maior anunciante individual, nos níveis federal, estadual e municipal. O mais importante grupo de anunciantes é o formado pelas empresas multinacionais, que veiculam entre 60 e 70% de seus gastos publicitários na televisão.

Contraditoriamente, a TV brasileira, desde a sua implantação, ainda que predominantemente estruturada em bases comerciais, através de grandes grupos de comunicação, foi significada como um novo serviço para o país (DELA-SILVA,

2008). De outra maneira, um bem privado, pertencente a grupos empresariais, é apresentado e significado como serviço público, gratuito, oferecido a toda população, criando, assim, um efeito de sentido de um meio a serviço de todos. Esse imaginário vai influenciar de forma significativa nos rumos que a mídia televisiva tomou no país. Sobre o acontecimento discursivo da TV no Brasil à época da instalação de suas primeiras emissoras, Dela-Silva (2008, p. 84-5) faz uma reflexão sobre a relação entre público e privado na constituição de sentidos para a TV brasileira. De acordo com a autora,

[...] embora seja trazida ao país e inaugurada por iniciativa privada, a televisão é considerada, desde a primeira legislação destinada a regular os serviços de radiodifusão no país, um serviço de responsabilidade do Estado, e que deve funcionar sob regras específicas, que atendam aos interesses públicos. Assim, a legislação reafirma o sentido de serviço público que se constrói para a televisão mesmo antes de sua instalação no país [...]. Este caráter de bem público, no entanto, permanece em suspenso nas práticas de concessão dos canais, bem como no modo de funcionamento das emissoras.

Diferente dos jornais impressos, revistas e *sites* de notícias, que são propriedade particular, as emissoras de rádio e TV são concessões públicas. Ou seja, a iniciativa privada é autorizada pelo Estado a explorar esse tipo de serviço, mediante normas específicas de concessão e funcionamento do setor. Por ser concessão, pressupõe-se que o uso do serviço é de caráter público, deve servir para ajudar a sociedade em suas necessidades de informação, auxiliando as pessoas em sua vivência e convivência social, mas, em uma sociedade de classes, o interesse da ideologia dominante é manter a sociedade como está, e a televisão contribui com essa necessidade de estabilização. Os detentores do poder material na sociedade capitalista também detêm o poder sobre as ideias que circulam na sociedade. Conforme Marx e Engels (2009, p. 66),

[...] as ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder *espiritual* dominante. [...] Os indivíduos que constituem a classe dominante também têm, entre outras coisas, consciência, e daí que pensem; na medida, portanto, em que dominam como classe e determinam todo conteúdo de uma época histórica, é evidente que o fazem em toda a sua extensão e, portanto, entre outras coisas, dominam também como pensadores, como produtores de ideias, regulam a produção e a distribuição de ideias do seu tempo; que, portanto, as suas ideias são as ideias dominantes da época.

Desse modo, desde a sua criação, a televisão no Brasil vem cumprindo esse papel de produtor e de propagador de ideias. Em um estudo sobre o perfil da televisão brasileira, Mattos (2010, p. 26-7, grifos do autor) divide a sua evolução histórica em sete fases, cada uma das quais corresponde a um período que se define a partir de acontecimentos que vão servir como ponto de referência para o seu início, dentro do contexto socioeconômico, político e cultural do país:

1) a **fase elitista** (1950-1964), quando o televisor era considerado um luxo ao qual apenas a elite tinha acesso; 2) a **fase populista** (1964-1975) quando a televisão era considerada um exemplo de modernidade e programas de auditório e de baixo nível tomavam grande parte da programação; 3) a **fase do desenvolvimento tecnológico** (1975-1985) quando as redes de TV se aperfeiçoaram e começaram a produzir, com profissionalismo, os seus próprios programas com estímulos de órgãos oficiais, visando à exportação; 4) a **fase da transição e da expansão internacional** (1985-1990), durante a Nova República, quando se intensificam as exportações de programas; 5) a **fase da globalização e da TV paga** (1990-2000), quando o país busca a modernidade a qualquer custo e a televisão se adapta aos novos rumos da redemocratização; 6) a **fase da convergência e da qualidade digital** (2000-2010), com a tecnologia apontando para uma interatividade cada vez maior dos veículos de comunicação, principalmente a televisão, com a Internet e outras tecnologias da informação. [...] 7) a **fase da portabilidade, mobilidade e Interatividade digital** (2010-), quando o mercado de comunicação e o modelo de negócio vão se reestruturar, devido ao espaço ocupado pelas novas mídias.

Entre as fases históricas da TV Brasileira, sistematizadas por Mattos, destacamos a que vai de **1964 a 1975**, período em que foi lançado o projeto do primeiro telejornal exibido em rede nacional no Brasil - o **Jornal Nacional** -, da Rede Globo de Televisão.

Para concretizar esse projeto de um programa em rede, conforme Silva (1986, p. 31), as Organizações Globo se aproximaram do governo de modo que a “identificação reconhecidamente entre o regime militar e a Globo era indisfarçável”. Essa proximidade foi “reconhecida” pela própria Rede Globo durante as mobilizações de rua que aconteceram no Brasil em 2013, quando a empresa publicou uma nota no *site* **Memória Globo**, relatando que o apoio ao golpe de 1964 foi um erro. A emissora só vai publicar esse “reconhecimento” do erro porque, naquele momento, era impossível sustentar o “discurso de neutralidade” jornalística pela posição da imprensa, que dizia estar apenas registrando e noticiando os fatos. Logo depois, essa publicação foi retirada do *site*, esse arquivo foi apagado como se nunca tivesse existido, passando a constar apenas outros dois “erros” reconhecidos pela emissora: **Diretas Já** e **Debate Collor X Lula**.

Desde o início das operações, muitas foram as facilidades alcançadas pela Rede Globo de Televisão junto ao poder, em troca de apoio político e empresarial. Para Jambeiro (2012, p. 97):

[...] a TV Globo obteve permissão para expandir sua rede, conseguindo outras concessões do governo e também mais afiliadas entre as emissoras existentes, tipicamente de acordo com a política econômica do governo que favorecia a concentração de capital e corporações. Esta é uma das razões, afirmam muitos autores, de não haver dúvidas de que uma profunda relação de apoio mútuo tenha sido estabelecida entre o projeto militar e a TV Globo, que se tornou em certo sentido, o braço simbólico do governo militar.

O braço simbólico do governo militar a que Jambeiro se refere foi materializado, em grande parte, pelo projeto do primeiro telejornal exibido em rede nacional, na medida em que possibilitava que as mensagens do governo chegassem ao mesmo tempo a várias partes do país. Nesse sentido, Ramos (2015, s/p) observa que:

sem apoio popular, a Ditadura Militar necessitava de uma grande Mídia, para promover a integração nacional, bem como a sua legitimação. A TV Globo assumiu este papel de vender, aos brasileiros, a certeza de que tudo estava muito bem, às mil maravilhas. Não poderia ser melhor.

O golpe militar de 1964 trouxe mudanças significativas na área das Comunicações no Brasil, pois era interesse do governo expandir seu domínio e influência em todas as regiões do país. Os militares acreditavam que os veículos de comunicação, principalmente, a televisão e o rádio, eram fundamentais para o projeto de poder que tinham para o país. Explica Mattos (2010, p. 31): “Os veículos de comunicação de massa, principalmente a televisão, passaram a exercer o papel de difusores não apenas da ideologia do regime como também da produção de bens duráveis e não duráveis”. A televisão se tornou o suporte preferencial da propaganda, acelerando o ciclo do capital das indústrias tradicionais e também da indústria cultural no país. Diz Silva (2012, p. 12):

De uma perspectiva dos discursos políticos hegemônicos, no momento da introdução da televisão, tratava-se de expandir o Mercado geográfica e socialmente, de modo a integrar o brasileiro ao consumo, como parte de um processo de urbanização do país: tornar todo e qualquer cidadão “consumidor” foi política cultural na segunda metade do século XX no Brasil.

Criada em 1966, a **Embratel** - Empresa Brasileira de Telecomunicações - possibilitou a interligação do país por meio de linhas básicas de micro-ondas, as chamadas rotas, além da adesão ao consórcio internacional para utilização de satélites de telecomunicações - o Intelsat. No ano seguinte, é criado o Ministério das Comunicações, facilitando, conforme Silva (2012, p. 16): “a ingerência política nos meios de comunicação, evidenciada até mesmo nos conteúdos veiculados e sempre sob a justificativa de um controle técnico”. Sobre essa questão, assim se posiciona Bucci (1996, p. 16):

[...] os governos militares espetaram antenas em todo o território brasileiro (logo depois, em meados dos anos 80, viriam os satélites) e ofereceram estrutura para que o país fosse integrado via Embratel. O resto do serviço foi executado pelas redes, com a Globo na primeira fila. O modelo de redes abrangentes, quase totalizantes, e ao mesmo tempo servis ao estado, vingou no limiar da década de 70. Eles realizavam o que parecia impossível: imanar o Brasil.

A partir daí, estavam postas as condições técnicas que vão estruturar a criação das redes nacionais de televisão. Segundo Becker (2005, p. 17),

[...] a expansão das telecomunicações provocou a criação de uma infraestrutura de rede e a desregionalização da informação. Transformou a técnica e a linguagem do telejornalismo, marcada, até então pela herança radiofônica e pelas primeiras experiências provocadas pelo uso do videoteipe.

Inaugurada em 1965, a Rede Globo lança, quatro anos depois, o **Jornal Nacional**⁸ (**JN**), primeiro telejornal transmitido em rede nacional. Exibido desde 1º de setembro de 1969, o **JN** está no ar, de modo ininterrupto, há 50 anos, sendo o telejornal mais antigo em exibição na televisão brasileira e o de maior audiência no gênero jornalístico. Segundo pesquisa do IBOPE, realizada em março de 2019⁹, o **JN** registra, em média, 28 pontos; cada ponto equivale a 55 mil domicílios sintonizados por dia na Grande São Paulo. Os outros telejornais noturnos, de todas as emissoras do país, não têm chegado a dois dígitos no IBOPE, o que comprova a

⁸ Segundo o livro “Memória Globo” (2004), a escolha do nome do novo telejornal, **Jornal Nacional**, surgiu em decorrência do fato de que seria um programa jornalístico para alcançar todo país. Durante anos, no entanto, pensou-se que o nome tivesse sido adotado em função de um patrocínio do Banco Nacional.

⁹ Disponível em: <<https://www.kantaribopemedia.com/dados-de-audiencia-nas-15-pracas-regulares-com-base-no-ranking-consolidado-1803-a-24032019/>> Acesso em 27 de março de 2019.

audiência massiva do principal telejornal da Rede Globo. Uma posição de liderança que vem se mantendo há décadas.

Quando anunciou a sua criação, a Rede Globo destacou: “Vamos lançar um telejornal para que 56 milhões de brasileiros tenham mais coisas em comum. Além de um simples idioma” (VEJA, 1969, p. 68). Assim, segundo Becker, (2005, p. 17), o **JN** funcionou como “instrumento de integração do País, marcado pelo interesse da ordem nacional negociado entre os principais representantes do poder”. O relato sobre a história do telejornal, publicado em 2004, traz o texto da primeira apresentação do **JN**:

O Jornal Nacional da Rede Globo, um serviço de notícias integrando o **Brasil novo**, inaugura-se neste momento: imagem e som de todo Brasil, foi assim que o apresentador Hilton Gomes abriu, às 19h45, a primeira edição do *Jornal Nacional*. Em seguida, a voz de Cid Moreira anunciou: ‘Dentro de instantes, para vocês, a grande escalada nacional de notícias (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p. 24). (Grifo nosso)

Importante ressaltar que esse **Brasil novo** presente no enunciado acima faz referência a um país recém entrado num regime ditatorial. O projeto de criação do telejornal foi apresentado como um novo modelo de telejornalismo, dotado de grande rigor técnico. “Para manter o nível do noticiário na altura do avanço eletrônico que possibilita a formação da grande cadeia, as notícias e comentários serão escritos por redatores selecionados e não será permitida a improvisação (...)”, pontua ainda o texto da primeira apresentação do **JN** (MEMÓRIA GLOBO, 2004, p.24). No entanto, Rezende (2010, p. 60) esclarece que:

[...] como contrapeso às virtudes técnicas, o “JN”, logo de início, enfrentou o estigma que perseguiria a *Globo* por muitos anos: uma suposta afinidade ideológica com o regime militar. Na edição de estreia, a principal manchete do dia informava que o governo do país passava temporariamente ao controle dos três ministros militares, por causa da doença do Presidente da República, general Costa e Silva.

Décadas depois, esse estigma ecoa na sociedade brasileira, a exemplo das manifestações ocorridas no país em junho de 2013¹⁰, conforme adiantamos, quando as Organizações Globo foram acusadas de terem apoiado a ditadura, fazendo a empresa “reconhecer” que o apoio ao golpe militar foi um erro. Entretanto, esse “reconhecimento do erro” não apaga a importância do posicionamento das

¹⁰C.f. Magalhães e Silva Sobrinho, 2014.

Organizações Globo diante dos fatos históricos. Motivos não faltam para que o estigma de afinidade ideológica com os militares continue perseguindo a emissora. Nesse sentido, vale relembrar a emblemática declaração do presidente Médici (*apud*. Matos, 2010, p. 35), em 1973, acerca do **JN**:

Sinto-me feliz, todas as noites, quando ligo a televisão para assistir ao jornal. Enquanto as notícias dão conta de greves, agitações, atentados e conflitos em várias partes do mundo, o Brasil marcha em paz, rumo ao desenvolvimento. É como se tomasse um tranquilizante após um dia de trabalho. (MÉDICI *apud* MATOS, 2010, p. 35).

Na declaração de Médici, observa-se o silenciamento da censura a que os meios de comunicação estavam submetidos, um controle rígido no sentido de aliviar a real situação vivida no país. Para Orlandi (1992, p. 55), o **silenciamento** resulta de uma declinação política da significação “como forma de não calar, mas de fazer ‘uma coisa’, para não deixar dizer ‘outras’. Ou seja, o silêncio recorta o dizer. Esta é a sua dimensão política.” Mesmo assim, durante o regime militar as marcas da censura eram muitas vezes visíveis nos jornais impressos, que tentavam driblá-la através da publicação de receitas culinárias e poesias em lugar das notícias que foram censuradas. Desse modo, era possível ao leitor habitual do jornal perceber que naquele espaço algum assunto havia sido censurado. Com o avanço da repressão, esses artifícios também foram proibidos, instalando o que Orlandi (1992, p. 76) define como silêncio total, ou seja, “a manifestação mais visível desta política: a interdição do dizer”.

No caso dos meios eletrônicos (rádio e TV), como as pautas censuradas não podiam ser veiculadas, era como se, simplesmente, determinados assuntos não existissem. Os censores atuavam dentro das redações. Foi exatamente nesse período que, segundo Jambeyro (2002, p. 97-8),

a TV Globo obteve permissão para expandir sua rede, conseguindo outras concessões do governo e também mais afiliadas entre as emissoras existentes, tipicamente de acordo com a política econômica do governo, que favorecia a concentração de capital e corporações. Esta é uma das razões, afirmam muitos autores, de não haver dúvida de que uma profunda relação de apoio mútuo tenha sido estabelecida entre o projeto militar e a TV Globo, que se tornou, em certo, sentido, o braço simbólico do governo militar. Como as transmissões de TV eram fundamentais às políticas da ditadura militar, a TV Globo rapidamente adaptou-se àquelas políticas, empreendeu um modelo de produção capaz de atender às necessidades econômicas, políticas e ideológicas dos militares e, em troca, foi estimulada e favorecida a se estruturar como rede nacional.

No modelo de produção ao qual o autor se refere, foi estabelecida uma **grade** de programação que vigora até hoje, transformando-se em modelo também para emissoras de outros grupos empresariais de comunicação. A Rede Globo estabelece o chamado “Padrão Globo de Comunicação”. Muitas vezes, era apenas uma supremacia tecnológica em relação às demais. Supremacia essa adquirida com a proximidade do poder. Para Gomes (2012, p. 47),

O *Jornal Nacional* é produto da articulação entre os interesses da elite política e econômica e os interesses políticos e econômicos dos militares [...]. O ideal de integração nacional estava na origem do novo programa e se tornou possível com a tecnologia de transmissão em rede.

Considerando que as condições tecnológicas da época demandavam altos investimentos na área, o lançamento de um telejornal em rede nacional seria inviável sem o interesse direto do poder. Trata-se de um investimento viabilizado pelo Estado que acabou beneficiando significativamente o desenvolvimento da Rede Globo de Televisão. Como a classe que domina economicamente é a mesma que domina o Estado, essa “aliança” faz parte do surgimento e do funcionamento do Estado, ou, como afirma Mézaros (2011, p. 26), “a existência do Estado está inseparavelmente ligada à reprodução econômica do sistema do capital, em outros termos, ela é o fundamento ontológico objetivo do próprio Estado moderno”.

Nessa articulação de interesses, os dois lados - empresários e governo militar - se beneficiam mutuamente: os empresários se submetem politicamente ao governo e, ao mesmo tempo, vão consolidando sua independência econômica. Dessa forma, o governo militar dispôs de um canal para propagar os princípios da Ideologia da Segurança Nacional. Segundo Gomes (2012, p. 48), para que essa estratégia tivesse sucesso, era preciso “estabelecer um pacto com os militares, através do qual a TV controlava a produção de conteúdos de seus programas em troca do apoio do governo para a construção da infraestrutura necessária para a consolidação da indústria televisiva”.

Desde o início de sua exibição, em setembro de 1969, o **Jornal Nacional** sempre esteve localizado na grade de programação da TV Globo no chamado horário nobre, estrategicamente entre duas telenovelas - gênero que atrai grande audiência e investimentos publicitários -, destacando-se como o produto jornalístico de maior audiência da emissora. O horário nobre da TV é identificado como o de maior audiência, ou seja, aquele com o maior número de televisores ligados num

mesmo canal. Na TV Brasileira, o horário nobre acontece entre 19 e 22h horas nos dias da semana, sendo essa a faixa de maior valor comercial para a veiculação de publicidade. Segundo Souza (2004, p. 55), “as emissoras comerciais baseiam-se nos dados de audiência para decidir a programação de um gênero em determinado horário”.

Conforme Rezende (2000, p. 117), “entre o final da década de 1970 e durante os anos de 1980, o telejornal alcançava a prodigiosa marca de 79,9% da audiência nacional”, um feito inédito, se comparado a outras televisões do mundo, em que a audiência dos programas televisivos costuma ser pulverizada em diversos canais. Atualmente, embora os números do **JN** não atinjam os mesmos patamares de antes, ainda é considerado o telejornal de maior audiência no país.

Para a maioria da população brasileira, os telejornais são a primeira e, muitas vezes, a única informação que recebe do mundo. Os telejornais assumiram uma importância tão relevante na programação das emissoras de TV que muitos canais de televisão são dedicados exclusivamente à transmissão de notícias 24 horas, as chamadas *all news*. A rede mais conhecida nesse segmento é a americana CNN (*Cable News Network*), primeira rede de notícias 24 horas, sete dias por semana, 365 dias por ano (PATERNOSTRO, 2006). No Brasil, esse formato de canal também se expandiu com a criação *GLOBO NEWS*, *RECORD NEWS*, *BAND NEWS*.

Os telejornais ocupam um espaço significativo na vida das pessoas. Nesse espaço midiático, a ideologia dominante vai atuar na naturalização dos fatos sociais. Portanto, o poder de produzir consensos da classe dominante e trabalhar na estabilização de sentidos é, sem dúvida, um dado relevante da televisão.

A programação de uma emissora televisiva (de sinal aberto e comercial) objetiva oferecer ao telespectador entretenimento e informação, considerando que, além da audiência e do público-alvo, fatores históricos, sociais e culturais da emissora também influenciam a estratégia da programação, além disso, tem ainda o compromisso de atender às necessidades dos anunciantes. Na televisão, ainda cabe à emissora determinar o quê e em qual horário os programas são exibidos. Para Souza (2004, p. 55), essa é uma “estratégia utilizada pelas emissoras para estipular um horário fixo para determinado gênero todos os dias da semana, com o objetivo de criar no telespectador o hábito de assistir ao mesmo programa nesse horário”. Assim, o telespectador não tem direito de escolha, a grade de programação é fixa, os programas têm dia e horário definidos. As emissoras determinam o horário

de transmissão do programa com base nos índices de audiência fornecidos pelos institutos de pesquisa.

Como, durante esses 50 anos, o **JN** sempre esteve na mesma localização na grade horária de programação semanal, essa estratégia acabou criando um hábito nos telespectadores, o que, do nosso ponto de vista, contribui para os elevados índices de audiência do telejornal, conferindo poder ao discurso jornalístico. Inclusive, podemos observar que durante o chamado horário de verão, nos Estados que não sofrem alteração nos relógios, a exemplo da programação veiculada pela emissora afiliada da Rede Globo em Alagoas - TV Gazeta - é totalmente gravada, com exceção do **Jornal Nacional**, considerado o principal noticiário da emissora. A exibição do **JN** passa a ser uma hora mais cedo nos estados que não entram no horário brasileiro de verão, porque a prioridade continua sendo manter a exibição ao vivo.

Atualmente, algumas emissoras de canal aberto disponibilizam determinados programas em seus portais. No caso da Rede Globo, através do aplicativo *Globoplay* é possível assistir ao **JN** ou a outros programas da emissora na Internet. Dessa maneira, o telespectador/internauta decide qual o melhor horário para receber as notícias, quebrando um pouco do poder dos programadores da grade televisiva, um poder tido, muitas vezes, como tirano. Ou, nas palavras de Clark (apud SOUZA, 2004, p. 57):

A televisão não é alternativa. Ela é tirana, o que é muito ruim. Ninguém assiste ao telejornal na hora que quer [...]. Todos nós assistimos àquilo que o 'gênio de plantão' decide – 'gênio de plantão' é o nome que dou àquele sujeito que manda na programação das televisões.

Mas a tecnologia digital vem quebrando essa lógica da determinação fixa do horário de recepção do conteúdo, já que ele fica disponível na Internet, para acesso logo após a exibição na televisão.

2.3 O Discurso jornalístico na TV e na Internet: a convergência midiática em funcionamento

A Televisão é um negócio e, como todo negócio dentro do sistema capitalista, é movido pela busca da maior lucratividade possível. Se, no início, a Internet foi uma ameaça aos tradicionais meios de comunicação, como os jornais impressos e as

emissoras de TV e Rádio, hoje, ela se tornou uma grande aliada. Na lógica do mercado, não importa de que maneira e em que plataforma o produto será consumido, o importante é continuar sendo consumido. Nesse sentido, abrem-se mais possibilidades de comercialização de conteúdo, amplia-se o leque de opções. O desenvolvimento da Internet provocou e continua a provocar constantes mudanças nas formas de comunicação na sociedade.

Segundo Castells (2003, p. 19), essa possibilidade tecnológica começou a ser vislumbrada através das pesquisas nos anos de 1960, nos Estados Unidos,

[...] embora a Internet tivesse começado na mente dos cientistas da computação no início da década de 1960, uma rede de comunicações por computador tivesse sido formada em 1969, e comunidades dispersas de computação reunindo cientistas e hackers tivessem brotado desde o final da década de 1970, para a maioria das pessoas, para os empresários e para a sociedade em geral, foi em 1995 que ela nasceu.

É nessa década que muitos meios de comunicação impressos começaram a criar suas versões *online* e, posteriormente, muitos jornais e revistas deixaram, inclusive, de serem impressos em papel. Em 1998, já havia mais de 1.600 jornais americanos com páginas na Web. A maioria dos sites jornalísticos surgiu como meros reprodutores do conteúdo publicado nos jornais impressos. Somente com o avanço dos portais e das possibilidades de *hiperlink* é que começaram a surgir veículos interativos e personalizados, com um material voltado para o meio *online* (FERRARI, 2012).

É no início da década de 1990 que a Internet chega ao Brasil, inicialmente pelo meio acadêmico e científico, com acesso restrito a professores e funcionários de algumas universidades e instituições de pesquisa. Somente em 1995 o acesso à rede ampliou-se, aumentando o número de provedores e popularizando seu acesso. Assim como em outras partes do mundo, os jornais brasileiros também começaram a criar suas versões *online*. O primeiro deles foi o **Jornal do Brasil (JB)**, veículo carioca que criou o “*JB online*”. Logo em seguida, **O Globo** lança a versão eletrônica do jornal. Em 2000, as Organizações Globo lançavam seu portal, “Globo.com”.

Segundo Ferrari (2012),

[...] empresas tradicionais como as Organizações Globo, o Grupo Estado (detentor do jornal O Estado de São Paulo e Jornal da Tarde), o Grupo Folha (do jornal Folha de São Paulo) e a Editora Abril se mantêm como os maiores conglomerados de mídia do país, tanto em audiência quanto em receita com publicidade. Foram eles que deram os primeiros passos na

internet brasileira, seguidos pelo boom mercadológico de 1999 e 2000. (FERRARI, 2012, p. 28).

Todos os meios - jornais, revistas, emissoras de TV e rádio - buscavam formas de se adaptar ao meio *online*; era um caminho sem volta. É o início da concretização do processo de convergência midiática que, consoante Beiggs e Burke (2006, p. 270),

desde a década de 1990 é aplicada ao desenvolvimento tecnológico digital, à integração de texto, números, imagens, sons e a diversos elementos na mídia. (...) sendo subsequentemente aplicada a organizações e processos, em especial à junção das indústrias de mídia e telecomunicações.

Um processo que vai rompendo as fronteiras entre os meios de comunicação, dentro de cada meio, entre o experimental e o já estabelecido. Jenkins (2008, p. 27) vai definir o fenômeno da convergência como:

[...] fluxo de conteúdos através de múltiplos suportes midiáticos, à cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e ao comportamento migratório dos públicos dos meios de comunicação, que vão a quase qualquer parte em busca de experiência de entretenimento que desejam. Convergência é uma palavra que consegue definir transformações tecnológicas, mercadológicas, culturais e sociais, dependendo de quem está falando.

Ou seja, o processo de convergência midiática serve para traduzir as mudanças nas formas de relacionamento do público com os meios de comunicação, possibilitando que o conteúdo de novas e velhas mídias torne-se híbrido. Jenkins (2008) observa que as novas tecnologias midiáticas não estão substituindo os meios de comunicação tradicionais, o que está ocorrendo é uma interação de plataformas cada vez maior. Segundo o autor (2008, p. 42):

[...] palavras impressas não eliminaram as palavras faladas. O cinema não eliminou o teatro. A televisão não eliminou o rádio. Cada antigo meio foi forçado a conviver com os meios emergentes. É por isso que a convergência parece mais plausível como uma forma de entender os últimos dez anos de transformações dos meios de comunicação do que o velho paradigma da revolução digital. [...] A convergência está ocorrendo dentro dos mesmos aparelhos, dentro das mesmas franquias, dentro das mesmas empresas, dentro do cérebro do consumidor e dentro dos mesmos grupos de fãs. A convergência envolve uma transformação tanto na forma de produzir quanto na forma de consumir os meios de comunicação.

Essa nova ambiência comunicacional vai refletir nas práticas discursivas, que são práticas sociais. A possibilidade de convergência a partir dos avanços

tecnológicos permitiu que o conteúdo da TV fosse disponibilizado na *web* através dos *sites* das emissoras. Como já dito, o conteúdo da Rede Globo pode ser acessado no *Globoplay*, aplicativo da emissora que pode ser baixado de forma gratuita. No entanto, o acesso a todo o conteúdo só é possível com o pagamento de assinatura, caso contrário, o consumidor só vai poder acessar fragmentos dos programas. Telejornais, novelas, seriados, filmes e todo tipo de conteúdo produzido pela emissora pode ser assistido na Internet, resultando numa mudança estrutural provocada pela criação da chamada sociedade em rede. Nesse contexto, Silva e Rocha (2010, p. 199) apontam como essa mudança está influenciado o campo do telejornalismo:

a migração dos conteúdos dos telejornais para a *web* trouxe para o telespectador a possibilidade de acessar os conteúdos do telejornal de forma integral ou parcial, em qualquer momento do dia. Há ainda dispositivos que favorecem o acesso a conteúdos específicos relacionados à memória dos acontecimentos (vídeos) e a interação do público (*chats*, fóruns, enquetes), o que mesmo com as limitações decorrentes do processo aumenta consideravelmente o nível de participação da audiência.

A tecnologia também viabilizou o acesso do público a parte dos arquivos da emissora através do projeto **Memória Globo**, um projeto que começa com a publicação de livros e se amplia no meio digital. No entanto, apesar de abertos, esses arquivos são controlados. Numa discussão sobre a memória televisiva e a necessidade de se ter livre acesso aos arquivos de telejornais, Brasil (2012, p. 168) ressalta que esses arquivos

[...] ainda continuam reféns de alguns poucos *gatekeepers* – ou “paladinos da verdade” – que controlam os centros de documentação de nossas emissoras de televisão. Ninguém pesquisa telejornais brasileiros do passado e do presente sem o aval desses poderosos “controladores” de arquivos.

Muito material produzido nas emissoras foi perdido em incêndios e na reutilização de fitas gravadas. Essa parte não tem como recuperar. Por outro lado, existe uma infinidade de conteúdo em áudio e vídeo que poderia ser disponibilizado como fonte de pesquisa para a compreensão dos fatos que foram transformados em acontecimentos jornalísticos de diversas épocas. Entendemos que, da mesma maneira que a informação textual - os jornais impressos - está disponível, ou pelos menos deveria estar em bibliotecas, o acervo dos telejornais também deveria ser acessível.

Esse processo seletivo de o que pode e o que vai fazer parte do arquivo ou de outro acervo que estará disponível faz parte, do ponto de vista discursivo, de uma movimentação ideológica que repercute no uso da língua, mas, essencialmente, na disponibilidade da linguagem. Esse é um tipo de escolha (editorial) que nos interessa, sobremaneira. É exatamente esse processo de seleção presente no arquivo que vamos investigar nas próximas seções da tese.

3 ARQUIVO, MEMÓRIA E ESQUECIMENTO

O passado não é livre. Nenhuma sociedade o deixa à mercê da própria sorte. Ele é regido, gerido, preservado, explicado, contado, comemorado ou odiado. Quer seja celebrado ou ocultado, permanece uma questão fundamental do presente. (ROBIN, 2016).

3.1 Do efêmero ao “permanente”: o telejornal e o arquivo

A possibilidade de gravar, editar e arquivar conteúdo não existia no início do funcionamento da televisão como um meio de comunicação. No Brasil, assim como em outros países, a programação exibida nas emissoras era toda produzida ao vivo porque a tecnologia que permitiria a gravação, edição e arquivamento só seria desenvolvida e implantada anos mais tarde. Antes disso, tudo era realizado no chamado tempo real, ao vivo. Não existia a possibilidade de voltar e rever o que tinha sido feito. De um anúncio comercial a uma telenovela, de um show musical a um telejornal, as coisas aconteciam em frente às câmeras e assim iam para o ar. Era a época em que os “erros” não podiam ser cortados e as cenas não poderiam ser regravadas, não existiam gravadores ainda. A tecla “rec”¹¹ não fazia parte dos antigos equipamentos. Essa era uma época de experiências, era como um laboratório, já que não existiam especialistas na área de TV no país. Conforme Prado (1996, p. 13), “durante bom tempo a programação era transmitida das 18 às 23h e, obviamente, ao vivo”. As emissoras estavam distantes do que acontece hoje, com programação 24 horas no ar.

Por causa das muitas dificuldades técnicas, os primeiros telejornais da TV Brasileira, eram obrigados, segundo Brasil (2012, p. 89), “a adotar o formato de transmissão direta do estúdio de gravação, quase sem coberturas externas e com uma linguagem muito parecida com a do radiojornalismo”. Nessa época, as emissoras de TV utilizavam filmes para a transmissão de imagens externas, filmes que precisavam ser revelados antes de serem levados ao ar. Para Melo (2002, p. 15), “devido à demora na revelação e montagem dos filmes, a transmissão das imagens podia sofrer um atraso de até 12 horas entre o acontecimento e a sua

¹¹Rec é a abreviatura do verbo gravar em inglês “to record”.

divulgação nos telejornais”. A televisão ainda estava longe de ser o principal meio de informação do brasileiro. Era a “época de ouro” do rádio brasileiro!

O primeiro salto tecnológico na TV vai acontecer em 1956, nos Estados Unidos, com a invenção do *videotape*¹². No Brasil, esse equipamento chega quatro anos depois, em 1960. A TV Tupi de São Paulo é a primeira emissora a utilizá-lo na gravação da inauguração de Brasília, em 21 de abril, podendo, assim, exibir as imagens em várias cidades. Começava a era da gravação, edição e a possibilidade de armazenamento de áudio e vídeo, a viabilização tecnológica de se criar um arquivo audiovisual nas emissoras de TV. O equipamento de *videotape* instaurou uma profunda transformação no funcionamento das emissoras porque, segundo Paternostro (2006, p. 31), permitiu “operações atualizadas, racionalização da produção, economia de custos e de tempo, melhor qualidade nos programas”. O equipamento vai proporcionar mais agilidade aos programas, já que as produções deixaram de ser exclusivamente ao vivo, assim como a distribuição dos programas nas diversas emissoras. Nessa época, a TV ainda não operava em sistema de rede; as emissoras tinham que produzir tudo que era exibido. Eram produtoras e exibidoras de toda programação.

O negócio chamado Televisão começava a se profissionalizar e ganhar espaço no mercado publicitário, que, até então, era dominado pelo Rádio. As desconfianças em relação ao novo meio vão-se dissipando e “os anos 60 consolidam a TV no Brasil. Na disputa pelas verbas publicitárias, ela assume, definitivamente, o seu caráter comercial: começa a briga pela audiência” (PATERNOSTRO, 2006, p. 31).

Com a possibilidade de gravação e posterior edição, os programas poderiam ser apresentados com sequências de cortes e montagem inovadoras para a época. Os erros poderiam ser apagados, novas gravações seriam possíveis e a televisão começava a apresentar qualidade de produção. No entanto, o equipamento de *videotape* também vai possibilitar um maior controle do que será exibido. O imprevisto, aos poucos, vai saindo de cena. Cada palavra dita, cada imagem mostrada passa a ter um maior controle por parte dos editores e diretores de programação. Ainda não estamos nos referindo à censura! É o controle interno dos

¹² Também conhecido como VT, o *videotape* é um equipamento que funciona a partir de uma fita magnética na qual é possível gravar áudio e vídeo, e que tornou mais fácil e rápido o processo de edição dos vídeos. Atualmente, esse processo de edição é feito diretamente nos computadores.

processos, porque quase tudo passa a ser produzido antes; só alguns programas vão continuar sendo exibidos ao vivo.

Entre esses programas que vão continuar sendo veiculados ao vivo estão os Telejornais. Apesar de toda produção acontecer antes, eles são exibidos no momento exato em que estão no ar. Mesmo assim, o controle dos processos continua. As reportagens e entrevistas, em sua maioria, já foram gravadas e editadas. As entradas ao vivo dos repórteres no vídeo são pontuais e cronometradas. Na TV, o tempo é medido em segundos. Vale ressaltar que o fator tempo é a moeda mais valorizada na programação de uma emissora, visto que esse meio trabalha com fluxos temporais; tudo na TV é dividido por frações de tempo. E tempo, na Formação Social Capitalista, é sinônimo de dinheiro. No campo jornalístico, isso também se aplica. Nada pode ser desperdiçado. Os comentários dos apresentadores/âncoras têm local e hora para acontecer. A mão do editor está presente em cada passo dado, em cada palavra falada pelos apresentadores. É o **poder dizer** representado na figura do editor e simbolizado pelos apresentadores.

As notícias ou aquilo que os editores vão denominar como notícias formam o conteúdo dos telejornais. São fatos selecionados ao longo do dia e que vão compor o espelho¹³ da edição a ser exibida. Quando um telejornal é exibido, isto é, entra no ar, configura-se um espaço de discursividade que instaura um modo específico de significação, dada através das inter-relações de linguagem entre quem produz e quem recebe as informações. Assim como Mariani (1999, p. 102), entendemos que o ato de noticiar “não é neutro nem desinteressado: nele se encontram, entrecruzando-se, os interesses ideológicos e econômicos do jornal, do repórter, dos anunciantes bem como, ainda que indiretamente, dos leitores”, que, no caso específico da televisão, seriam esses os telespectadores, inclusive, para ir ao encontro dos seus desejos e suas expectativas. Nessa hierarquia de interesses, é travado um campo de forças balizado pela **linha editorial do jornal**¹⁴. Tudo isso é desenvolvido em uma sociedade de classes que atende aos anseios do capital; quando conveniente, retira-os ou os substitui para solidificar seus interesses.

¹³O Espelho do telejornal é a sequência das notícias veiculadas em blocos. A montagem do espelho é de responsabilidade do editor geral do telejornal. Os efeitos de sentido produzidos nos espelhos dos telejornais foram tema da nossa dissertação de mestrado, apresentada em 2016, PPGLL-UFAL.

¹⁴São orientações que estabelecem os limites e o foco/direcionamento nas coberturas dos fatos jornalísticos.

Podemos pensar no telejornal como algo já simbolizado pela sociedade. Através do hábito, todo mundo sabe o que é. Sabe que não é a ficção das telenovelas, nem o comercial de produtos e serviços, mas algo que é exibido num tempo reservado da programação da chamada **grade televisiva** para que acontecimentos selecionados pelos jornalistas pareçam ser os mais relevantes do dia. Segundo Coutinho e Mata, (2012, p. 394),

[...] a grade televisiva é composta de uma grande variedade de programas que serão veiculados de acordo com o horário de exibição, público-alvo a ser atingido e, claro, níveis de audiência que se espera da exibição, pois aí teremos outro elemento fundamental para a mídia televisiva [...]: a publicidade e, em muitos casos, o *merchandising*. Os programas são muitas vezes fragmentados pensando-se no corte publicitário.

No entanto, a partir da perspectiva teórica que adotamos, sabemos que essas escolhas não se restringem apenas aos aspectos técnico editoriais, desvinculados do seu caráter sócio-histórico-ideológico mais amplo. São escolhas de sujeitos afetados pelas relações sociais que se estabelecem cotidianamente e que vão influenciar direta ou indiretamente a compreensão dos assuntos abordados no telejornal. Uma influência que no Brasil se dá de maneira quase hegemônica, visto que, como diz Becker (2005, p. 9), “os telejornais são os produtos de informação de maior impacto na sociedade contemporânea e as principais fontes de informação para a maioria da população brasileira”.

Desse modo, a televisão se tornou o maior símbolo da mídia de massa, sendo um dos veículos de comunicação de maior influência no país, apesar do acelerado crescimento da Internet nos últimos anos. Ademais, o hábito de assistir à TV e navegar na Internet ao mesmo tempo já faz parte de 95% dos brasileiros conectados à Web, segundo dados da pesquisa do Instituto Ibope Conecta (2018)¹⁵.

Em relação ao telejornalismo, tem-se ainda, segundo Temer (2010, p. 109), que:

[...] uma responsabilidade social e política imensa já que o baixo acesso à educação formal e à tradição da cultura oral levaram uma relação extremada entre público e a televisão, o que levou o telejornalismo à condição de uma importante - em alguns casos, a única - via de acesso às notícias para grande parte da população.

¹⁵ Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-05/pesquisa-diz-que-95-dos-internautas-navegam-na-web-enquanto-veem-tv>>. Acesso em: 20 mar. de 2019.

Para manter essa influência diária nos telespectadores, estratégias de sedução e captação da audiência são constantemente pensadas. Entre essas estratégias, está a opção por assuntos emocionais, fazendo uso intencional de uma linguagem dramática que envolve o telespectador, com vistas a estabelecer uma relação de identificação com o que é mostrado. Em muitas reportagens televisivas, inclusive, a informação jornalística perde espaço para os dramas individuais, transformados em espetáculos com direito a heróis e bandidos, quase contados como um enredo de novela, um gênero televisivo bastante apreciado pelos brasileiros. As reportagens (matérias) procuram sempre encontrar personagens que ajudem a contar as histórias de maneira mais envolvente.

Para Temer (2010, p. 118):

[...] na busca por matérias que cativem os receptores, o telejornalismo investe nas matérias de interesse humano, ou os chamados *fait-divers*. Esse material satisfaz a curiosidade do público; e trabalhados numa linguagem de fácil compreensão, não exigem reflexões, interpretações e ou associações de fatos, possibilitando ao receptor realizar imaginariamente os seus desejos e exorcizar as suas angústias.

A medição da audiência (IBOPE)¹⁶ em tempo real também auxilia a apontar quais assuntos despertam maior interesse nos telespectadores. Ou seja, os chamados critérios de noticiabilidade são deixados em segundo plano para que assuntos que despertem a audiência dos telespectadores sejam priorizados. Segundo Vizeu (2000), os critérios de noticiabilidade na TV são: ser factual, despertar o interesse do público, atingir o maior número de pessoas, apresentar coisas inusitadas, novidades, personagens e boas imagens. É o público pautando o jornalismo diário e influenciando direta ou indiretamente o modo do fazer jornalístico. Outra influência do público se dá também através dos *sites* das emissoras e das redes sociais, entendidas como ferramentas de interatividade utilizadas para aproximar produtores e telespectadores. Entre as mais utilizadas estão: *WhatsApp*, *Facebook* e *Twitter*. De acordo com Recuero (2009):

[...] uma rede social é definida como um conjunto de dois elementos: atores (pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede) e suas conexões (interações ou laços sociais) (Wasserman e Faust, 1994; Degenne e Forse, 1999). Uma rede, assim, é uma metáfora para observar os padrões de

¹⁶O IBOPE é um instituto de pesquisa que faz, entre outras atividades, a medição em tempo real da audiência dos programas televisivos. A palavra IBOPE virou sinônimo de audiência; costuma-se falar que tal programa tem IBOPE ou que tal pessoa está com o IBOPE baixo.

conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores. (RECUERO, 2009, p. 24).

Através dessas várias redes, os usuários/telespectadores fazem denúncias, enviam vídeos, fotos, áudios que podem ou não ser transformados em notícias e veiculados nos telejornais. Essa interação passou a ser chamada de **jornalismo colaborativo** ou **participativo**, um conceito que vem se expandindo nos diversos meios.

Esse poder sedutor da televisão é, em grande parte, atribuído, conforme Arbex Jr (2001, p. 50):

[...] à ilusão de cordialidade que o veículo propicia. Basta ligar o aparelho (fácil veículo de fáceis sugestões) e a sala da casa, antes imersa na mais profunda solidão, será invadida por imagens, vozes e sons do mundo, criando a sensação de participação de uma comunidade ilusória.

Pensar o telejornal como um produto exposto na prateleira da grande indústria televisiva nos ajuda a compreender que, apesar de ser um bem simbólico, o telejornal é influenciado principalmente pelas técnicas mercadológicas e de marketing utilizadas para manter a valorização do produto no mercado da comunicação. Projetos cenográficos modernos, escolha detalhada dos apresentadores, estilo de apresentação das notícias, tudo é planejado para manter altos índices de audiência e o elevado valor dos anúncios veiculados nos intervalos comerciais. A forma como os telejornais são apresentados tem sempre um ritmo ágil, rápido, passando a ideia de dinamismo e urgência dos fatos.

No caso do **Jornal Nacional**, Gomes (2012, p. 40) destaca que:

[...] ele tem o tempo publicitário mais caro da TV brasileira: uma publicidade de 30 segundos veiculada no *Jornal Nacional* custa 367 mil reais e seus índices de audiência andam na casa dos 35%, índice inferior apenas ao de outras duas produções da própria TV Globo, as telenovelas do horário noturno.

Atualizando esses dados, segundo a tabela de preços¹⁷ da Rede Globo, cada inserção de 30 segundos no **JN** custa 825 mil reais, ficando abaixo apenas da

¹⁷Disponível em:

<<http://negocios8.redeglobo.com.br/Storage%20%20Planejamento%20Rede/Lista%20de%20Pre%C3%A7os%20out%202018%20a%20mar%202019.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2019.

novela das 21 horas, que tem o valor de 847 mil reais. O anunciante tem ainda a possibilidade de comprar um *break* (intervalo comercial) exclusivo de 30 segundos custando mais de 1 milhão de reais.

Nas mídias eletrônicas, o tempo entre a produção e o consumo da mercadoria (notícia) é muito curto e rapidamente o produto se torna obsoleto, ou, como diz Orlandi (2012, p.179) em sua reflexão sobre televisão, a TV “anula a *demora*, elide a *espera*, instala o regime de urgência”. É a necessidade de fazer o jornalismo em tempo real! Inclusive, algumas vezes, acontece a interrupção da programação para noticiar algum fato inédito que tenha urgência em ser divulgado. Essa necessidade de aceleração do tempo ficou ainda mais acentuada com a rápida expansão das mídias digitais.

Nesse espaço de discursividade do telejornal, são estabelecidas relações entre quem produz (os jornalistas/empresa) e quem recebe (os telespectadores/consumidores), relações sociais em que se articulam subjetividade e objetividade no processo de trabalho. Segundo Magalhães (2003, p. 79), “categorias ontológicas - subjetividade e objetividade que possuem autonomia, mas que não podem ser pensadas separadamente”. Buscamos o entendimento dessa articulação a partir das bases teórico-conceituais do ser social, caracterizadas por “uma subjetividade objetivada, isto é, um sujeito que possui história, por isso, limites na construção ideal e efetiva de suas realizações” (MAGALHÃES, 2003, p. 79).

Logo, existe uma realidade posta que impõe limites tanto para quem produz como para quem recebe as notícias. Uma objetividade que também vai determinar o processo discursivo do telejornal. Isso, no entanto, não vai impedir que a subjetividade apareça como possibilidade de fazer escolhas, pois, como nos diz Magalhães (2003, p. 79):

[...] sem a interferência da subjetividade, é impossível qualquer escolha entre as alternativas existentes na objetividade, que funcionaria apenas com sua lógica interna ou ao sabor do acaso. Na verdade, é o surgimento da subjetividade que instaura o ser social; e a história do gênero humano é a história da intervenção da subjetividade na objetividade. É nessa relação que se consubstancia a força do sujeito/autor.

Portanto, esse fazer discursivo do telejornal só poderá ser compreendido tendo em vista as contradições sociais que possibilitam sua objetivação, visto que, conforme Florêncio et al. (2009, p. 41-2), “[...] a subjetividade que vai conduzir o processo está submetida ou à lógica idealista (que prioriza a ideia sobre a matéria)

ou à lógica materialista (que prioriza a matéria sobre a ideia) de abordagem do real”. Segundo Lessa e Tonet (2008, p. 43), o mundo dos homens é uma “síntese de ideia e matéria que apenas poderia existir a partir da transformação da realidade (portanto, é matéria) conforme um projeto previamente ideado na consciência (portanto, possui um momento ideal)”. Ou ainda que é a existência social dos homens que determina as suas consciências, e não o contrário.

A partir daí, faz-se necessário entender que as práticas sociais, entre elas o processo de produção de sentido do/no discurso jornalístico, vão provocar outro movimento nessa engrenagem: a escolha do que será ou não arquivado, aquilo que será ou não lembrado. O que será, enfim, silenciado. Ou, como posto por Mariani (2003, p. 33), entender o discurso jornalístico no “processo histórico de seleção dos acontecimentos que serão recordados no futuro”, considerando as **condições de produção** em que esses discursos foram postos em circulação.

Na perspectiva da Análise do Discurso (AD), a categoria **Condições de Produção** compreende os sujeitos e a situação, como também a memória. Trata-se de uma categoria fundamental para a AD, cujo conceito, segundo Zandwais (2009, p. 22), é “tomado do materialismo histórico, e que viria a criar as condições para inscrever, de modo concreto, a história na ordem do discurso e o discurso no campo da *práxis*”.

É preciso considerar que para a AD de filiação pecheuxtiana, existem as Condições de Produção amplas e restritas. Nas primeiras, estão situadas as grandes áreas de circulação de sentidos, como as relações de produção, a política, a justiça, a educação, a mídia etc., que vão formar uma totalidade social. De outro modo, como diz Florencio et al. (2009, p. 65), “expressa as relações de produção, com sua carga sócio-histórico-ideológica”. Categoricamente, as Condições de Produção amplas atuam como fatores determinantes do discurso nessa relação por intermédio dos sujeitos.

Na medida em que o percurso social é desenvolvido numa ambientação macro estruturante, através da qual os sujeitos se fazem e se refazem numa tessitura de grandes proposições, é fundamental que o analista do discurso compreenda o funcionamento dessa ambientação; isto é, entenda essa totalidade social. A propósito, Magalhães e Silva Sobrinho (2014, p. 2) apontam que, partindo-se do materialismo histórico-dialético, as Condições de Produção devem ser tomadas como fundantes de toda *práxis* humana. “[...] todas as *práxis* sociais,

inclusive as discursivas, serão afetadas pelas relações de classes geradas pela lógica capitalista”, observam os autores. Ou seja, todos os discursos são *práxis*.

Já as Condições de Produção em sentido restrito dizem respeito ao contexto imediato, às circunstâncias da enunciação que se particularizam e/ou individualizam no/pelo discurso, em uma configuração específica do entendimento deste ou daquele tipo ou do gênero discursivo. Logo, compreendemos que os discursos são produzidos a partir de posições que vão sustentar os dizeres e produzir os sentidos das palavras. Assim, esses dizeres não se originam nos indivíduos, pois fazem parte das **Formações Ideológicas**, são práticas sociais concretas de uma Formação Social, ou, nas palavras de Pêcheux (2009, p. 132):

[...] as ideologias práticas são práticas de classes (de luta de classes) na Ideologia. Isso equivale a dizer que não há, na luta ideológica (bem como nas outras formas da luta de classes), ‘posições de classe’ que existam de modo abstrato e que sejam então aplicadas aos diferentes ‘objetos’ ideológicos regionais das situações concretas, nas Escolas, na Família, etc.

Com isso, entendemos que os sentidos materializados nos discursos vão se inscrever nas posições das Formações Ideológicas. Para Haroche, Henry e Pêcheux (1971, p. 102-3), as Formações Ideológicas são definidas como um “conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem individuais, nem universais e que se referem mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras”.

Por sua vez, as **Formações Discursivas** estão, indubitavelmente, dependentes das relações de classes, dos embates ideológicos que ocorrem na sociabilidade. Na sociedade capitalista, nas palavras de Amaral (2005, p. 43), “as relações estabelecidas sob essa ordem (capitalista) [...] se efetivam no embate das duas formações ideológicas fundamentais - a do capital e a do trabalho - em função de interesses divergentes”, interesses contraditórios que têm na luta de classes sua mola propulsora que vai interferir na produção de sentido dos discursos.

Através da mobilização da Formação Discursiva, é possível observar o funcionamento que ocorre nos sentidos configurados como literais, em que os sujeitos do discurso vão-se julgando fontes de seus dizeres, acreditando na transparência da linguagem. Mas, como já abordamos anteriormente, a linguagem para a AD não é transparente, mas, opaca, e, segundo Orlandi (2001):

[...] os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. Desse modo, as margens do dizer, do texto, também fazem parte dele. (ORLANDI, 2001, p. 30).

É possível observar que sempre vai existir uma relação entre a posição do sujeito e o que ele enuncia. Assim, podemos ressaltar que há uma dependência entre Formação Ideológica e Formação Discursiva, sendo a última entendida por Pêcheux (2009, p. 147) como:

[...] aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina **o que pode e deve ser dito** (articulado sob forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc) [ou ainda] que as palavras, expressões, proposições etc, recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas.

Cabe destacar que em cada Formação Ideológica existem várias Formações Discursivas, sendo que uma delas é a dominante, ou seja, aquela que vai estabelecer os sentidos que compõem seus discursos. Para Zandwais (2014, p. 58), a partir das reflexões de Pêcheux, a noção de FD:

[...] é marcada também pela heterogeneidade, mas articulada à noção althusseriana de formação ideológica, a fim de poder caracterizar, de modo concreto, como as ideologias se constituem e tomam forma como práticas e discursos simultaneamente, constituindo as formações imaginárias dos sujeitos e produzindo efeitos de universalidade, que ao se naturalizarem parecem compor a própria 'ordem do real'.

Segundo Pêcheux (1997a, p. 314), visto que “o dispositivo da FD está em relação paradoxal com seu exterior”, ela não deve ser concebida como máquina com uma estrutura fechada. “[...] uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente ‘invadida’ por elementos que vêm de outro lugar”, diz ainda o filósofo (1997a, p. 314). Nessa perspectiva, conforme Zandwais (2009, p. 30), “a formação discursiva não somente está diretamente articulada à formação ideológica, às condições de produção, como também a um determinado tipo de subjetividade tomada da/na história”.

Por conseguinte, a noção de Formação Discursiva desenvolvida por Pêcheux (2009, p. 147) vai reforçar que o sentido das palavras está para além do que elas expressam imediatamente, como portadoras de um sentido próprio, literal, pois “uma mesma expressão e uma mesma proposição podem receber sentidos diferentes - todos igualmente ‘evidentes’ - conforme se refiram a esta ou aquela formação discursiva”.

3.2 Arquivo e Memória: impossível separar

Iniciamos nosso percurso situando a palavra **arquivo**, originada do grego *arché*, que, além de “início, “origem” e “autoridade”, significa “repartição pública” e “escritório público”. Assmann (2011, p. 367) explica que [...] “o arquivo está ligado, desde o seu princípio, com a escrita, a burocracia, a administração e os atos administrativos”. O autor (2011, p. 368) ainda se refere ao arquivo como testemunha do passado, chamando-o de “armazenador coletivo de conhecimentos que desempenha diversas funções”. Entre essas funções estaria a conservação, a seleção e a acessibilidade. No entanto, o próprio autor (2011, p. 368) afirma que “os arquivos não são apenas locais para armazenamento de informação; são igualmente locais para as lacunas de informação...”. Ou, como nos coloca Dela-Silva (2016, p. 260), “um arquivo sempre é não todo”, isto é, faz-se necessário considerar o caráter de incompletude em todo arquivo a ser analisado. Incompletude própria da língua, como já enfatizamos.

Refletir sobre arquivo a partir de uma perspectiva discursiva é, sem dúvida, buscar em Pêcheux algumas questões levantadas pelo autor a partir do texto **Ler o arquivo hoje**¹⁸, escrito em 1982, mas que permanece atual nesses tempos de arquivos digitais, arquivos armazenados nas nuvens, até porque, no texto, o autor também reflete sobre as mudanças tecnológicas ligadas à leitura do arquivo nas Ciências Humanas, apontando as muitas maneiras, mesmo contraditórias, de *ler o arquivo*. Dessa forma, ratifica-se a força de trabalho do estudioso/pesquisador que, de maneira produtiva, desenvolve compreensão de procedimentos para além de seu tempo e em conformidade com objeto em análise. Podemos afirmar, portanto, que

¹⁸ Para Malidier (2003), este texto de Pêcheux é também o “manifesto do RCP ADELA” (Recherche Coopérative Programée; Analyse de Discours et Lecture D’Archive).

Pêcheux assim o fez: anteviu o funcionamento discursivo de memória entrelaçado com o aspecto informacional.

O texto traz a noção de arquivo em sentido amplo, como campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão. (PÊCHEUX, 2014). Nessa direção, podemos começar perguntando: pertinentes a quem? É a partir daí que vamos buscar respostas para entender o que seria *ler um arquivo hoje* discursivamente, considerando seu caráter histórico, político e ideológico. Arquivos como discursividades feitas de textos, imagens e sons, arquivos que circulam nessa grande rede denominada Internet, um “lugar” sustentado por um imaginário onde tudo seria possível armazenar, uma suposta completude. Será?

Importa compreender os efeitos de sentido que atravessam os arquivos, observando o que foi selecionado, o que mereceu ser guardado, assim como o que foi “esquecido”, deixado de fora, o que foi, nos termos de Orlandi (1992), silenciado. Interessa também investigar os processos de significação dos acontecimentos que foram arquivados. No texto acima citado, Pêcheux (2014) chama atenção para as “clivagens subterrâneas” que vão resultar em diferentes maneiras de se *ler o arquivo*. Clivagens que vão recortar, editar o arquivo de uma determinada maneira para ser interpretado. Assim, de outro modo, entendemos que todo arquivo é interessado e que, de certa forma, segundo Zoppi-Fontana (2002, p. 183), funciona como “dispositivo normalizador/normatizador dos gestos de leitura a partir dos quais se interpretam/produzem os sentidos”. Não se arquivava de qualquer maneira, como também não se arquivava tudo. Esse é um processo orquestrado, estruturado para produzir determinados sentidos.

Segundo Magalhães e Silva Sobrinho (2014, p. 125), não podemos ignorar que “todo arquivo é uma prática social constituída por gestos de interpretação que, como tal, tem como premissas as condições materiais de produção que permitiram sua efetivação e a ideologia predominante na sua elaboração”, ou seja, o arquivo não pode ser visto apenas como um frio banco de dados arquitetado por sujeitos que se anunciam como simples editores de histórias ou selecionadores de assuntos que apenas seguem critérios técnicos, próprios do processo de arquivamento. Um arquivo, esclarecem os autores (2014, p. 125), qualquer que seja ele, “é o resultado de práticas sócio históricas, e, por isso, possível de silenciamentos conscientes e de equívocos inconscientes por parte dos sujeitos que o elaboram e o organizam”.

E por ser o resultado de práticas sócio históricas é que importa trabalhar a historicidade na leitura do arquivo, segundo Nunes (2015, p. 5):

[...] traçando percursos que desfazem cronologias estabelecidas, que explicitam a repetição de mecanismos ideológicos em diferentes momentos históricos, que localizam deslocamentos e rupturas. Desse modo, o arquivo não é visto como um conjunto de ‘dados’ objetivos dos quais estaria excluída a espessura histórica, mas como uma materialidade discursiva que traz as marcas da constituição dos sentidos.

Portanto, entendemos que o conteúdo do arquivo estará sempre sujeito à interpretação, ou a *gestos de leitura*, como nos coloca Orlandi (2012), considerando sempre essas materialidades como gestos simbólicos que se inscrevem na história. De acordo com a autora (2012, p. 18), a noção de gesto, na perspectiva discursiva, “serve justamente para deslocar a noção de ‘ato’ da perspectiva pragmática; sem, no entanto, desconsiderá-la”. Assim, ainda segundo Orlandi (2012, p. 18), “o gesto de interpretação se dá porque o espaço simbólico é marcado pela incompletude, pela relação com o silêncio. A interpretação é o vestígio do possível. É o lugar próprio da ideologia e é ‘materializada’ pela história”.

No livro **Linguística e história: percursos analíticos de acontecimentos discursivos**, de sua autoria, Jacques Guilhaumou (2009, p. 125) afirma que:

[...] o arquivo não é um simples material de onde se extraem fatos de maneira referencial; ele participa, sobretudo, de um *gesto de leitura* no qual se atualizam as configurações significantes, os dispositivos de significações de enunciados atestados. Aliás, o arquivo de uma época não é nunca descritível na sua totalidade, ele se dá a ler por fragmentos: sua descrição é sempre aberta, ainda que a frase historiográfica se esforce em fechá-lo.

Nesse sentido, faz-se necessário considerar a fragmentação das materialidades arquivadas, considerando sua instabilidade e também opacidade, tal como diz Dela-Silva (2016, p. 259): “um discurso, cujo funcionamento não pode ser dissociado de seus modos de constituição”. Ou, como posto por Pêcheux (2014, p. 58),

[...] seria do maior interesse reconstruir a história deste sistema diferencial dos *gestos de leitura* subjacente, na construção do arquivo, no acesso aos documentos e a maneira de apreendê-los, nas práticas silenciosas da leitura ‘espontânea’ reconstituíveis a partir de seus efeitos na escritura: consistiria em marcar e reconhecer as evidências práticas que organizam essas leituras, mergulhando a ‘leitura literal’ (enquanto apreensão-do-documento) numa ‘leitura’ interpretativa – que já é uma escritura.

Sendo assim, nenhuma leitura do arquivo está dada *a priori*, o arquivo, assim como o discurso, é também lugar de interpretação porque, conforme Guilhaumou et al. (2016, p. 116), “o arquivo jamais é dado à primeira vista; seu regime de funcionamento é opaco”, cabendo ao analista desvelar essa opacidade de um funcionamento tido, muitas vezes, como evidente, claro e direto. É preciso perguntar como se constroem certas evidências, apontar as contradições históricas e ideológicas no funcionamento do arquivo. Faz-se necessário questionar o efeito de evidência sobre as materialidades arquivadas e, conforme Assmann (2011, p. 25), compreender que:

[...] o arquivo não é somente um repositório para documentos do passado, mas também um lugar onde o passado é construído e produzido. Essa construção não depende apenas de interesses sociais, políticos e culturais, mas é essencialmente codeterminada pelos meios de comunicação e pelas técnicas de registro.

Relembrar, produzir, construir ou reconstruir o passado a partir de interesses sociais, políticos, culturais, considerando também que um arquivo pode ser um instrumento de poder e legitimação de discursos quando reconhecemos seu caráter político. É nessa direção que Derrida (2001, p. 9) vê o arquivo como uma categoria basicamente política:

[...] a questão jamais pode ser posta como uma categoria entre outras questões. Ela define todo o campo e na realidade decide de A a Z a respeito da *res publica*. Não há poder político sem o controle sobre os arquivos, sem o controle sobre a memória.

Arquivo como um lugar de autoridade que inscreve, segundo Romão et al. (2011, p. 11), “efeitos de saturação de certos sentidos a partir de certas instâncias de poder, quais seja, poder dizer, poder ordenar, poder fazer circular e poder produzir ressonâncias a partir de uma instituição tida como oficial”. De outro modo, entendemos também que todo arquivo vai se apresentar como um jogo de forças, na seleção do que pode entrar e na exclusão do que não pode ou não deve fazer parte. São as articulações conflituosas, próprias de um espaço que aparenta ser estável; no entanto, são espaços dinâmicos, moventes. Ordenados e dispersos ao mesmo tempo, mas de um modo ou de outro, são espaços que buscam um elo com o passado através da estabilização de sentidos que interessam aos que têm o controle.

Como já posto anteriormente, o arquivo de nossa pesquisa está disponível no portal de memórias da Rede Globo, na Internet, portal de uma empresa de comunicação que detém o poder de dizer, ordenar e propagar ideias através de vários meios, entre eles, a Internet, e que faz parte de uma engrenagem muito maior do que está posto nas diversas páginas do arquivo. Nesse sentido, é necessário ficar atento ao que Pêcheux (2014, p. 63) colocou sobre as “boas almas” que se dão “como missão livrar o discurso de suas ambiguidades, por um tipo de ‘terapêutica da linguagem’ que fixaria enfim o sentido legítimo das palavras, das expressões e dos enunciados”. No campo do nosso arquivo de pesquisa, essa terapêutica da linguagem ganha o reforço das imagens como prova dos acontecimentos, ilusão de verdade, ou seja, as imagens instalam uma sensação de presença (efeito de presença) do referente no momento da recepção, levando os espectadores a participarem da cena, testemunhas do que está sendo mostrado no vídeo. Imagem como prova empírica respaldada pelo verbal (SANTOS, 2009).

Fazer essa ‘terapêutica da linguagem’ é uma tentativa constante no discurso jornalístico como se a linguagem pudesse ser aprisionada em modelos pré-estabelecidos e, dessa maneira, conseguisse evitar a falha, o deslize, a ambiguidade. E, mais uma vez, trazemos Pêcheux (2014, p. 67, grifos do autor) para afirmar que:

[...] é à existência desta *materialidade da língua na discursividade do arquivo* que é urgente se consagrar: o objetivo é o de desenvolver práticas diversificadas de trabalho sobre o arquivo textual, reconhecendo as preocupações do historiador tanto quanto as do linguista ou do matemático-técnico em saber fazer valer, face aos riscos redutores do trabalho com a informática - e, logo *também* nele - os interesses históricos, políticos e culturais levados pelas práticas de leitura de arquivo.

A partir dessas reflexões do autor sobre as práticas diversificadas de trabalho sobre o arquivo textual, acrescentamos que o arquivo do nosso *corpus* de pesquisa, além de textual, é também audiovisual, exigindo, assim, uma pluralidade nos nossos *gestos de leitura*. No entanto, é preciso ter clareza de que a Análise do Discurso não é uma ferramenta que vai desvendar o sentido verdadeiro de arquivos ocultos; a AD trata, segundo Mittman (2007, p. 154), de “desvendar os processos discursivos que levam às imposições como evidências, bem como o que esses processos deixam de fora”. O que importa é entender o funcionamento do discurso nos/dos arquivos, daquilo que pode e deve ser lembrado, guardado.

Arquivos que se apresentam como verdadeiras ferramentas estratégicas na disputa pela memória, estabelecendo um elo com o passado. Assim como Amaral (2014, p. 13), consideramos o arquivo como um “espaço discursivo [...] em que são articulados os enunciados que produzem sentidos”. Arquivos que, de certa forma, tentam manter a memória viva, ou melhor, uma determinada **memória** que interessa ser preservada.

Por causa de todas essas questões abordadas, não há como falar de arquivo sem falar de memória - impossível separar - porque todo arquivo traz em si traços da memória produzindo uma rede de sentidos diversos. Ou, de outro modo, como diz Galli (2011, p. 12), “a noção de arquivo está associada à memória, à conservação de algo, de maneira que não há como pensar um conceito sem relacioná-lo ao outro”. Vale ressaltar que, segundo Romão et al. (2011, p. 17), “essa relação vai além do plano linguístico e alcança o plano político-ideológico devidamente materializado no primeiro”.

Em **História e Memória**, o historiador Jacques Le Goff afirma ser crucial discutir o conceito de memória, um fenômeno individual e psicológico, mas, que também, liga-se à vida social. Para o autor (2013, p. 387), a memória

[...] varia em função da presença ou ausência da escrita e é objeto de atenção do Estado que, para conservar os traços de qualquer acontecimento do passado (passado/presente), produz diversos tipos de *documento/monumento*, faz escrever a história, acumular objetos (...).As direções atuais da memória estão, pois, profundamente ligadas às novas técnicas de *cálculo*, de manipulação da *informação*, do uso de máquinas e instrumentos cada vez mais complexos.

Memória essa que pode estar guardada em diversos espaços ou *lugares da memória*: nas gavetas, nos armários, no arquivo das máquinas ou mesmo na imensidão da “nuvem” virtual. Nora (1993, p. 13) destaca que

[...] os *lugares de memória* são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama porque ela a ignora [...]. O que secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação. [...]. Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea.

Como lugar de memória, o arquivo vai funcionar como operador de certos sentidos por repetição ou retomada, mas também por esquecimentos e silenciamentos. Na estruturação do arquivo que escolhemos para explorar, o

passado é lembrado e relatado por alguns sujeitos que tiveram participação nos assuntos selecionados porque, ao falar de memória, logo nos vêm sentidos de lembranças, reminiscências, recordações de experiências que se desejam ser perpetuadas, guardadas.

Para Indursky (2011, p. 68),

[...] a reflexão sobre *memória* sempre esteve presente no quadro da Teoria da Análise do Discurso, muito embora, nos textos fundadores, esta nomeação ainda não tivesse tido lugar. Pensava-se sobre memória, mas sobre outras designações, como, por exemplo, *repetição*, *pré-construído*, *discurso transverso*, *interdiscurso*.

Vale ressaltar que, na perspectiva da AD, a memória não é a memória psicológica, não é de natureza cognitiva, nem a memória de um indivíduo que guarda e lembra-se das vivências, das histórias vividas. A memória de que se ocupa a Análise do Discurso acontece numa esfera coletiva e social resultando de um processo histórico de disputa de interpretações, ou seja, como diz Courtine (2006, p. 2), “a memória que nos interessa é a memória social, coletiva, na sua relação com a linguagem e a história. [...] A linguagem é o tecido da memória, isto é sua modalidade de existência histórica essencial”. Podemos pensar aqui, a partir dessa metáfora de Courtine, numa trama de fios que vão dando forma a algo maior, um emaranhado aparentemente desconexo, mas que não cessa de trabalhar produzindo sentidos na história. Uma Memória Discursiva que, de acordo com Pêcheux (2010, p. 52),

[...] seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível [...]. A questão é saber onde residem esses famosos implícitos, que estão ‘ausentes por sua presença’ na leitura da sequência.

Um movimento de busca constante pelos já-ditos, retorno do que já circulou, mas, **foi esquecido**. Movimento de idas e vindas porque o sentido se forma na história através do trabalho da memória (MALDIDIER, 2003). Os discursos, ao circularem na sociedade, trazem uma memória de outros dizeres, ditos anteriormente, em outros lugares, em outras circunstâncias. Dizeres que Pêcheux (2009), a partir de P. Henry, denomina de **pré-construídos**, algo que remete a uma construção anterior, exterior. Isto é, àquilo que fala antes, em outro lugar,

independentemente, num movimento interferente e que se realiza de maneira incisiva dentro das relações sociais, num horizonte do já-dito.

A partir de Indursky (2011), entendemos que

[...] tanto *memória discursiva* como *interdiscurso* dizem respeito à memória social, mas não se confundem. Há diferenças importantes entre as duas noções. A *memória discursiva* é regionalizada, circunscrita ao que pode ser dito em uma FD e, por essa razão, é *esburacada, lacunar*. Já o *interdiscurso* abarca a *memória discursiva referente ao complexo de todas as FD*. Ou seja, a memória que o interdiscurso compreende é uma memória ampla, totalizante e, por conseguinte, *saturada* (INDURSKY, 2011, p. 87, grifos da autora).

Essa diferença apresentada pela autora entre **interdiscurso** e **memória discursiva** é importante ser ressaltada porque, muitas vezes, esses conceitos são tomados como sinônimos. Podemos entender o **interdiscurso** como algo maior que a memória discursiva, como o universal dos discursos/todos os sentidos. Já a memória discursiva, segundo Indursky (2011, p. 87), seria os sentidos autorizados pela forma-sujeito no âmbito de uma FD.

Sem a memória, o sujeito não enuncia, pois, é a memória que se configura como matéria essencial da linguagem. Entendemos que o discurso midiático tem a possibilidade de também produzir memória. No entanto, Orlandi (2010, p. 59) nos faz lembrar que toda “memória é feita de esquecimentos, de silêncios. De sentidos não ditos, de sentidos a não dizer, de silêncios e de silenciamentos”. E, quando pensa na questão do digital em relação à questão da memória, Orlandi (2013, p. 4) elabora uma divisão entre:

[...] a *memória discursiva* (interdiscurso, constituída pelo esquecimento) a *memória metálica* (das máquinas) e a *memória de arquivo*, sendo esta a memória institucional, a que não esquece e alimenta a ilusão da “literalidade”, acentuando a ilusão de transparência da linguagem, sustentada pelas instituições, lugares por onde circula o discurso documental e que servem a sua manutenção e estabilização.

É exatamente essa ilusão de literalidade que vem alimentando, ao longo da história, o discurso midiático, especialmente, o discurso jornalístico, que no caso da TV é ainda mais intensificado devido à força referencial das imagens em movimento. Isso pode ser observado nas diversas materialidades que circulam no meio social, tais como “eu vi na tevê”, “as imagens não mentem”, “o telejornal mostrou”, “o

repórter estava lá”... Entretanto, a questão da imagem na Análise do Discurso é vista por outro viés, conforme posto por Pêcheux (2010, p. 55),

[...] não mais a imagem legível na transparência, porque um discurso a atravessa e a constitui, mas a imagem opaca e muda, quer dizer, aquela da qual a memória ‘perdeu’ o trajeto de leitura (ela perdeu assim um trajeto que jamais deteve em suas inscrições).

Entretanto, quando esse trajeto de leitura é perdido, o sujeito do discurso encontra uma maneira de achá-lo a partir dos gestos de interpretação, gestos esses que são regulados pelas instituições (ORLANDI, 2012) que vão dispor sobre o que se interpreta, como e em que condições a interpretação acontece.

De outro modo, Courtine, ao trazer a discussão sobre o entendimento da memória discursiva, assim como Pêcheux, também se distancia do conceito de memorização psicológica, de memória individual. Para Courtine (2009, p. 105-6), a noção de memória discursiva “diz respeito à *existência histórica do enunciado* no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos”; as memórias são regularizadas, controladas. O referido autor (2009, p. 106) faz ainda alguns questionamentos, tais como:

[...] do que lembramos e como nos lembramos, na luta ideológica, do que convém dizer e não dizer, a partir de uma determinada posição em uma conjuntura dada, ao escrever um panfleto, uma moção, uma tomada de posição? Em outras palavras: como o trabalho de uma memória coletiva permite, no interior de uma FD, a lembrança, a repetição, a refutação, mas também o esquecimento desses elementos de saber que são os enunciados? Enfim, **sobre que modo material existe uma memória discursiva?** (grifo nosso)

São questões para as quais o autor vai tentando encontrar respostas ao longo das análises referentes ao discurso político e seus desdobramentos, e o que nos chama a atenção é **sobre que modo material existe uma memória discursiva?** Apontamos **o arquivo** como uma possibilidade de resposta por entender ser este um espaço de referência para compreender a produção da memória. Memória essa que vai estruturar o arquivo. No entanto, a partir das reflexões de Pêcheux (2010), é necessário considerar que:

[...] uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de

retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos. (PÊCHEUX, 2010, p. 56).

Ou seja, este não é um terreno firme, estável. Ele é feito de conflitos, retomadas... Sendo assim, quando refletimos sobre a memória precisamos considerá-la como espaço possível de deslocamentos, de disputa por sentidos, de polêmicas. Um espaço de retomadas de discursos anteriores onde atua um jogo de forças entre as redes de memória e o acontecimento discursivo. Pêcheux (2010, p. 53) evidencia ainda que,

[...] sob o 'mesmo' da materialidade da palavra abre-se então o jogo da metáfora, como outra possibilidade de articulação discursiva... Uma espécie de repetição vertical, em que a própria memória esburaca-se, perfura-se antes de desdobrar-se em paráfrase.

Buracos que são provocados pelo acontecimento, causando rachaduras e desestabilizando o que parecia estável em seu percurso. Acontecimentos que vão abrir espaços para novos processos de significação. Acontecimento discursivo é definido por Pêcheux (2006, p. 17) como o “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória”, isto é, um elemento histórico e exterior que vai afetar o funcionamento da memória, podendo produzir deslocamentos e rupturas. Dizeres que podem ser repetidos, mas também podem ser deslocados, produzindo, assim, novas interpretações, novos sentidos. Dessa maneira, conforme Zoppi-Fontana (2002, p. 182), entendemos o acontecimento discursivo como:

[...] o lugar material onde o real da língua e o real da história se encontram produzindo uma ruptura, uma interrupção e uma emergência nas relações de continuidade definidas pelos rituais enunciativos que conformam as práticas discursivas na sua historicidade [...].

São essas quebras na continuidade dos arquivos feitos de memória ou que se pretendem ser memória que iremos analisar nesta tese. Uma relação por vezes contraditória entre o efêmero do discurso do telejornal, discurso que se dissolve no ar, e aquela posterior necessidade de (e)ditar e arquivar histórias.

3.3 A memória e o esquecimento no arquivo

Segundo Orlandi (2010, p. 65), “a falha é constitutiva da memória, assim como o esquecimento”. Lembramos para não esquecer ou esquecemos para não

lembrar? Ou, de outro modo, trazemos à tona algo para deixar submerso aquilo que perturba, incomoda, que faz a memória desestabilizar? Questões para refletir nesse batimento entre memória e esquecimento, entre o dizer e o silenciar, porque entendemos que todo arquivo funciona nessa tensão constante entre *o que pode e deve ser dito*, o que pode e deve ser arquivado e disponibilizado para acesso do público, conforme Pêcheux (2009, p. 147), “a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes”, o que o mesmo autor denominou de Formação Discursiva a partir de uma Formação Ideológica. Por esse caminho podemos começar a apontar para uma Formação Discursiva do arquivo em análise.

Assim como a língua está sujeita a falhas, a memória é constituída de esquecimentos, mesmo não sendo esses conscientes. Para estabelecer essa relação entre memória (discursiva) e esquecimento, apoiamo-nos, mais uma vez, em Orlandi (2012, p. 28). De acordo com a autora, a memória discursiva se estrutura pelo esquecimento, “esquecemos como os sentidos se formam de tal modo que eles aparecem como surgidos em nós”, como se o sujeito fosse, de fato, a origem do seu discurso. Essa posição foi desenvolvida por Pêcheux no conceito de **esquecimento** abordado anteriormente e que funciona, segundo Florencio et al. (2009, p. 80):

[...] na instância do ideológico, do inconsciente, necessário para que se efetive a identidade do sujeito, embora essa identidade não se fixe, pois a memória não permite este ‘esquecimento’, abrindo brechas que possibilitam o surgimento de diferentes dizeres. Está aí a possibilidade de o sujeito transitar por diferentes discursos, pois isto é o resultado de um sujeito histórico que é afetado pela memória.

Na estruturação do arquivo, entendemos que a memória será sempre uma memória (e)ditada, pois ela não é natural, mas um processo que vai trabalhar para controlar e administrar as maneiras de *ler o arquivo*, partindo da gestão das maneiras de lembrar e de como lembrar os acontecimentos que podem ou devem funcionar e se estabelecer como memória. Porque, em termos discursivos, a memória se define na relação com o dizer, como discursos sobre o acontecimento. No entanto, precisamos considerar, como já posto anteriormente, que a memória é também um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização; espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos (PÊCHEUX, 2010). E, nesse sentido, as tentativas de controle podem falhar.

Essa falha no controle pode ser exemplificada a partir do campo ficcional. No livro **Todos os nomes**, o escritor português José Saramago narra a história de um funcionário público que trabalha no Conservatório Civil, uma espécie de grande arquivo da cidade, onde estão guardados os documentos das pessoas vivas e das mortas, inúmeros verbetes, informações com as datas de nascimento e falecimento dos habitantes de uma cidade imaginada pelo escritor. O trabalho do tal funcionário, chamado José, o único que tem nome no livro, é o de colocar ordem em “todos os nomes” das pessoas, nas datas de nascimento, parentescos, etc, até que um dia, essa ordem é rompida pelo extravio de uma determinada pasta que desaparece do arquivo, deixando o protagonista desorientado. Do nosso ponto de vista, esse é o furo, a falha apontando a falta constitutiva de todo arquivo. Falhas que se vão fazer presentes em várias situações em que a ordem é requisito para manutenção da norma. Falhas que vão acabar desestruturando a ilusão de completude que poderá resultar num esquecimento daquele registro como se nunca tivesse existido.

Registros, marcas que são apagadas, assim como foi apagado de uma fotografia um determinado dirigente comunista, ficando apenas o seu chapéu, o famoso chapéu de Clémentis. Esta é uma história contada pelo escritor Milan Kundera no seu **Livro do riso e do esquecimento** e que serviu de reflexão para Courtine (1999) fazer observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. Para Courtine (1999, p. 16),

[...] esse processo da anulação da memória de Clémentis, de perda referencial, recalque, apagamento da memória histórica que deixa, como uma estreita lacuna, a marca de seu desaparecimento, mesmo que se coloque em jogo a materialidade não-linguística de um documento fotográfico, é, antes de tudo, na *ordem do discurso* que ele se é produzido. Ordem do discurso das “línguas de estado”, que dividem em pedaços a lembrança dos eventos históricos, preenchidos na memória coletiva de certos enunciados, dos quais elas organizam a recorrência, enquanto consagram a outros a anulação ou a queda.

Só se guarda o que interessa que seja lembrado para fazer parte da memória coletiva. Esse acontecimento político ocorreu em 1948, onde Clémentis tira seu chapéu para dar ao comunista Klement Gottwald, durante um discurso na sacada de um prédio em Praga. Anos depois, Clémentis foi enforcado, acusado de traição e apagado da foto. Depreendemos que esse apagamento voluntário da figura de Clémentis configura um processo de edição com manipulação da imagem, ou seja, houve uma intervenção direta que acabou por modificar o registro fotográfico e,

consequentemente, a memória histórica, provocando assim novos sentidos, sendo esse um movimento da ordem do discurso.

E falar em ordem do discurso é se situar na esfera do **interdiscurso**, em que acontece a constituição dos sentidos numa relação com outros dizeres, em outras circunstâncias. É nesse espaço interdiscursivo, chamado por Courtine de “domínio da memória” que **ressoa uma voz sem nome**, ou seja, o sujeito não tem nenhum lugar que lhe seja assinalável. O que se apresenta são posições de sujeito. Posições que vão orientar as escolhas de um arquivo que se quer memória, assunto para as próximas seções.

4 ARQUIVO E MEMÓRIA NA ILHA DE EDIÇÃO¹⁹

Não se trata simplesmente de recombina-
 dispersos fragmentos, mas de discernir nas
 montagens inéditas algo das vozes esquecidas.
 (ROBIN, 2016).

4.1 Na pauta da memória: como as histórias são (e)ditadas

Os telejornais se estruturam de maneira muito parecida, apesar das particularidades de cada emissora, do horário de exibição, da linha editorial e dos recursos técnicos disponíveis. De maneira geral, explica Becker (2005, p. 26), eles “têm regularidades, marcas enunciativas constantes que são preenchidas pela trama factual do mundo”, acrescentando que “todos os noticiários seguem a mesma lógica de produção” (2005, p. 26). Os telejornais são apresentados em blocos, separados por intervalos comerciais, com um ou dois apresentadores, além de uma equipe de jornalistas - repórteres, editores, produtores -, que trazem os fatos, notícias, acontecimentos e, em meio às construções discursivas, imprimem sentidos.

A esse respeito, Duarte (2004, p. 109) aponta que:

As unidades dos telejornais são as notícias - fragmentos textuais, frutos de operações discursivas que transformam fatos e acontecimentos do mundo exterior, isto é, real em realidade discursiva veiculada pela tevê, empregando para tanto uma retórica organizadora que confere singularidade a esses diferentes fragmentos de acontecimentos do cotidiano, enfatizando seus aspectos inusitados ou os atores sociais que os protagonizam.

Para Becker (2005, p. 26), “os sentidos são criados durante toda a produção dos acontecimentos - na escolha da pauta, na produção, na apuração, na reportagem, na edição e na transmissão”. Um acontecimento em si não é a notícia. É necessário o olhar do jornalista, do observador que seleciona, que faz o recorte na realidade e pesca, no turbilhão de fatos, aquele que deve/pode interessar ao telespectador, como também atender aos interesses da própria empresa. Acontecimento que vai se transformar em mercadoria pronta para consumo imediato. Nesse processo de construção dos telejornais, não podemos perder de

¹⁹ A “ilha de edição” é o espaço nas redações jornalísticas das emissoras de TV onde ficam os equipamentos necessários ao processo de edição de texto e imagem. Normalmente, o ambiente é pequeno(ilha) e acusticamente isolado.

vista uma questão colocada por Gregolin (2003, p. 95), a saber: “o que os textos da mídia oferecem não é a realidade, mas uma construção que permite ao leitor [telespectador] produzir formas simbólicas de representação de sua relação com a realidade concreta”. Nessa engrenagem, vários sujeitos jornalistas estão envolvidos e muitos procedimentos são adotados para que o telejornal seja colocado “no ar”.

Uma das especificidades do trabalho jornalístico na televisão é o fato de ele ser um trabalho coletivo, de equipe. Desse modo, a autoria que se apresenta para o espectador é resultado da participação e influência de diversas pessoas, são os jornalistas e os profissionais da área técnica que possibilitam a veiculação dos programas. Não se faz jornalismo sozinho, muito menos jornalismo de TV! Existe uma espécie de cadeia editorial que conduz as notícias das fontes ao telespectador, das ruas para as telas, um processo dominado por uma rígida hierarquia em todas as suas fases de produção. Nesse percurso da notícia, muita discussão acontece, mas, ao final do processo, alguém vai decidir o que será exibido ou não. Esse alguém é simbolizado na figura do editor-geral ou editor-chefe, posição que abordaremos mais adiante.

O funcionamento dessa cadeia editorial começa com a discussão em torno dos assuntos que poderão ser pautados para a próxima edição do telejornal, uma fase que envolve os produtores e o editor-chefe do telejornal. O primeiro trabalho da seleção é escolher, entre os acontecimentos do dia, aqueles avaliados como os mais relevantes do ponto de vista jornalístico, mas também do ponto de vista político e empresarial, considerando que o telejornal está inserido no interior das empresas de comunicação, cujos interesses, muitas vezes, entram em conflito com os interesses ditos jornalísticos, interesses que ferem os critérios de noticiabilidade. Os telejornais são só uma parte dessa engrenagem e, no Brasil, ganham importância ainda maior. Segundo estudo realizado pela Pesquisa Brasileira de Mídia 2016²⁰, 79% das pessoas assistem à televisão, principalmente, para se informar; é aí que os programas jornalísticos estão inseridos e ganham relevância na sociedade, apesar da crescente influência das redes sociais.

Nesse primeiro trabalho de seleção das notícias, durante a chamada reunião de pauta, é montado um pré-espelho dos assuntos previstos para a edição do

²⁰Disponível em:<<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016-1.pdf/view>> Acesso em: 18 abr. 2018.

telejornal - uma lista de todos os assuntos previamente selecionados para aquela edição. Este pré-espelho vai guiar todo o trabalho dos profissionais durante a etapa de fechamento das notícias e vai sendo modificado ao longo do dia até que o **espelho** final é fechado. A ordem do espelho sinaliza o começo e o fim do processo de produção de um telejornal. O espelho vai hierarquizar as informações ao longo dos blocos do telejornal. Na maioria dos telejornais, essa hierarquia de assuntos, principalmente os exibidos no horário noturno e que privilegiam as chamadas *hard news*²¹, começam suas edições por assuntos do dia, considerados mais quentes, aqueles que têm pressa de ir ao ar.

No processo de construção da notícia, como já nos referimos anteriormente, tudo começa pela **pauta**, pela escolha (do sujeito-produtor) do que será assunto no telejornal do dia. Quem faz a pauta é o pauteiro, profissional que, muitas vezes, também é o produtor da reportagem. Conforme Barbeiro e Lima (2002, p. 11), “é aquele que na imensidão dos acontecimentos na sociedade capta o que pode e deve ser transformado em reportagem. Esse trabalho vai além da seleção dos assuntos do dia”. Cabe ao produtor buscar as fontes “certas” para falar sobre o assunto em questão. Fontes são pessoas consideradas referências em determinados assuntos, especialistas ou testemunhas oculares do fato a ser narrado. Prado (1996, p. 23) explica que a pauta é o ponto de partida, “a orientação transmitida aos repórteres pelo profissional responsável por pensar de que forma a matéria será abordada no programa”. Esse profissional recebe diariamente uma infinidade de *releases* produzidos pelas Assessorias de Comunicação com sugestões de assuntos, que podem se transformar em reportagem para a televisão; mas nem tudo que é enviado às redações chega à telinha. As sugestões também chegam por parte dos telespectadores através dos vários canais que a emissora disponibiliza, inclusive, atualmente, com a possibilidade do envio de imagens e de áudios. É esse movimento que as emissoras chamam de interatividade, ou seja, a participação do telespectador no processo de produção dos programas.

Nessa fase, os sentidos começam a ser direcionados, ou seja, toda pauta traz um foco (ponto de vista) para o assunto a ser desenvolvido pelo repórter. Aqui são definidas quais as vozes que terão espaço no telejornal, atendendo à máxima

²¹*Hard News*: em inglês, tem o sentido de notícia importante. Designa o relato objetivo de fatos e acontecimentos relevantes para a vida política, econômica e cotidiana. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_producao_h.htm> Acesso em: 20 maio de 2019.

recomendação jornalística, para que todos os lados envolvidos no assunto sejam ouvidos. No entanto, mostrar várias vozes de fontes diferentes não significa mostrar diferentes discursos com diferentes posições. Na lógica que orienta esse processo, o espaço/tempo só será dado desde que a posição sujeito seja mantida, ou seja, entendemos que existe uma formação discursiva dominante que vai orientar esse caminho da pauta a ser executada, FD que chamaremos de **formação discursiva editorial**, que vai demarcar o que **pode** e **deve** ser falado nos microfones da emissora, inclusive **como** os assuntos devem ser falados. Esse é o primeiro degrau, primeiro filtro a ser enfrentado pela notícia.

Para muitos, a excelência do jornalismo está na reportagem. É o momento em que os fatos são narrados, não só pelo repórter, também pelos entrevistados, fontes anteriormente selecionadas pelo produtor para que o assunto seja recebido com credibilidade e produzindo assim um efeito de verdade. Para Prado (1996, p. 26), “o repórter é a célula básica de todos os veículos de comunicação. É ele quem vai às ruas atrás da notícia, testemunha os fatos e conta para o telespectador, ouvinte ou leitor”. Mas, como toda reportagem televisiva é um trabalho em equipe, o repórter, o cinegrafista e o auxiliar técnico, precisam estar em sintonia. Com base nisso, o jornalista Armando Nogueira (2001, p. 31), um dos responsáveis pelo projeto de implantação do **Jornal Nacional**, na Rede Globo, observa que “a TV não é obra de autor, mas fruto de um trabalho coletivo”. Isso pode ser notado diariamente ao final de cada edição, quando os créditos (nomes) dos profissionais envolvidos são mostrados na tela. São inúmeras as pessoas que fazem parte dessa cadeia editorial, tanto da parte técnico-operacional como da produção de conteúdo. Também nessa segunda fase de realização do processo jornalístico, a **FD editorial** precisa continuar funcionando para que a entrega da mercadoria/notícia esteja de acordo com a **linha editorial** da Empresa de Comunicação.

A produção de toda reportagem televisiva segue um modelo pré-estabelecido, são as chamadas técnicas de reportagem. A reportagem para TV possui três elementos básicos: *offs*, *sonoras* e *passagem*. Os *offs* são os textos com locução do repórter. É o momento em que o telespectador vê as imagens com a voz do repórter. Segundo Prado (1996, p. 30), “é o texto gravado pelo repórter sem que o rosto dele esteja no vídeo”. As *sonoras* são fragmentos das entrevistas, as partes consideradas mais significativas da fala dos entrevistados. Outro elemento da reportagem é a *passagem*, momento em que o repórter aparece na tela, uma forma de “assinar” a

matéria, mais um reforço no efeito de verdade! A *passagem* é utilizada ainda quando o repórter tem uma informação que avalia ser importante, mas não dispõe de imagens disponíveis. Nesse caso, a *passagem* será o recurso indicado para passar a informação. Todo o trabalho da reportagem é orientado diretamente pela pauta produzida anteriormente, as peças do jogo midiático vão-se encaixando. É o controle do processo funcionando no interior de uma mesma Formação Discursiva.

Com as imagens captadas, *passagem* e *offs* gravados, o passo seguinte é a montagem da reportagem. A **edição** é a montagem de áudio e vídeo de uma reportagem. A partir desse momento, o editor de texto passa a ser o responsável pelo material produzido pela equipe de reportagem. Cabe ao editor ver todo o material produzido e colocar as informações em uma sequência lógica para que a narração do fato seja levada ao ar. O trabalho do editor de texto é realizado em conjunto com o editor de imagens, que é o responsável por montar no computador toda a estrutura da matéria/reportagem. A edição é a etapa pela qual os fios do discurso são costurados. Um ritual invisível aos olhos do telespectador porque as notícias aparecem prontas para serem consumidas.

O texto no telejornalismo está ligado diretamente às imagens mostradas. É um texto construído a partir dessas imagens, momento em que a linguagem audiovisual se faz presente com todas as suas regras, indicações, modos de fazer. Mas, apesar de todo esse processo de construção dos telejornais, cheios de regras e técnicas como postos nos manuais, como afirma Ramires (2012, p. 33), “há que se compreender que o discurso jornalístico não é transparente, nem que os cenários em que os textos midiáticos são produzidos são estanques, repetíveis e previamente configurados”.

São vários os chamados ‘filtros’ do processo jornalístico que vão apurando as notícias e exibindo apenas aquilo que não contrarie a orientação posta na linha editorial. Essas notícias são materializadas nos telejornais através da participação efetiva dos apresentadores, jornalistas que falam diretamente com os telespectadores, criando uma relação de “intimidade” com esses; são eles que “entram” diariamente na casa do telespectador. Segundo Barbeiro (2002, p. 76), o apresentador de um programa jornalístico na TV “integra um processo para contar a uma parte da sociedade o que outra está fazendo. Não é a estrela do telejornal, mas é o rosto mais conhecido e familiar do telespectador”. Nessa afirmação, o autor

coloca o apresentador como um condutor de mensagens, como mais um instrumento - o mais visível - da engrenagem na cadeia editorial.

No entanto, é necessário entender que o apresentador não é apenas um leitor de notícias, ele é também, na maioria dos telejornais, o editor-chefe, o âncora, aquele que decide o que deve ou não ser veiculado. A **palavra final** é quase sempre dele, que atua como representante do pensamento político-empresarial dos interesses da emissora. Mas, essa **palavra final** é mera ilusão. Nas palavras de Orlandi (2012, p.11), precisamos considerar o “fato de que o dizer é aberto. É só por ilusão que se pensa poder dar a ‘palavra final’. O dizer também não tem um começo verificável: o sentido está (sempre) em curso”. Pode-se perceber que essa tentativa de controle está presente em todas as fases do processo, ilusão de controlar os sentidos!

Com o avanço tecnológico (possibilidade do arquivo audiovisual), depois que o telejornal é exibido ao vivo, é possível ter acesso ao conteúdo na Internet a qualquer momento, acabando assim com a imposição de se assistir em um horário previamente determinado pela emissora. No caso da Rede Globo, o assinante do *Globoplay* terá acesso a todo conteúdo da emissora, caso contrário, o acesso será limitado. Em relação ao **Jornal Nacional**, a busca pelas edições está visível de maneira contínua a partir de 2016; anterior a esse ano, a busca é feita digitando a data que o telejornal foi ao ar. Segundo informações da página do telejornal, o **JN** está disponível na íntegra, ou seja, não sofreu modificação ao ser disponibilizado na plataforma de acesso. O produto é o mesmo, o que muda é a sua forma de consumo. O *Globoplay* seria, assim, um grande arquivo disponível na Rede.

Já em relação ao **Portal Memória Globo**, vamos observar ao longo das análises que existe todo um processo de edição do arquivo, e não só uma transposição de conteúdo, ou seja, essa passagem de um ambiente para outro (da TV para a Internet) produz novos sentidos a partir de novos discursos ou aquilo que Orlandi (2012, p. 153) chama de “efeito metafórico pelo qual algo que significava de um modo, desliza para produzir outros efeitos de sentidos, diferentes”.

A partir desse movimento, tenta-se construir uma determinada memória para o programa, a partir daquilo que pode e deve ser (re)lembrado com relação aos acontecimentos veiculados no telejornal ao longo de décadas. Nesse campo, a **mão da edição** se torna visível porque a seleção está posta para ser acessada, levando o leitor/internauta a compreender os acontecimentos selecionados nas décadas de

forma seletiva como se a importância dos fatos históricos pudesse ser analisada apenas cronologicamente. No entanto, como posto por Mariani (1998, p. 136), “os sentidos não se movimentam em linha reta”, os acontecimentos vão-se reorganizando, abrindo possibilidades para circulação de outros sentidos.

4.2 A linha editorial como representação da forma-sujeito do discurso: eixo ideológico que norteia os sentidos

No funcionamento do discurso jornalístico, a figura do editor é vista quase como uma representação de um “pequeno Deus”, uma mão invisível e sempre pronta para entrar em ação. É o que nos diz Marcondes Filho (1989, p. 50):

Na **mão do editor** está a definição política de como o fato deverá repercutir na sociedade, de como um acontecimento pequeno fazer um escândalo, de como suprimir naturalmente a divulgação de ocorrências, como se elas simplesmente não tivessem realmente existido (grifo nosso).

O editor seria a representatividade ou a expressão mais visível daquilo que Pêcheux (2009) chamou de formação discursiva, que vai determinar “o que pode e deve ser dito”. É nessa região que os sentidos são colocados em circulação através dos muitos discursos produzidos por esse grande aparelho midiático. Segundo Pereira Júnior (2009, p. 21), é “no trabalho de edição que se revela a opinião do gerente da informação, para que lado pende o dono do veículo, qual a força orgânica de uma linha editorial”, quais os interesses que estão em jogo no processo de produção das notícias e, posteriormente, no processo que vai selecionar/editar o que fará parte do arquivo do telejornal, arquivo esse que afirmamos **querer ser memória**. Na hierarquia da cadeia produtiva da notícia, acima do editor-geral/chefe, tem ainda o Diretor de Jornalismo, representante institucional que faz cumprir a política editorial da empresa de comunicação. A posição do editor vai transitar entre a FD editorial e a FD empresarial, ou seja, movimento que envolve interesses, muitas vezes conflituosos, entre os sujeitos presentes no processo. Conflituosos mas não contraditórios!

O processo de edição vai ser sempre um jogo de forças, um jogo de poder! Nesse sentido, compreendemos que essa figura do editor não é apenas a de um sujeito empírico; assim ele existe no meio jornalístico. Nossa referência se dá quanto a sua posição-sujeito do discurso. Sendo essa posição resultado das marcas da

história, da ideologia, do social. As escolhas desse sujeito não são pessoais e os sentidos não se originam nele. Apesar da ilusão que o acompanha, ele é o resultado da relação com a linguagem e a história. Nas palavras de Ferreira (2005, p. 20):

Uma posição-sujeito não é uma realidade física, mas um objeto imaginário, representando no processo discursivo ou lugares ocupados pelos sujeitos na estrutura de uma **formação social**. Deste modo, não há um **sujeito** único mas diversas posições-sujeito, as quais estão relacionadas formações discursivas e ideológicas (grifos da autora).

Na produção do arquivo que analisamos, o lugar do editor ganha outra denominação, a de gerente de conteúdo. No entanto, a representatividade será a mesma, ou seja, a posição ocupada, a partir de determinadas condições de produção vai decidir o que deve e pode ser lembrado e como será lembrado.

A partir dessa posição, compreendemos que os sentidos que circulam nesse grande arquivo estarão sujeitos a alguns deslocamentos, a saber: eles circulam pelas escolhas editoriais quando da inclusão dos fatos/acontecimentos, uma vez que eles são o instante jornalístico ulterior, pois, ele se embrenha nas notícias jornalísticas após o acontecido. Por ser ou ter sido notícia/acontecimento, em si, já possui sentidos, postos socialmente de diversas maneiras, ou ainda pela imersão de quem acessa o arquivo **Memória Globo** (em busca do quê: motivo de pesquisa, para conhecer a História, por curiosidade etc.), e, nesse âmbito, pelas diversas e variadas possibilidades de leitura - percursos de subjetividades à tona. E também pela formatação que passa a ter o **Memória Globo**, mas, essencialmente, pelo que ele pretende ser, a saber, um compacto de fatos/notícias, de acontecimentos que faz a HISTÓRIA da *holding* Globo (conglomerado de empresas), que tem, prioritariamente, urgências comerciais, capitalistas de manutenção no mercado, e que institui um acervo de suas realizações respaldadas pelos/nos acontecimentos/fatos/notícias para chamar de seu, ou seja, **uma memória**. Essa não é qualquer anotação ou relato: para a Análise do Discurso é um registro, um indício; vestígio que (de)marca um posicionamento.

5 UM ARQUIVO QUE SE QUER MEMÓRIA

O esquecimento seletivo do passado instala uma nova relação com o futuro (MAZIÈRE, 2011).

5.1 O arquivo do Jornal Nacional dentro do Memória Globo: o jornalismo pelo espelho retrovisor

Da tela da TV para os inúmeros *sites* da rede mundial de computadores, o discurso jornalístico trabalha na produção de sentidos sobre a realidade, na tentativa de produzir **efeitos de evidência**, como se esses discursos fossem apenas transmissão de informação, isentos de quaisquer posicionamentos. Esse imaginário acompanha o discurso jornalístico desde seu início, ou, como posto por Mariani (2003, p. 35):

[...] a construção do discurso jornalístico foi, durante séculos, cultivando essa imagem de um discurso que se supõe isento de pré-julgamento, um discurso-suporte para fatos que falam por si. Não podia ser de outra maneira. Os mecanismos de controle da Igreja e do Estado forçaram o apagamento do sujeito que está narrando, relatando, escrevendo a notícia. Noticiar só pode ser informar de modo neutro com a utilização de uma 'linguagem-invólucro', cujo conteúdo são os fatos. Não é permitido opinar nem interpretar.

Entendemos pelo pensamento de Mariani que há uma discursividade religiosa, no sentido de normatizar e fazer crer que a notícia seja conduzida por ela mesma a partir de uma prática que estabelece limites na compreensão do leitor/telespectador do que está sendo veiculado.

É a busca constante pela tão propagada objetividade jornalística. No entanto, entendemos que o discurso jornalístico, seja ele falado, escrito ou/e imagético, veiculado por diferentes mídias, evidencia posições ideológicas a partir de uma indústria midiática que segue regras do mundo capitalista, e é nessa ambientação de valores ideológicos que ele acontece. Longe de ser apenas um processo para levar informações ao leitor, ouvinte, telespectador ou internauta, compreendemos, assim como Orlandi (2000, p. 21), que o discurso jornalístico:

[...] não se trata de transmissão de informações apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação. São processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção da realidade etc.

Segundo Dela-Silva (2015, p. 213), “o modo de produção do discurso jornalístico se sustenta não por fatos, mas por gestos de interpretação”, que também estão presentes na seleção dos diferentes arquivos. Em nosso caso, particularmente, no Arquivo Memória Globo. A análise discursiva vai questionar o efeito de evidência que o arquivo midiático acaba provocando em quem o acessa. Faz-se necessário problematizar, qualquer que seja o tipo de arquivo, a partir de condicionantes histórico-sociais de sua elaboração, o entendimento, conforme Grigoletto (2017, p. 146), de que “o que é dito ou não na rede, arquivado ou não, se se trata de autoria coletiva ou individual é regulado não só pela tecnologia, mas também pelas relações de poder presentes na nossa formação social”, ou seja, os arquivos não têm vida própria e nem se autodeterminam.

É a partir desse entendimento que iniciamos nossa reflexão sobre o *corpus* da pesquisa, porque, afirma Orlandi (1989, p. 33), “para a análise de discurso, a constituição do *corpus* e a própria análise estão intimamente ligados, ou seja, são a mesma coisa. Analisar, de certo modo, é dizer o que pertence ou não a um *corpus*”. Em outros termos, constituição e análise devem ser consideradas parte de um todo constitutivo do discurso.

Ao abordar a questão do *corpus* em AD, Courtine (2009) coloca que é preciso delimitar entre o conjunto potencial dos discursos - “universal de discurso” - o que poderia ser objeto de um tratamento analítico a partir de **campo discursivo de referência** (CDR). Em nossa pesquisa, esse campo discursivo de referência é o discurso da/na mídia. No entanto, afirmar isso não é suficiente porque o campo midiático é vasto, largo demais; faz-se necessário delimitar: dizer de qual mídia se faz referência. Quais os trâmites apropriados a determinada mídia analisada: suas particularidades e funcionalidades. Considerando esse aspecto, nosso olhar direciona-se para a chamada mídia jornalística, especificamente, a mídia jornalística televisiva que, *a posteriori*, estará disponível para acesso através das páginas da *Web*.

Ainda segundo Courtine (2009, p. 55), a noção de “universal de discurso” não significa dizer que qualquer discurso produzido está suscetível de entrar no *corpus*. Para o autor, “há discursos que jamais serão objetos de análise alguma”. Ao contrário de outros que são escolhidos com frequência para serem analisados, como os discursos políticos e aqueles produzidos pela mídia em geral e o jornalismo (imprensa), em particular.

A partir desse **campo discursivo de referência** caberá ao analista delimitar um **campo discursivo mais restrito**, de onde serão extraídas as sequências discursivas (SD) que serão submetidas à análise. Courtine (2009, p. 56) define ainda SD como “sequências orais ou escritas, de dimensão superior à frase”. No entanto, o autor afirma que essa é uma noção vaga, já que é preciso considerar as variações na natureza e na forma dos materiais recolhidos para serem analisados. Já em relação à constituição, continua Courtine (2009, p.56), o *corpus* deve responder a exigências de “exaustividade, de representatividade e de homogeneidade”.

Como posto anteriormente, o *corpus* da nossa pesquisa é constituído pelas materialidades disponíveis no **Portal de Memória das Organizações Globo**, na Internet, com o foco ajustado, prioritariamente, para o campo do **Jornal Nacional**, com os arquivos disponibilizados, divididos em cinco décadas, a partir de 1970 até a década de 2010²². As SD analisadas foram retiradas prioritariamente dos textos que apresentam os assuntos selecionados no arquivo. No entanto, vale ressaltar, que não se trata de um *corpus* fechado. Procuramos dialogar também com outras materialidades discursivas, como recortes dos principais jornais do país em suas edições *online* e algumas materialidades que circularam nas redes sociais.

O **Portal de Memória** faz parte de um projeto do Grupo Globo. Segundo o *site* da própria emissora, o projeto **Memória Globo** foi criado em 1999 com o objetivo de preservar a história de todos os veículos integrantes das Organizações Globo ou, nas palavras do então vice-presidente das Organizações²³, “o projeto existe para preservar a história dessa aventura brasileira que começou um século atrás”, e conclui dizendo que, “ao acabar de ler essa história, goste-se ou não, é pura verdade” (JORNAL NACIONAL, 2004, p. 13). Pura verdade? Faz-se necessário problematizar, pois o sentido não é único, dado que, de primeira vista, sempre pode ser outro. Contudo, o sentido de verdade é posto no enunciado como uma evidência que faz parte do discurso jornalístico, como também do discurso empresarial.

A partir da perspectiva em que nos ancoramos, entendemos que as escolhas são *gestos de interpretação* que apontam para determinada direção fazendo

²²Segundo informações da Rede Globo, parte do acervo do início do JN foi perdida no incêndio que destruiu em 1976 as dependências da emissora no Rio de Janeiro e que só a partir de 1983 é que o telejornal passou a ser diariamente arquivado. Antes disso, só algumas imagens de determinados assuntos eram catalogadas e arquivadas (JORNAL NACIONAL, 2004).

²³No ano em que o livro foi publicado (2004), o então vice-presidente das Organizações Globo e presidente do Conselho editorial era João Roberto Marinho, que escreveu o prefácio intitulado “A pura verdade”, no livro **Jornal Nacional: a notícia faz história**.

trabalhar a ideologia. Escolhas que o sujeito faz entre as diferentes narrativas possíveis, no entanto, sabemos que essas escolhas não são, essencialmente, do sujeito; elas são feitas a partir de posições, interesses que fazem parte desse jogo midiático. Nessas questões, buscamos encontrar algumas respostas porque fazer análise do discurso é também aprender a (des)linearizar o texto para restituir sob a superfície lisa das palavras a profundidade complexa dos índices de um passado (COURTINE, 2006). Passado esse que pode ser (e)ditado!

O projeto **Memória Globo** é iniciado com as publicações impressas do livro **Dicionário da TV Globo: programas de dramaturgia e entretenimento**, em 2003, e do livro sobre a história do **Jornal Nacional**, em 2004. Após o lançamento das duas obras, várias publicações impressas foram lançadas e, em junho de 2008, foi colocado no ar o *site* **Memória Globo** que, em agosto de 2013, estreou uma nova versão. Importa ressaltar que essa nova versão acontece logo após as manifestações ocorridas no Brasil, em junho de 2013, um período em que a chamada grande mídia, principalmente a Rede Globo, foi alvo de críticas por parte dos manifestantes. Conforme Magalhães e Silva Sobrinho (2014, p. 127),

[...] as críticas mais contundentes das manifestações se dirigiram à Rede Globo, que desde o início foi colocada como aliada do poder e acusada de ter apoiado o Golpe Militar de 1964, com cartazes de faixas que diziam: “**a realidade é dura, a globo apoiou a ditadura!**”. Essas práticas sociais fizeram com que a emissora promovesse uma revisão, ou mesmo uma retomada de seus arquivos de telejornais, numa tentativa de esclarecer, ou melhor, de se defender das acusações que lhe eram destinadas. Para isso, começou a ser confeccionado um ‘novo arquivo’ que tenta justificar as atitudes anteriores desse conglomerado jornalístico, sempre com o objetivo de corrigir ‘erros’ na tragédia do passado.

É exatamente esse “novo arquivo” que estamos analisando. Entretanto, na página do *site*, na aba **QUEM SOMOS**, a justificativa apresentada para a nova versão do *site* foi a de que as mudanças iriam melhorar a exibição e a integração dos conteúdos, aumentando, assim, a interatividade e facilitando a localização da informação. Em momento algum, a emissora informa aos internautas que retirou do *site* o pedido de desculpas em relação ao apoio ao Golpe Militar de 1964, que, segundo os autores acima citados, estava presente no arquivo antes da modificação. Esse arquivo simplesmente desapareceu, como se nunca tivesse existido, ficando apenas a justificativa para os outros dois “Erros” considerados pela

emissora ao longo de décadas: a cobertura das “**Diretas Já**” e a edição do “**Debate Collor X Lula**”. Segundo Magalhães e Silva Sobrinho (2014, p. 127):

[...] o fato de esse texto não permanecer no arquivo sobre os “erros” (uma ausência) produz silenciamento/censura (ORLANDI, 2002) capaz de provocar, no futuro, o “esquecimento” pelo redirecionamento dessa memória histórica de “apoio ao Golpe”.

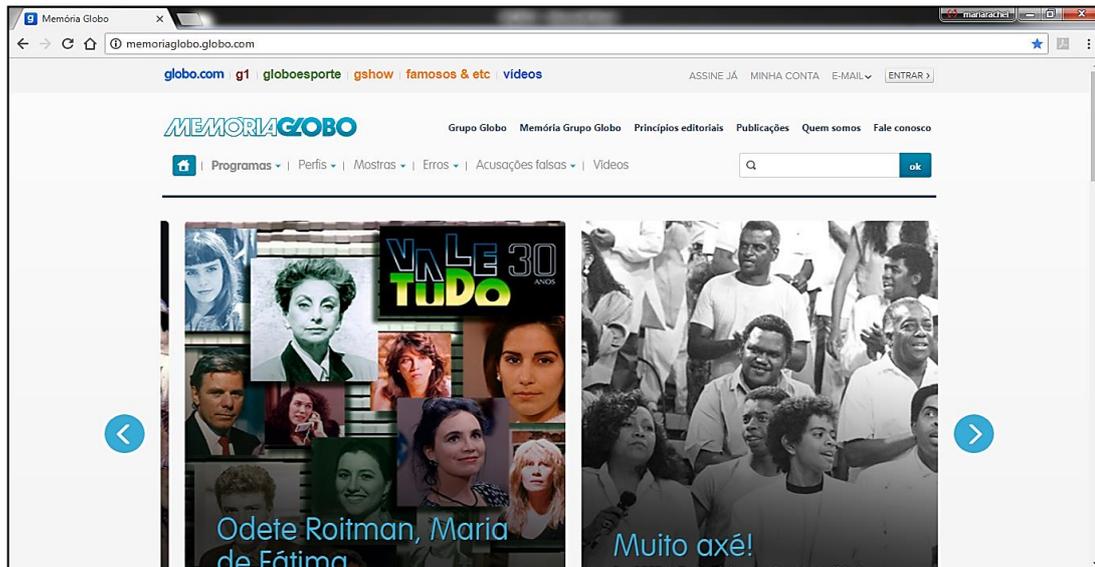
Uma memória começa a ser (e)ditada, mas não desaparece por completo. Apenas se desloca num movimento contínuo dentro do próprio universo virtual - a Internet. O texto com o pedido de desculpas das Organizações Globo continua no arquivo eletrônico do jornal O Globo, exatamente no campo denominado MEMÓRIA²⁴, como também pode ser acessado em vídeo disponível no *YouTube*²⁵. Podemos observar que esse deslocamento é um movimento constitutivo dos arquivos eletrônicos, que, muitas vezes, desaparecem num *click*, como se nunca tivessem existido! *Clicks* muitas vezes programados de maneira consciente.

Prosseguindo pelas entranhas do arquivo, a tela inicial do *site* pode ser acessada através do endereço eletrônico **memoriaglobo.com**, sendo este aberto a qualquer visitante, não precisando possuir assinatura (pagamento) para explorá-lo. É necessário trazer essa informação porque existe outro espaço virtual da emissora (*Globoplay*) onde é disponibilizada a programação mais recente e outros programas que são lançados nessa plataforma, no entanto, é preciso assiná-la para ter acesso a **todo** conteúdo.

²⁴<https://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>

²⁵<https://www.youtube.com/watch?v=9OCvABY2pBg>

TELA 1 - Imagem capturada em 15 de maio de 2018



Observa-se, a partir da tela 1, que esse grande arquivo denominado **Memória Globo (MG)** traz diversos *links* na parte superior da sua página principal, a saber: **Grupo Globo** (apresentação das empresas do grupo com textos e fotos); **Memória Grupo Globo** (Memória Roberto Marinho, Histórias do Grupo, Acervo do O Globo, Memória Jornal O Globo, CBN 25 anos, Rádio Memória); **Princípios Editoriais** (princípios editoriais das Organizações Globo); **Publicações** (lista de livros que fazem parte do projeto memória); **Quem Somos** (apresentação da equipe do projeto) e **Fale Conosco** (espaço de interação com o internauta).

Em outro campo da tela, o arquivo traz os *links* para acesso aos **Programas** (entretenimento, jornalismo e esporte), **Perfis** (profissionais) e **Mostras** (Você Decide 25 anos, TV em cores, Globo News 20 anos, Memória Olímpica, Globo 50 anos, Globo de Ouro, Correspondentes, Especial Copa do Mundo, Ação da Censura na TV Globo, Vilões, Grandes Autores). Há também outros dois *links*: **Erros** (Diretas Já e Debate Collor x Lula) e outro denominado **Acusações falsas** (Concessões de Canais, Caso Time-Life, Proconsult, BNDES e a renegociação da dívida, Queda do avião da Gol, Caso Bolinha de Papel, Direitos de Transmissão da Copa do Mundo de 2002), além de um último *link* com diversos **vídeos**. A partir dessas informações iniciais sobre o **Memória Globo**, podemos inferir que esse espaço, além de tentar construir a memória das Organizações Globo, serve também como defesa e justificativa para posições, muitas vezes polêmicas, que foram tomadas pelo Grupo e que, de certa maneira, abalaram a imagem perante a sociedade.

De início, direcionamos nosso olhar para a aba a que já fizemos referência, que está localizada na parte superior direita da tela 1. Ao clicar no *link* **Quem somos**, encontramos um primeiro enunciado no texto de apresentação do projeto **Memória Globo**.

SD1: *Memória Globo é a área que conta a **história** de mais de 50 anos da Rede Globo, criada pela **historiadora** Sílvia Fiuza, em 1999. As novelas, minisséries, telejornais, coberturas jornalísticas e esportivas, programas de humor, auditório, variedades, infantojuvenis, entre outros produzidos e exibidos em todos esses anos, são pesquisados por uma equipe de **jornalistas, historiadores e antropólogos**. (Grifos nossos).*

Nessa sequência de apresentação da equipe, o sujeito enunciativo se apresenta como uma historiadora que conta com a colaboração de jornalistas, historiadores e antropólogos, buscando, assim, respaldo em outras áreas do conhecimento com o argumento de autoridade, uma necessidade de dar credibilidade ao material arquivado. Porém, na perspectiva da AD, compreendemos que o discurso, mesmo sendo produzido por um jornalista, historiador ou antropólogo, não é o discurso de um sujeito empírico, - nem a pura verdade -, mas que, como outros tantos discursos que circulam na sociedade, o discurso jornalístico é também determinado por uma posição. Em outras palavras, o sujeito diz a partir de um lugar, de uma perspectiva ideológica, de uma posição de classe.

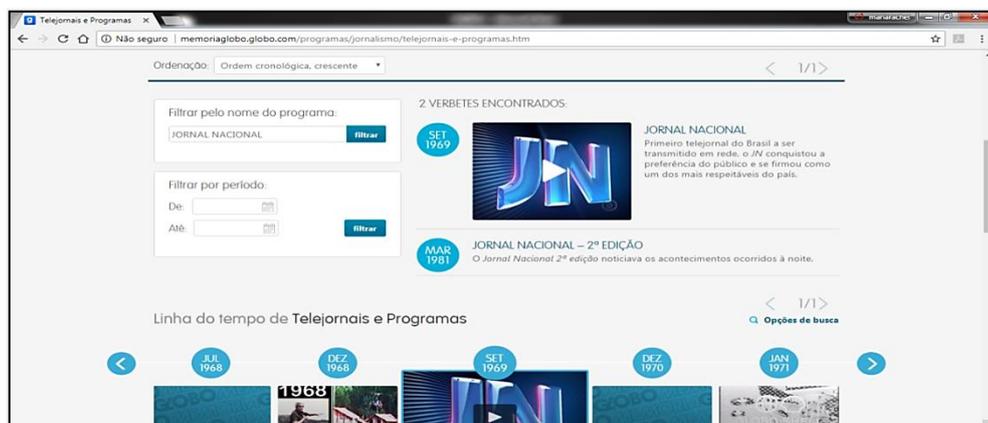
Chama-nos também a atenção que **a história** a ser relatada e mostrada nos arquivos é “**a história**”, e não **uma história**. O artigo definido aqui faz toda diferença. Essa é uma pretensão dominadora, ou seja, indicar o registro historiográfico, como se só ela, a Rede Globo, pudesse contar a história, produzindo, assim, um efeito discursivo de grande monta. A partir daí, podemos observar o trabalho da ideologia direcionando os sentidos, pois essa interpretação (**a história**) dos fatos não é qualquer uma, visto que sempre é comandada por condições de produção determinadas ou, como posto por Orlandi (2008, p. 44, grifo da autora),

[...] o processo ideológico, no discursivo, está justamente nessa injunção a **uma** interpretação que se apresenta sempre como **a** interpretação. Esse é um dos princípios básicos do funcionamento da ideologia, apreendido pelo discurso.

A mesma página de apresentação da equipe traz ainda os créditos com os nomes de todos os profissionais envolvidos na elaboração desse arquivo: são editores de texto, editores de vídeo, *webdesigner*, produtores de reportagens, assistentes, consultores, além da historiadora Sílvia Fiuza, denominada gerente do conhecimento/acervo Roberto Marinho. A necessidade de apontar um autor é considerada, segundo Orlandi (2000, p. 75), “como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações [...]”. A partir da perspectiva teórico-metodológica na qual nos inscrevemos, o que existe é a “ilusão da autoria” porque o sujeito empírico não constitui a origem do dizer, até porque, uma instituição - no caso, as Organizações Globo, no qual o **MG** está inserido -, segundo Mariani (1998, p. 68), “ao constituir-se, encontra-se regulada por uma FD, na qual se configuram fronteiras sempre móveis da produção de sentidos”. Deprendemos, a partir daí, que a criação desse grande arquivo digital seria uma das maneiras da instituição se discursivizar. Importa destacar ainda que essa história (memória) não se inicia com a inauguração da **Rede Globo**, mas que ela é parte de uma rede de sentidos que iniciou bem antes, ou seja, que seus pré-construídos partem de uma memória que vem sendo atualizada, desde a fundação do jornal **O Globo**, conforme pontuamos anteriormente.

A entrada no arquivo referente ao **Jornal Nacional** pode ser feita através da área de busca, digitando o nome do programa e clicando na imagem da lupa ou acessando a aba de **Programas**, e, em seguida, no campo **Jornalismo: Telejornais e Programas**. A partir desse *link*, chega-se à área do **JN** por ordem cronológica, digitando o ano de estreia do telejornal - **1969**, ou por ordem alfabética, conforme a tela 2.

TELA 2 - Imagem capturada em 15 de maio de 2018



A página principal do arquivo em tela traz informações gerais sobre o formato, evolução, cenários do programa, séries especiais, destaques, prêmios recebidos, ficha técnica, fontes, além de fotos e vídeos de diversas fases do **Jornal Nacional**. Nossas análises voltar-se-ão, predominantemente, para o campo jornalístico arquivado, ou seja, para a seleção de reportagens que foram exibidas no **JN**. Essas materialidades estão divididas em décadas, começando nos anos de **1970** até **2010**. Para cada década, alguns acontecimentos jornalísticos que foram exibidos no telejornal vão compondo o arquivo. A cada escolha, um *gesto de interpretação*, porque, apesar do imaginário de que tudo cabe no espaço virtual, o arquivo possui limites, fronteiras, interesses, silêncios, falhas. Há uma seleção do que lembrar/dizer, como também do que esquecer/calar/silenciar! Como já dito anteriormente, o **JN** passou a ser diariamente arquivado na íntegra a partir de maio de 1983. Desse modo, percebe-se que houve uma seleção do que se quer como memória do telejornal.

A aparente simplicidade do arquivo **MG/JN** esconde caminhos que é necessário percorrer, porque, conforme Mariani (2012, p. 36), “quando entramos em um arquivo nos deparamos com seu aspecto labiríntico, com o fato de que um documento leva a outro e a outro em um processo inesgotável de remissões e conexões”. São vários hipertextos, que, segundo Ferrari (2012), apresentam-se como um conjunto de nós de significações interligados por conexões entre palavras, páginas, fotografias, imagens, gráficos, sequências sonoras etc, ou seja, são *links* que se desdobram em novos espaços de significações, fios que tecem o discurso do arquivo naquilo que pode e deve ser guardado para se ter/fazer uma memória. Uma memória que vai costurando, de determinada maneira, a imagem do próprio telejornal, como esse programa/produto jornalístico deve ser lembrado, e, por esse labirinto cheio de caminhos e atalhos, não dispomos do “fio de Ariadne²⁶” para poder nos movimentar!

²⁶O “fio de Ariadne” faz referência ao mito grego de Teseu. Na história, Ariadne é a princesa que se apaixona pelo herói e o ajuda a escapar do labirinto onde vive o Minotauro, seguindo o fio de novelo, conhecido como o fio de Ariadne. Disponível em: <http://www.smbrazil.com.br/download/?p=/sm_resources_center/cms/0c102dde84581561f7b64f8f15d27723.pdf> Acesso em: 28 mar. 2019.

Entendemos que, nesse arquivo do **JN**, há um duplo movimento de interpretação do que já aconteceu: ao selecionar determinados fatos e, depois, de como esses fatos são apresentados. Nesse movimento, podemos observar que não se trata apenas de uma transposição de um meio (TV) para outro (Internet). Essa passagem produz novos sentidos a partir de novos discursos ou aquilo que Orlandi (2012, p. 153) chama de “efeito metafórico pelo qual algo que significava de um modo, desliza para produzir outros efeitos de sentidos, diferentes”. Não teremos mais um telejornal com seus modos próprios de significar; não teremos mais um **espelho** com o conjunto das notícias do dia em forma de notas, reportagens, participação dos repórteres, além da presença dos apresentadores, mediando o que é levado ao ar, ao vivo, no momento em que está sendo exibido.

No **Memória Globo/JN**, a estruturação dos assuntos selecionados para compor o arquivo obedece a outros critérios. Observamos uma divisão estabelecida por décadas com assuntos de diversas editorias. Portanto, a formulação do discurso será outra, assim como sua circulação. Nessa transposição de um ambiente para outro, configuram-se novos espaços de significação, em condições de produção diferentes, provocando, assim, efeitos de sentido diferentes. No entanto, algo se mantém nesse movimento: a determinação ideológica do verbal sobre o não verbal, ou seja, antes de assistir a um vídeo/reportagem, o sujeito leitor é interpelado através dos enunciados, que buscam contextualizar o assunto a ser abordado. Isso porque as reportagens produzidas para serem assistidas em um telejornal não se bastam sozinhas, como num filme ou num documentário; as reportagens televisivas precisam ser anunciadas/chamadas pelos apresentadores/âncoras do telejornal.

Na exploração do arquivo analisado na aba²⁷ **FORMATO** (tela 3), tem-se de início uma apresentação do próprio **Jornal Nacional**:

²⁷ Estamos chamando de ABA os itens que aparecem na coluna esquerda da tela. Dentro das ABAS encontraremos diversos *links*.

TELA 3 - Imagem capturada em 21 de junho de 2018



SD2: O *Jornal Nacional* é o **principal telejornal da TV Globo**. Tem cerca de meia hora de duração e faz a cobertura completa das principais notícias no Brasil e no mundo. Pautado pela **credibilidade, isenção e ética**, o **JN** é líder de audiência no horário nobre (*Grifos nossos*).

Esta apresentação vem construindo ao longo de décadas a imagem que a emissora sempre tentou transmitir em relação ao seu principal produto jornalístico: a imagem de um programa completo, que tem credibilidade, isenção e ética, além de sempre ressaltar que o telejornal é líder de audiência no chamado horário nobre da televisão brasileira, que também é o mais caro. Enunciados que vão se repetindo, massificando-se, seja nas chamadas de programação da própria emissora, seja nas páginas do *site*, fazendo com que os sentidos apareçam como evidentes, naturais, óbvios, apagando, assim, o processo histórico que lhe é constitutivo. Aquilo que Indursky (2015) apontou como sendo da **ordem da repetibilidade**, tão próprio do processo discursivo midiático. É a ideologia produzindo a ilusão de transparência dos sentidos, ou, como posto por Pêcheux (2009, p. 146, grifos do autor), “é a ideologia que, através do ‘hábito’ e do ‘uso’, está designando, ao mesmo tempo, o que é e o que deve ser”.

Vale ressaltar que, ser líder de audiência no horário mais caro faz com que a Rede Globo tenha também o mais caro telejornal (**JN**) da televisão brasileira, cobrando mais por inserções de comerciais, ganhando, conseqüentemente, mais e subindo para o topo no *ranking* de empresas mais conceituadas no ramo das

comunicações. Por isso, será mais procurada e sua visibilidade alcança todo mundo. A afirmativa na SD 2 de que o **JN é líder de audiência no horário nobre** está baseada nos dados de audiência fornecidos pelos institutos²⁸ de pesquisa que estimam o número de aparelhos de TV ligados em um canal no mesmo horário, ou seja, maior quantidade de telespectadores diante de um mesmo programa. Maior audiência, maior faturamento e, por isso, a denominação de horário nobre.

Para Souza (2004, p. 59), “as redes brasileiras modelaram sua grade horária há décadas. Poucas mudanças ocorreram, e o horário nobre, das 19 às 22 horas, continua sendo a faixa de maior valor comercial para a veiculação de publicidade”. Mas, essa categoria de horário nobre começa a sofrer abalos a partir do aumento na oferta dos serviços de *streaming*²⁹, nos quais o consumidor/telespectador/usuário demanda o produto e escolhe em que horário vai assistir ao programa.

Buscando analisar o enunciado **faz a cobertura completa das principais notícias no Brasil e no mundo**, um questionamento nos vem à tona: principais notícias em relação a quê e para quem? Ao analisar os **espelhos** do **JN** na nossa pesquisa de mestrado (PPGLL/UFAL, 2016), observamos que as localidades mais presentes no noticiário são as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e Belo Horizonte; as demais, raramente ganham destaque, a não ser que um fato de grandes proporções aconteça e se imponha como notícia principal. São critérios que visam obter maior audiência e, por conseguinte, mais anunciantes para o programa. O interesse acaba sendo mercadológico, no entanto, esse interesse é apagado, sobressaindo, assim, o discurso jornalístico de compromisso com a informação. Fazer uma **cobertura completa** acaba dando a ideia de que nada é deixado de fora da notícia. Apaga-se a parcialidade do telejornal, no direcionamento dos fatos a sua linha editorial. A palavra **completa** busca reforçar a “isenção e a ética” da empresa.

Outra demonstração dessa tentativa de naturalização dos sentidos pode ser encontrada em um dos *links* presentes na aba **EVOLUÇÃO**, no *link* denominado “o noticiário nacional”, quando é abordado o conceito de **notícia nacional** que iria interessar a todos.

²⁸ O principal instituto de pesquisa atuante nessa área no país ainda é o IBOPE.

²⁹ *Streaming* é uma tecnologia que envia informações multimídia, através da transferência de dados, utilizando redes de computadores, especialmente a Internet, e foi criada para tornar as conexões mais rápidas.

SD3: *O conceito de noticiário que deveria interessar ao país foi criado pela Globo com a estreia do Jornal Nacional. Os assuntos tinham de atrair a atenção de todos os telespectadores, de Manaus a Porto Alegre. (Grifos nossos).*

Nessa sequência, ao dizer que foi com o **Jornal Nacional** que se criou o conceito de noticiário nacional que interessaria a todos os telespectadores do país, fica silenciado que as condições de produção para que isso fosse viabilizado só foi possível porque a emissora precisou fazer, na época (1969), inúmeros acordos e concessões ao governo militar, conforme já abordamos anteriormente. Ser um telejornal de alcance nacional não era apenas um projeto jornalístico de expansão e adaptação a uma linguagem que seria entendida por todos, ou ainda uma questão de competência e pioneirismo dos profissionais envolvidos, era, acima de tudo, um projeto **político-empresarial** que teve uma influência direta na sociedade brasileira. Ribeiro e Sacramento³⁰ (2010, p. 116), ao refletirem sobre esse projeto, afirmam que:

[...] tanto empresários das comunicações quanto dirigentes militares, por motivos diferentes, viam vantagens na integração do país. Os militares queriam a unificação política das consciências e a preservação das fronteiras do território nacional. Os homens da mídia, por sua vez, vislumbravam a integração do mercado de consumo. Um grupo se pautava mais pela dimensão político-ideológica e o outro mais pela econômica.

Mais do que qualquer outro telejornal da televisão brasileira, o **Jornal Nacional** exerceu e ainda exerce um papel importante nessa movimentação político-empresarial. Portanto, faz-se necessário estabelecer essa relação entre o campo linguístico apresentado no arquivo e o histórico-ideológico, buscando, assim, as determinações sociais, políticas e culturais dos processos de construção do sentido (MARIANI, 1999). Ao (e)ditar a história do **Jornal Nacional**, a partir da construção do arquivo, tenta-se também construir e fixar uma determinada memória que interessa ser lembrada, no entanto, ela pode apresentar uma série de lacunas e silenciamentos, uma forma de tentar controlar os elementos do passado, inclusive, redirecionando a memória histórica porque entendemos que o **MG/JN** não só “armazena” discursos, como também pode produzir novos discursos, permitindo, assim, a produção de outros e novos efeitos de sentidos. A partir de fatos do passado, tenta estabelecer uma relação diferente com o futuro.

³⁰ RIBEIRO, A. P. G; SACRAMENTO, I. **A História da Televisão no Brasil do início aos dias de hoje**. São Paulo: Contexto, 2010.

Continuando na aba **EVOLUÇÃO**, um *link*, em particular, vai chamar atenção: **O JN e a censura.**

SD4: *O Jornal Nacional nasceu na fase mais dura do regime militar e foi censurado logo na estreia.*

*O assunto era o derrame de Costa e Silva. Proibidos de divulgar a doença do presidente, **os editores do JN foram obrigados a negociar com os militares.** A notícia acabou saindo no JN, mas sem foto ou imagem. [...]*

O JN ficava cada vez mais visado à medida que a audiência aumentava. Foram vários os assuntos proibidos ao longo da década de 70, como o discurso do papa Paulo VI sobre os dez anos da encíclica Populorum Progressio e a missa de sétimo dia do ex-presidente João Goulart. Também foram vetadas notícias sobre cassações de mandatos e suspensão de direitos políticos; a denúncia de acordos militares entre Brasil e EUA; a visita da Anistia Internacional e o afastamento do general Silvio Frota do Ministério do Exército. (Grifos nossos).

Apesar de reconhecer que o país vivia a fase mais dura do regime militar (1969), apaga-se, mais uma vez, o apoio dado pela emissora a esse mesmo regime, que foi fundamental para viabilizar o “nascimento” do **JN**. Silenciamento do apoio dado pelas empresas Globo ao golpe de 1964. O **foi censurado** coloca a Globo como vítima, e não como partícipe do processo que levou ao golpe; do apoio explícito da empresa durante o regime militar. Não foi à toa que **nasceu na fase mais dura do regime.**

No entanto, a imagem que se apresenta a partir do fio do discurso é a de um jornalismo comprometido em noticiar os fatos, mas, que, no entanto, estava sendo impedido pela censura dos militares. Jornalismo tão engajado com a informação que acabou sendo censurado logo na estreia. À primeira vista, essa materialidade sugere uma separação, como se não houvesse a interferência da censura. Um rearranjo do dizer que torna a Rede Globo imune do pacto firmado é o paradoxo que desvela o envolvimento. Dessa forma, desde o início, o **JN** vai construindo uma autoimagem (Qual imagem eu quero que o outro tenha de mim?) de importância e valorização na esfera comunicacional do país: **o JN ficava cada vez mais visado à medida que a audiência aumentava**, no entanto, apaga-se o jogo de poder na troca de interesses que existia entre o fortalecimento do telejornal e aquilo que o Estado podia barganhar. Um discurso que assume caráter ideológico ambíguo, que

não nega a censura e ainda se diz vítima desta, mas que também não deixa claro o posicionamento político do grupo empresarial e, conseqüentemente, do telejornal.

Ao afirmar que foram **obrigados a negociar**, a empresa, novamente, representa-se como vítima (construção da imagem). Apesar de o Brasil viver numa ditadura de perseguição ferrenha aos opositores do regime, com pessoas sendo julgadas sem ampla defesa, de forte repressão, de “proibições”, a **Globo** tinha abertura para **negociar** com os militares. Não os sujeitos empíricos “editores”, como quer fazer crer a sequência discursiva, mas a empresa. Apaga-se, com isso, que essa “negociação” era entre o Estado Militar e a empresa **Globo**. Os editores representavam a empresa (o mercado). Esse “negociar” acaba colocando o Estado militar e a empresa **Globo** em situação de igualdade, de certa forma. Para amenizar a força dessa negociação, destaca-se que os editores foram “obrigados” a negociar. Uma contradição na expressão **obrigados a negociar**, ainda mais em época de ditadura! Partindo da rede de filiação de sentidos, cabe ainda destacar que as empresas do grupo apoiaram outros governos ao longo de sua história, inclusive na ditadura de 1930, com Getúlio Vargas. Atualização de uma memória.

Para Clark³¹ (1991, p. 255), o problema com a censura na TV Globo nessa época era basicamente com as novelas porque, segundo ele, “no telejornalismo, tomávamos muito cuidado para não atrair a repressão e acabar punidos com um castigo maior do que a falta cometida”. Não há nenhum sinal de resistência; apenas a constatação de que os tempos eram difíceis para se noticiar; os acordos entre as partes eram fechados antes da exibição do telejornal, uma interdição antecipada do dizer.

De fato, essa época foi extremamente complicada para os jornalistas e para a imprensa nacional, mesmo considerando que a chamada grande mídia deu apoio, de forma declarada, ao governo militar. De alguma forma, a censura atingiu todos os veículos de comunicação do país e com mais violência em cima da chamada imprensa alternativa, aquela que não pertencia às grandes corporações empresariais e que fazia oposição de forma declarada. No caso das emissoras de rádio e TV, a pressão era ainda maior por serem meios massivos e também pelo fato de serem as emissoras concessões públicas que poderiam ter seus serviços

³¹Walter Clark foi, durante mais de uma década, um alto executivo da TV Globo. Ele conta sua trajetória profissional na autobiografia **O campeão de audiência**, publicado em 1991 pela Editora Best Seller.

suspensos por determinação do Governo Federal. Isso era constantemente lembrado aos concessionários do setor. Foi nessa época também que a TV Globo instituiu formalmente o chamado “Padrão Globo de Qualidade”.

Em meados da década de 1970, foi a vez da Rede Globo – uma concessão pública - formalmente instituir o “Padrão Globo de Qualidade”, ao contratar José Leite Ottati - ex-funcionário do Departamento de Polícia Federal – para realizar a censura interna e evitar prejuízos advindos da proibição de telenovelas. Segundo Walter Clark, a primeira interdição da censura na Globo ocorreu em 1976, na novela *Despedida de casado*. Para blindar a emissora, o “Padrão Globo de Qualidade” receberia o auxílio de pesquisas de opinião feitas por Homero Icaza Sanchez - o “Bruxo” -, encarregado de identificar as motivações da audiência.³² (KUSHNIR, 2012)

O capital sempre busca ocupar os espaços necessários. Na mídia não seria diferente. A Rede Globo quis se antecipar à censura por, de certa forma, estar ao seu lado. Contratar um funcionário do Departamento de Polícia Federal seria concordar com a interdição - o não dizer e o silenciamento de mãos dadas no funcionamento empresarial.

As pesquisas de audiência/opinião vão sustentar o aparato do consumo porque as empresas midiáticas são regidas pela identificação de motivações de audiência, servindo não só às pessoas, mas, principalmente, a quem patrocina seus produtos (programas, novelas, shows, telejornais, etc.). Há uma rede de filiações discursivas e intersubjetivas alimentada por uma **ilusão** de que serve ao gosto das pessoas. No entanto, estabelecer um padrão para administrar uma empresa é ter mecanismos que sempre vão regular e interferir em sua programação. Era necessário continuar produzindo para aumentar a audiência e, conseqüentemente, aumentar os lucros advindos do mercado publicitário.

5.2 Fatos (e)ditados: escolhas e silenciamentos

Entre os anos **1970** e **2010**, o arquivo do **Jornal Nacional** apresenta cinco abas denominadas **REPORTAGENS** com a identificação ao lado da respectiva década. Nessa área (lado esquerdo da tela 4), contabilizamos mais de 50³³ assuntos selecionados e arquivados, todos eles com inúmeros *links* de textos e vídeos. São

³²Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/a-grande-impressa-apoiou-o-golpe-e-a-ditadura-e-nao-teve-papel-relevante-para-o-fim-do-regime-1979.html>> Acesso em: 24 maio 2018.

³³ No início da nossa pesquisa, junho de 2016, eram 40 assuntos arquivados nas cinco décadas. Observamos, assim, que esse arquivo não apresenta um caráter permanente.

pautas variadas de acontecimentos jornalísticos nacionais e internacionais de diversas editoriais,³⁴ ou seja, é possível encontrar textos e arquivos de vídeos sobre ecologia, política, economia, educação, esportes, polícia, desastres ambientais, incêndios, manifestações, enfim, um leque de materialidades a serem analisadas.

Vale ressaltar que os textos que apresentam/contextualizam os assuntos abordados são produções atuais com explicações **sobre** as reportagens arquivadas, vídeos que foram exibidos no **JN** e trazidos para o ambiente virtual. Acontecimentos do passado explicados no presente. Nos termos de Mariani (1998, p. 60, grifos da autora), esses textos seriam um **discurso sobre**, ou seja,

[...] são discursos intermediários, pois ao *falarem sobre* um *discurso de* ('discurso-origem'), situam-se entre este e o interlocutor, 'qualquer que seja', caracterizando-se ainda por estabelecer 'uma relação com um campo de saberes já reconhecido pelo interlocutor'.

Os conteúdos passados são evocados em uma dinamicidade atualizadora. São registros que durante anos ficaram guardados nos arquivos da própria emissora, que possui um Centro de Documentação (CEDOC), e que foram retomados para compor o arquivo disponível ao público externo.

TELA 4 - Imagem capturada em 14 de agosto de 2018



Do material disponibilizado para ser acessado, optamos por fazer um recorte e selecionar os arquivos que fazem parte do nosso *corpus* de pesquisa. Esse foi um gesto necessário a fim de criar um *campo discursivo de referência* (COURTINE,

³⁴ Editoriais são áreas específicas de uma redação jornalística, as mais comuns são: política, economia, cidade, educação, segurança, saúde.

2009). Não houve interesse em analisar todo o arquivo disponível para acesso, uma vez que nosso objetivo não depende de uma abordagem quantitativa, considerando também que os arquivos virtuais são moventes, eles se transformam ao longo do tempo, alguns apareceram no meio da pesquisa. Nesse processo de seleção, priorizamos os acontecimentos jornalísticos do campo da política, com o foco nos acontecimentos nacionais: esse foi nosso recorte, nosso **gesto de edição** e, como todo processo de seleção, muita coisa ficou de fora. Na tabela a seguir, trazemos o nosso recorte do *corpus* com os arquivos selecionados, conforme a nomeação do próprio *site Memória Globo*, no campo do **JN**:

<i>Corpus de análise</i>	<i>Arquivos selecionados</i>
Reportagens anos 1970	Greves do ABC, lei da anistia e volta dos exilados.
Reportagens anos 1980	Campanha pelas Diretas já, as eleições e o debate Collor x Lula.
Reportagens anos 1990	Entrevista do ex-presidente Collor.
Reportagens anos 2000	A eleição de Lula.
Reportagens anos 2010	O julgamento do Mensalão e as manifestações em junho de 2013.

Como já abordado, para cada década, algumas reportagens e depoimentos foram selecionados e arquivados. No processo de análise das décadas, procuramos dialogar também com outras materialidades discursivas, como recortes dos principais jornais do país em suas edições *online* e materialidades que circularam nas redes sociais. Ou seja, para analisar esses discursos *sobre* o arquivo selecionado, concordamos com Silva Sobrinho (2007, p. 133) quando afirma que não podemos “compreender o discurso como se ele tivesse vida própria, algo semelhante ao desenvolvimento do espírito que se sobrepõe às relações sociais” porque o movimento do discurso “está desde sempre enraizado nas relações sócio históricas nas quais é produzido”.

No processo de análise, foi necessário buscar as condições de produção em que os discursos foram produzidos, o contexto da época e estabelecer relações para

compreender que efeitos de sentidos esses discursos produzem hoje ao compor o arquivo que se pretende memória do principal telejornal da Rede Globo e, ainda, considerado o mais influente no país.

Na aba denominada **REPORTAGENS ANOS 1970**, o arquivo disponibiliza para acesso cinco assuntos entre tantos outros que foram exibidos no **JN** durante a década selecionada, são eles: Lei da Anistia, Volta dos Exilados, Entrevista com Yasser Arafat, Sexta Conferência dos Países Não Alinhados e as Greves do ABC. Recortamos três: **GREVES DO ABC**, **LEI DA ANISTIA** e **VOLTA DOS EXILADOS**, assuntos do campo da política nacional, conforme a tela 5:

TELA 5 - Imagem capturada em 27 de agosto de 2018



Ao clicar no assunto escolhido, observamos que as várias reportagens arquivadas são sempre acompanhadas de um texto sobre o arquivo, resultando, assim, em materialidades audiovisuais. No entanto, a partir de Lagazzi (2009, p. 68), ressaltamos que no trabalho discursivo,

[...] não temos materialidades que se complementam, mas que se relacionam pela contradição, cada uma fazendo trabalhar a incompletude da outra. Ou seja, a imbricação material se dá pela incompletude constitutiva da linguagem, em suas diferentes formas materiais.

Podemos entender esse texto de abertura como uma orientação de leitura/acesso, tentativa de direcionamento de sentidos para que o leitor/internauta faça determinado trajeto de exploração/leitura do que está sendo mostrado, sugerindo uma interpretação definida pelo verbal, pelos já-ditos (ORLANDI, 2012).

Apesar do inegável poder das imagens, vale ressaltar que na narrativa dos telejornais a palavra/o verbal se impõe como suporte expressivo das imagens. Nesse campo, o provérbio chinês “uma imagem vale por mil palavras” não ganha espaço porque, segundo Fraga Rocco (apud REZENDE, 2000, p. 49), “há momentos em que, talvez, nem 10 mil imagens consigam expressar o poder polissêmico de uma única palavra”. Esse processo também vai nortear o acesso aos vídeos arquivados, contextualizando os acontecimentos, produzindo, assim, novos sentidos. Sujeitos moventes direcionando assuntos em movimento! Um discurso sobre o arquivo selecionado.

Trazemos na sequência a seguir o enunciado que apresenta o assunto **GREVES DO ABC:**

SD5: O fortalecimento do jornalismo da TV Globo paulista, no início dos anos 1980, foi favorecido pelo contexto da época, marcado por *um sindicalismo forte e um empresariado ativo.*

*São Paulo passou a ter cada vez mais espaço no noticiário nacional, sobretudo a partir das **greves dos metalúrgicos do ABC** (região da grande São Paulo formada pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano e Diadema). **Apesar das restrições** que o Jornal Nacional enfrentou para cobrir o tema em 1978, quando foi deflagrada a primeira greve, o assunto foi aos poucos ganhando destaque. (Grifos nossos).*

Ao clicar em **greves dos metalúrgicos do ABC**, novos *links* vão surgindo numa sucessão de informações compostas sempre de textos que objetivam contar **a história** do movimento. É assim que está posto: “contar **a história** do movimento e não **uma história**”. O objetivo parece ser mostrar a presença da equipe, a estruturação da emissora e alguns destaques relacionados ao assunto abordado. Traz ainda uma lista de fontes com depoimentos de profissionais da Rede Globo que participaram, direta ou indiretamente, dos fatos arquivados. No intradiscursivo, não é o movimento grevista dos metalúrgicos do ABC que ganha destaque, movimento esse que teve um papel fundamental no processo de abertura democrática do país, mas a cobertura jornalística do **JN**, ao destacar a estrutura da emissora para fazer a cobertura da pauta, desvirtuando assim o contexto discursivo.

Ainda na **SD 5**, chama-nos a atenção o enunciado **um sindicalismo forte e um empresariado ativo** porque, aparentemente, mostra um campo de forças equilibrado, no qual ambos os lados (empregados e patrões) teriam o mesmo espaço no telejornal; tenta-se apagar a luta de classes, silenciando, assim, as contradições sociais e exaltando o consenso, e o consenso só interessa a quem domina. **Sindicalismo forte**: uma expressão que as empresas **Globo** não usariam em anos anteriores, ainda na ditadura, pois havia a necessidade de representar a esquerda e tudo que poderia ser representado como de esquerda (sindicato é exemplo) como um mal a ser extirpado do Brasil. Os militares salvaram o Brasil do perigo comunista, era assim que a grande imprensa falava! No entanto, com o processo de democratização, a partir do final dos anos 1970, em um contexto de crise nos países socialistas, de enfraquecimento da guerra fria, na década de 1980, havia essa abertura, permitida pelo próprio sistema capitalista, que já não se sentia tão ameaçado pelo fantasma do comunismo.

Essa sequência discursiva ainda nos apresenta algumas questões, a saber: como uma emissora (Rede Globo), considerada um “braço simbólico” de um governo militar, traz, no início dos arquivos, como memória do seu principal telejornal, as **GREVES DO ABC**? E ainda afirma que “o fortalecimento do jornalismo da TV Globo paulista, no início dos anos 1980, foi favorecido pelo contexto da época”, sendo esse assunto um dos poucos a serem lembrados nos anos de **1970**? Destacar essa questão não seria um modo de silenciar o apoio da emissora ao Governo Militar?

Sobre o silêncio, Orlandi (1992, p. 55) a caracteriza como “dizer ‘uma’ coisa, para não deixar de dizer ‘outras’”. Ou seja, o silêncio recorta o dizer. Esta é sua dimensão política”. A própria memória discursiva tentando “apagar” a história, ou como bem colocou Pfeiffer (2007, p. 169), “para se dizer é preciso esquecer e é preciso apagar”, apagar tudo o que não se quer transformar em uma determinada memória, construindo, desse modo, outra forma de falar dos fatos passados. Um movimento que procura romper com uma memória estabilizada pela história e pela sociedade sobre a emissora e seu posicionamento político-empresarial. Ser arquivo, mas não ser memória!

De um lado, **sindicalismo forte**; de outro, o **empresariado ativo**. “Ativo”: aquele que não para, que está sempre em ação; o que produz. Apaga-se que quem está sempre ativo, quem produz, de fato, não é o empresariado, mas o trabalhador (representado pelos sindicatos). O empresariado explora o trabalhador, a sua mão

de obra; busca a mais-valia. Não se diz trabalhadores fortes; não se usa o termo sindicato, mas **sindicalismo**.

Nas reportagens arquivadas sobre **AS GREVES DO ABC**, o destaque maior é para a figura do então líder sindical, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Luiz Inácio da Silva - o Lula, um dos líderes do movimento. Dos cinco vídeos arquivados, Lula vai aparecer em três deles e sempre com destaque, como porta-voz dos trabalhadores. Situação bem diferente da atualidade, em que a imagem do agora ex-presidente da República é sempre mostrada como culpado e o responsável maior pelos desmandos políticos e econômicos do país nos últimos anos; ou seja, quando os fatos lhe são convenientes, e não pela sua importância histórica, a Rede Globo dá vez e voz ao que lhe interessa. E faz acontecer como lhe convém! É outro disfarce: colocar sua posição empresarial em banho-maria, ficar com um pé atrás, um equilibrar-se por entre o incontrolável: os fatos, as notícias, os acontecimentos. Não se pode perder o controle, a necessidade de ser líder e estar em primeiro lugar de audiência, mesmo quando o conteúdo (jornalismo) que fomenta o cerne do funcionamento ou da funcionalidade conceitual do programa está no que ocorre na sociedade. Um movimento que podemos observar ao longo das análises.

Esse jogo de interesses e conveniência da emissora voltou à tona durante os meses que antecederam as últimas eleições presidenciais no país, em 2018, em que o ex-presidente Lula aparecia como líder nas pesquisas entre os pré-candidatos à Presidência da República. Contudo, dessa vez o destaque foi no sentido negativo, culminando com o **JN** do dia 24 de janeiro de 2018³⁵ mostrando uma edição³⁶ totalmente dedicada ao julgamento do ex-presidente pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que confirmava a condenação de Lula em segunda instância, acusado de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, destacando ainda que, pela Lei da Ficha Limpa, Lula ficaria inelegível. Essas notícias foram as primeiras a serem lidas pelos apresentadores na escalada³⁷ e foram desdobradas em todos os blocos do

³⁵ Essa edição do **JN** pode ser acessada no Globoplay. Disponível em:

<<https://globoplay.globo.com/v/6446545/programa/>>. Acesso em 25 mar. 2019.

³⁶ A edição desse dia teve a duração de 51 minutos e 28 segundos, sendo que 50 minutos e 46 segundos foram sobre notícias referentes à condenação do ex-presidente Lula. Somente no final do telejornal e, em virtude de compromissos comerciais, um dos apresentadores leu uma nota sobre o jogo de futebol que seria transmitido pela emissora.

³⁷ Escalada são as manchetes/destaques que são faladas no início dos telejornais, é a vitrine das notícias.

telejornal, negando, assim, o que o **JN** tem propagado como objetivo do programa de sempre “mostrar aquilo que de mais importante aconteceu no Brasil e no mundo naquele dia, com isenção, pluralidade, clareza e correção”. (BONNER³⁸, 2009, p. 17). Continuamos perguntando: importante para quem? Pudemos constatar que a pauta sobre a condenação do ex-presidente Lula vai continuar ocupando espaço de destaque no **JN** até o dia da prisão, ocorrida em 7 de abril de 2018.

Assim, um mesmo personagem pode ser reverenciado em um momento e condenado em outro, dependendo de sua posição sujeito, do que representa para o modo de produção vigente nesses momentos. No caso do ex-presidente Lula, a sua representação vai mudando ao longo dos anos. Mudou na campanha para a primeira eleição à presidência que ganhou³⁹, visto que, naquele momento, não representava risco para o sistema capitalista. Com isso, retomou-se a imagem do Lula das décadas de 70, 80, de sindicalista, de representante da classe trabalhadora. É a exibição seletiva do que é de interesse da emissora e, por conseguinte, de outros segmentos da classe dominante (empresários, políticos, poder judiciário, etc) com os quais o grupo empresarial estabelece alianças. Posicionamento ideológico da emissora disfarçado de isenção, pluralidade, clareza e correção jornalísticas.

Como já adiantamos, em cada sessão do arquivo, um texto atual vai fornecer informações e explicações sobre a cobertura dos acontecimentos jornalísticos pela emissora. Nota-se uma regularidade no funcionamento do discurso do arquivo do **JN**. Podemos observar que, em muitos casos, existe uma necessidade de justificar a posição tomada pela emissora na época. A memória do telejornal vai sendo atualizada/editada a partir dessas narrativas que apresentam os assuntos selecionados.

As justificativas acabam produzindo determinados sentidos e apagando outros. Ao fazer circular certos discursos, busca-se romper com certas memórias estabilizadas, memórias essas que perseguem a emissora ao longo de sua história e reverberam nos discursos atuais. Uma dessas justificativas do posicionamento da emissora está presente nas duas próximas sequências, e aqui ainda nos reportamos ao arquivo sobre **AS GREVES DO ABC**:

³⁸William Bonner é um dos apresentadores do JN e também editor-chefe. Em 2009, ele escreveu o livro **Jornal Nacional: modo de fazer**.

³⁹Essa primeira eleição de Lula à Presidência da República será retomada e analisada mais adiante.

SD6: *A equipe de jornalismo da Globo São Paulo acompanhou as paralisações de 1978, mas **enfrentou restrições** para cobrir o assunto. Armando Nogueira⁴⁰ conta que **os militares ordenaram à emissora uma cobertura leve, sem som ambiente e sem dar voz às lideranças sindicais**. Isso provocou um grande **descontentamento dos metalúrgicos** e a reação de alguns deles foi violenta. **Grevistas ameaçaram incendiar a sede da Globo em São Paulo e chegaram a virar uma caminhonete de reportagem da emissora.***

De novo, o termo “enfrentar” encontrou restrições, no sentido de que houve resistência, luta para reverter as restrições do Governo Militar. Novamente, a emissora se mostra como vítima no processo.

Mesmo com a justificativa de que os **militares ordenaram à emissora uma cobertura leve** na condução da cobertura jornalística e que os **grevistas ameaçaram incendiar a sede da Globo em São Paulo e chegaram a virar uma caminhonete de reportagem da emissora**, interessante perceber que, décadas depois, vivendo o país na chamada democracia, a emissora continua sendo alvo da ira de manifestantes. Os exemplos são inúmeros e variados, tais como este publicado pelo jornal Folha de S. Paulo em sua edição *online* de 6 de março de 2016: “Cerca de 150 pessoas realizaram neste domingo (6) um protesto em frente à sede da Rede Globo, no Jardim Botânico, na zona sul do Rio. Os participantes criticaram a cobertura jornalística da emissora e defenderam o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva”. Ou este outro, publicado na edição *online* do JB, de 31 de março de 2017: “Um protesto toma a entrada de uma das sedes da TV Globo, na Rua Jardim Botânico, na Zona Sul do Rio, desde a manhã desta sexta-feira (31), para lembrar o aniversário do Golpe Militar, no dia 31 de março de 1964, que instaurou por mais de 20 anos a ditadura no Brasil”. Os exemplos são muitos e, muitas vezes, a emissora é obrigada a emitir nota justificando seu posicionamento na cobertura dos fatos ou acusando os manifestantes de estarem cerceando o trabalho da imprensa.

Essa volta de certas formulações, segundo Courtine (2009, p. 104), “chama a atenção para o fato de que toda produção discursiva que se efetua nas condições determinadas de uma conjuntura movimenta - *faz circular* - formulações anteriores, já enunciadas”. E são essas condições determinadas de uma conjuntura que

⁴⁰ O jornalista Armando Nogueira era o então diretor de Jornalismo da Rede Globo.

garantem a subsistência da Rede Globo, tanto pela concessão quanto por continuar o jogo duplo: de informar e de se manter na liderança do mercado.

Ainda na **SD6**, ao ordenar à emissora uma cobertura dos acontecimentos **sem som ambiente e sem dar voz às lideranças sindicais**, os militares procuravam interferir de forma mais efetiva no processo de edição das reportagens porque, ao retirar o som ambiente, ou seja, o “som das ruas, os gritos dos manifestantes, as palavras de ordem”, como também evitar que as lideranças aparecessem falando no vídeo, possíveis resistências podiam ser controladas. O controle do verbal direcionaria de forma mais segura o que as imagens estavam mostrando. No entanto, a posição da emissora é colocada através do *discurso do outro*, e não dela, ou seja, um deslocamento que sustenta a posição. Essa nos parece ser uma justificativa plausível de que a emissora, ao colocar seu posicionamento através do *discurso do outro* - e não no dela, pode funcionar como um deslocamento que sustenta seu papel de vítima (também) da censura.

De fato, houve restrições da **Globo**, mas os militares ordenaram como a emissora deveria noticiar o acontecimento, que já não podia ser escondido da sociedade. Tentativa da emissora de se isentar da forma como o fato fora noticiado. O pronome demonstrativo “isso” indica que o que provocou o **descontentamento dos metalúrgicos** fora a ordem dos militares, recaindo toda a responsabilidade neles, já que a **Globo** havia resistido a tal ordem, inclusive **acompanhou as paralisações**, dando a entender que houve cobertura. Em sua representação dos metalúrgicos, da classe trabalhadora em greve, emprega os seguintes termos: grande descontentamento; violência de alguns deles; ameaça de incêndio.

SD 7: *O jornalismo da Globo ganharia um pouco mais de liberdade para tratar da questão nos anos seguintes [...]. Armando Nogueira argumenta que, naquele momento, a abertura era ainda um fato muito recente no quadro político nacional e que a Central Globo de Jornalismo se encontrava numa posição difícil: “A gente nunca podia perder de vista o fato de que **a televisão era uma concessão de serviço público a título precário. A qualquer momento, podiam nos tirar. E isso era um elemento de pressão que eles usavam muito em determinadas situações [...].”***

Outra questão presente na **SD7** era que sempre se buscam justificativas externas (do outro) para respaldar alguns posicionamentos editoriais/empresariais da própria emissora, como: **a televisão era uma concessão de serviço público a título precário. A qualquer momento, podiam nos tirar.** Teria sido essa uma opção pela chamada autocensura? A explicação da Rede Globo provoca uma ambiguidade ideológica presente no fio do discurso. Importa lembrar que as **greves do ABC** aconteceram no final da década de 1970 e se prolongaram até o início da década seguinte (1978/1980) - um movimento que uniu os metalúrgicos dos municípios de Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema -, conhecido como grande ABC Paulista. As manifestações dos trabalhadores estavam inseridas em um contexto de reabertura política no país⁴¹, eles protestavam contra o arrocho salarial e reivindicavam mais liberdade e autonomia sindical. Essas greves marcaram o ressurgimento do movimento dos trabalhadores no país.

Os outros recortes da década dos anos 1970 trazem os arquivos sobre a **LEI DA ANISTIA** e a **VOLTA DOS EXILADOS**:

SD8: *O general João Batista Figueiredo assumiu a presidência em março de 1979, com a tarefa de consolidar a transição democrática. Sua primeira medida foi sancionar, em 28 de agosto, a lei de anistia, aprovada pelo Congresso Nacional. No dia 29, o Jornal Nacional mostrou a libertação de presos políticos em Recife, Salvador, Rio e São Paulo. Nos dias seguintes, o JN acompanhou também a volta dos exilados. Um dos primeiros foi Fernando Gabeira, que chegou ao aeroporto do Rio em 1º de setembro, quatro dias após a promulgação da lei. Em seguida, seria a vez de Leonel Brizola, Márcio Moreira Alves, Miguel Arraes e Luís Carlos Prestes.*

Na **SD8**, ao clicar na frase grifada/link, somos levados a assistir a treze vídeos sobre a chegada dos exilados nos aeroportos e à liberação de presos políticos no país. Em seguida, pode-se acessar a contextualização dos assuntos através de mais um texto explicativo sobre o processo de abertura política que começava a acontecer no país. Era o ano de 1979, governo do ex-chefe do Serviço Nacional de Inteligência, antigo SNI, general João Batista Figueiredo, último presidente do

⁴¹Cf. ANTUNES, Ricardo. **A Rebeldia do Trabalho**: o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

regime militar e com o mandato presidencial mais longo do período (seis anos: março de 1979/ março de 1985).

Figueiredo assumiu o país em meio a uma profunda crise social, política e econômica com o crescimento da dívida externa, a queda do PIB e a alta da inflação, que no início da década seguinte chegaria ao patamar de 100%, além do aumento do desemprego. O Brasil entra numa recessão que vai se prolongar por vários anos. Para muitos economistas, a década de 1980 é chamada de “década perdida”. Uma época que vai marcar o fim do “modelo econômico de crescimento do país, o esgotamento e a exaustão do “milagre econômico”, próprio do período da ditadura. Tudo isso inserido, segundo Neto (2014, p. 212), na conjuntura mundial da transição dos anos 1970 aos 1980:

[...] um quadro profundamente recessivo nos países capitalistas centrais se configurou, novamente entre 1980 e 1982, com o chamado ‘segundo choque do petróleo’ já fazendo sentir desde 1979 (e, à época, o Brasil era o terceiro importador mundial de petróleo). Ao mesmo tempo, a decisão norte-americana (do *FED*, espécie de banco central) de elevar as taxas de juros impactou duramente os países latino-americanos, em especial aqueles com dívidas externas contraídas majoritariamente a juros flutuantes, como o Brasil [...].

São essas as condições postas para a compreensão do arquivo destacado. No entanto, faz-se necessário promover uma (des)naturalização do que está posto, pois, se todo discurso é essencialmente ideológico, o discurso sobre o arquivo também o é. Apesar de todo esse contexto de crise econômica na época, a Rede Globo não parava de crescer e de se consolidar como potência no mercado das comunicações no Brasil. Uma liderança conquistada pelo avanço tecnológico, mas, também, por continuar mantendo estreita relação com o poder.

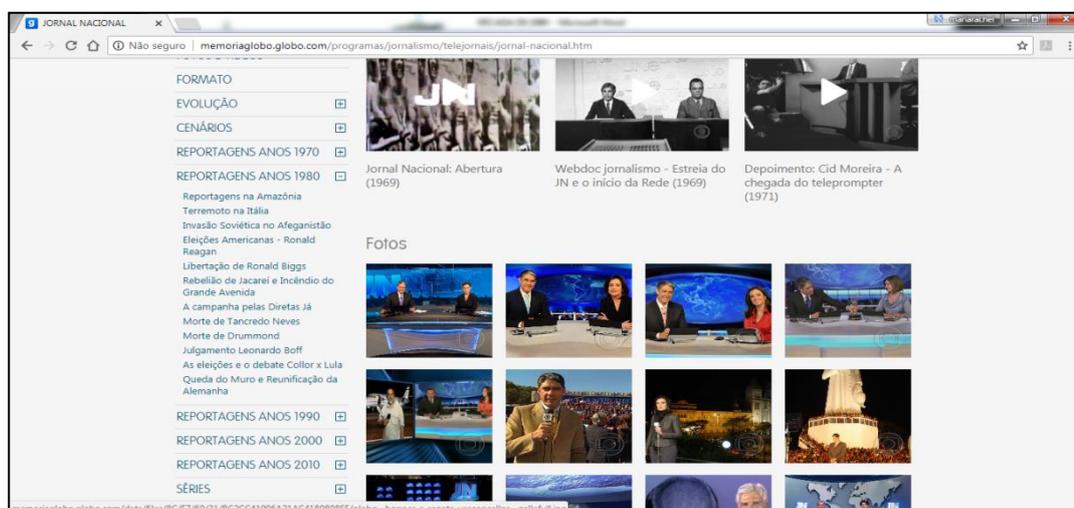
Como já posto anteriormente, entendemos que existe um *discurso sobre o arquivo audiovisual*, discurso esse materializado nos enunciados que acompanham os vídeos. Esses discursos não estão soltos, existe um direcionamento de leitura, de interpretação, pois, os sentidos poderiam ser outros, mas não poderiam ser qualquer um. O sentido, como diz Orlandi (2012, p. 27), “não está já fixado *a priori* como essência das palavras, nem tampouco pode ser qualquer um: há a determinação histórica”. Entendemos que esses acontecimentos selecionados para compor o arquivo acabam por ser duplamente editados, pensando a edição como um processo de direcionamento dos sentidos postos em circulação, a partir de uma

posição ideológica nem sempre revelada. No entanto, no fio do discurso, ao dizer que **o *Jornal Nacional* mostrou a libertação de presos políticos**, o que se apresenta é o engajamento da emissora na cobertura dos fatos políticos, fazendo-se presente na fase de transição democrática do país.

5.3 Acontecimentos discursivos que se inscrevem na memória

Entre temas nacionais e internacionais, no *link* **REPORTAGENS ANOS 1980**, são apresentados treze assuntos para compor o arquivo da década, a saber: Reportagens na Amazônia, Terremoto na Itália, Invasão Soviética no Afeganistão, Eleições Americanas – Ronald Reagan, Libertação de Ronald Biggs, Rebelião de Jacareí, Incêndio do Grande Avenida, A Campanha pelas Diretas Já, Morte de Tancredo Neves, Morte de Drummond, Julgamento Leonardo Boff, As eleições e o debate Collor X Lula, Queda do Muro e Reunificação da Alemanha.

TELA 6 - Imagem capturada em 27 de agosto de 2018



Desses acontecimentos jornalísticos arquivados, recortamos os seguintes arquivos: **CAMPANHA PELAS DIRETAS JÁ, AS ELEIÇÕES E O DEBATE COLLOR X LULA**, assuntos que ganharam vasta repercussão e dividiram opiniões entre os representantes da chamada grande mídia nacional. Muito já se discutiu sobre a cobertura tardia da Rede Globo em relação à **Campanha das Diretas Já**⁴². No entanto, esse é um assunto que, passados mais de trinta anos, continua provocando

⁴² Cf. MAGALHÃES; SILVA SOBRINHO, 2014.

polêmica e levando a emissora a se justificar e a se defender, inclusive assumindo essa omissão como “erro”. Outro “erro” reconhecido pela emissora foi em relação à edição do **Debate Collor X Lula** apresentado no **JN**. Esses dois assuntos também fazem parte de outro *link* localizado na parte superior da página principal do **site MEMÓRIA GLOBO**, temas com abordagens tão polêmicas que ganham destaque na página principal do **Memória Globo** e vão além do campo do **Jornal Nacional**.

No texto de apresentação do arquivo **CAMPANHA PELAS DIRETAS JÁ**, observa-se a preocupação em amenizar a imagem da emissora perante a opinião pública, revelando o quanto de tempo os telejornais, principalmente o **Jornal Nacional**, dedicaram à cobertura do assunto, conforme a sequência a seguir:

SD9: *Os **quatro meses** que antecederam à votação da emenda Dante de Oliveira foram dedicados à organização de comícios por todo o país. O primeiro a ir ao ar foi o da Praça da Sé, em São Paulo, no dia 25 de janeiro. A reportagem teve dois minutos e 17 segundos. [...]*

*Em Minas Gerais, a manifestação do dia 24 de fevereiro foi ao ar numa **matéria de um minuto e meio**. [...]*

*No dia 10 de abril, cerca de um milhão de pessoas se reuniu na Candelária, no Rio de Janeiro. O assunto ocupou **nove minutos do Jornal Nacional** e invadiu o horário da novela das oito [...]*

O último grande comício antes da votação da emenda Dante de Oliveira se realizou no dia 16 de abril, no Vale do Anhangabaú, em São Paulo. Reuniu quase um milhão e meio de pessoas. **Grande parte da edição do Jornal Nacional daquele dia foi dedicada à cobertura do evento.** (Grifos nossos)

De fato, o tempo é um indicador relevante na avaliação da importância da notícia. Só não é o único! Se nos jornais impressos a relevância pode ser observada no tamanho do espaço reservado a determinado assunto, assim como também a sua localização na página, no rádio e na televisão é o **tempo** dado à notícia que vai sinalizar essa importância, pois são meios que trabalham com fluxos temporais contados em preciosos e caros minutos, principalmente, a TV, os quais justificam as demandas de mercado, do capital. A empresa precisa lucrar. Portanto, noticiar parece não ser tão importante assim. É relevante considerar o tempo de exibição durante o telejornal, como também a sucessão de dias que o assunto permanece no ar. Isso pode ser observado diariamente nos noticiários televisivos.

Os telejornais trazem em sua especificidade diferentes maneiras de apresentar as notícias, tais como: nota “pelada” (nota curta lida pelo apresentador), nota coberta (nota falada pelo apresentador com imagens do assunto), os diversos tipos de reportagens e as participações “ao vivo” dos repórteres durante a apresentação do telejornal. A duração das notícias vai variar de acordo com os interesses editoriais/empresariais e também com os formatos escolhidos, a partir dos chamados “critérios de noticiabilidade”, conforme já explicitamos antes.

Continuando nossa análise na **SD9**, observamos que, ao afirmar que **em São Paulo, no dia 25 de janeiro, a reportagem teve dois minutos e 17 segundos**, o enunciado silencia que nesse tempo de reportagem apenas a “passagem” do repórter⁴³ fazia referência ao ato pelas **Diretas Já**. Todo o tempo da reportagem, incluindo a chamada lida pelo apresentador do telejornal, é dedicado ao aniversário de 430 anos da cidade de São Paulo, ou seja, uma grande manifestação popular é mostrada como festividade desprovida de conteúdo político. Interessante observar que, apesar de reconhecer o “erro” de não ter apoiado o movimento desde o início das manifestações, a emissora tenta construir uma nova memória para esse acontecimento discursivo. Mais uma vez, é o enunciado textual que vai construindo sentido para as reportagens, funcionando como uma orientação para a leitura do visual. A Rede Globo tenta, assim, desviar a atenção para o seu não posicionamento quanto a um movimento de notório destaque nacional. Nesse aspecto, o telejornal deixa de ser nacional, aquele que diz conectar o país de norte a sul, de leste a oeste. É o dizer (o não dito) dessa não nacionalidade. E, pelo início do enunciado, ao afirmar que **os quatro meses que antecederam a votação da emenda Dante de Oliveira foram dedicados à organização de comícios por todo o país**, tenta-se passar uma imagem de engajamento no movimento desde seu início, o que, de fato, não aconteceu. Inclusive, isso foi reconhecido no *site* da própria empresa ao divulgar a posição/interpretação da Rede Globo:

A Globo registrou esses comícios pelas Diretas nos seus telejornais locais. Naquele primeiro momento, **as manifestações não entraram nos noticiários de rede por decisão de Roberto Marinho**. O presidente das Organizações Globo temia que uma ampla cobertura da televisão pudesse se tornar um fator de inquietação nacional⁴⁴. (Grifos nossos).

⁴³ Na estrutura da reportagem/matéria jornalística na televisão, a “passagem” o momento em que o repórter aparece falando diretamente para a câmera, quando ele marca efetivamente sua presença no vídeo.

⁴⁴Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/erros/diretas-ja.htm>> Acesso em: 11 abr 2019.

Vale situar que a campanha pelas eleições diretas no país começou de forma modesta com um comício em Goiânia/GO, em junho de 1983, juntando pouco mais de cinco mil pessoas. Mas, pouco a pouco, a campanha empolgou a sociedade brasileira; já no segundo semestre de 1983, foi considerada a maior mobilização cívica do Brasil no século XX, com comícios e manifestações de ruas reunindo milhares de pessoas (NETTO, 2014). Registrar os comícios em telejornais locais não tem a mesma repercussão de fazer a cobertura no telejornal de âmbito nacional e de grande audiência como o **JN**. Apesar de empresas como a **Rede Globo** não ter dado destaque ao movimento em seu início, o movimento resistiu, ganhou a adesão popular. A **Rede Globo** foi criticada e cobrada. Como era momento de abertura política, de afastamento dos militares do poder, isso viabilizou a ampliação da cobertura posteriormente. No início, ainda havia forte ligação da empresa com o estado militar; depois, não mais, pois a volta da democracia estava mais próxima.

A pauta das **DIRETAS JÁ** voltou a ser assunto do **JN** em abril de 2014, trinta anos depois do movimento.

SD10: *A reportagem lembrou os comícios que se espalharam pelo país. **Mostrou multidões de brasileiros que estiveram presentes nas passeatas e protestos**, a derrota da emenda Dante de Oliveira, a eleição e morte de Tancredo Neves e a subida ao poder de José Sarney, o primeiro civil a comandar o país depois do regime militar. (Grifos nossos).*

Nesse retorno ao assunto, a memória do acontecimento é ressignificada pelo mesmo jornalista (Ernesto Paglia) que no passado tinha feito a reportagem acusada de ter enganado o telespectador ao destacar a festa de aniversário da cidade de São Paulo, minimizando o objetivo maior da manifestação, que era protestar contra o regime ditatorial e reivindicar eleições diretas no país. Esse arquivo mais recente vai-se fazendo e refazendo pelo passado em um momento presente. Na reportagem que atualiza e, de certa forma, (e) dita a memória, o enunciado de apresentação do arquivo tenta apontar o sentido para outra direção, como se a emissora efetivamente tivesse se engajado desde o início na luta pelas eleições diretas no país, afirmando que a reportagem **mostrou multidões de brasileiros que estiveram presentes nas passeatas e protestos**. Esse engajamento inicial na campanha é negado, inclusive, na biografia de Roberto Marinho, escrita pelo jornalista Pedro Bial. No

texto, Bial (2004, p. 285-6) é enfático em afirmar que, pessoalmente, o presidente das Organizações Globo:

[...] não encarou com bons olhos o início da campanha por eleições diretas para presidente. Ele não queria ver o movimento de 64, que apoiara desde o início, sair de cena derrotado. Preferia o ocaso honroso da auto-extinção do regime, que citou no editorial “Julgamento da Revolução”. Resistiu o quanto pôde à campanha, até que esta ganhou a adesão popular e aglutinou todo clamor nacional por democracia. A questão, para um veículo com o peso colossal da TV Globo, era cobrir uma campanha, sem fazer campanha.

Essa mudança de postura sinaliza não um apoio direto ao movimento, já que o próprio dono da emissora “preferia o acaso honroso de auto-extinção do regime”, mas a necessidade de sustentar a lógica do funcionamento de uma emissora comercial de televisão, um grupo econômico que precisa manter a liderança na audiência para aumentar o faturamento e, conseqüentemente, obter um lucro maior. O interesse do capital falou e continua falando mais alto, impondo uma mudança de rota!

O outro arquivo dessa década (1980) que também gerou polêmica foi o da edição do debate **COLLOR X LULA** nas eleições de 1989. Esse caso se tornou um exemplo clássico no jornalismo televisivo das possibilidades de manipulação do processo de edição, ou seja, ele deu visibilidade à “mão invisível do editor”, aquela que existe, mas não pode e não deve ser revelada. Pensando o processo de edição como um ritual, nesse caso, escapou o que não deveria escapar. Nas palavras de Pêcheux (2009, p. 277), “não há ritual sem falhas; enfraquecimento e brechas”. A interpelação ideológica falhou, o **ritual** se estilhaçou no lapso.

SD11: *A matéria do JN provocou muita polêmica. A Globo foi acusada de selecionar os melhores momentos de Collor e os piores de Lula, favorecendo, assim, o candidato do PRN. Foi acusada também de privilegiar as intervenções de Collor já que ele recebeu um minuto e meio a mais do que Lula. O PT moveu uma ação contra a emissora no Tribunal Superior Eleitoral. O partido queria que novos trechos do debate fossem apresentados no Jornal Nacional antes das eleições, como direito de resposta, mas o recurso foi negado. (Grifos nossos).*

Escapou porque o processo de edição - o ritual - acabou sendo exposto a partir da possibilidade de comparação com a edição de um vídeo sobre o debate que já tinha sido exibido anteriormente no *Jornal Hoje* - telejornal da emissora exibido no horário da tarde. Conforme a **SD11**, no **JN**, a **Globo foi acusada de selecionar os melhores momentos de Collor**. Não foi a Globo quem provocou, não foram seus diretores ou o dono da empresa, mas **a matéria do JN**, um ser inanimado. Isso diminui a sua força como agente provocador. Novamente, posiciona-se como vítima. Atualização de uma memória. A empresa **foi acusada**; assim, não admite a culpa pelo episódio, pela manipulação.

Na mesma sequência, a passagem **Collor recebeu um minuto e meio a mais do que Lula** volta à questão do tempo na televisão e de como ele é utilizado, trazendo uma combinação dos melhores momentos com um maior tempo de exposição no ar, desequilibrando, assim, a balança da informação que acabou pendendo para o lado de Collor, candidato que tinha o apoio do mercado. Nesse sentido, o grupo empresarial ratifica seu compromisso com o capital, mais uma vez! O uso do número (tempo da matéria) para isentar a empresa de responsabilidade. No senso comum, **um minuto e meio** é insignificante, só que na TV a percepção do tempo é bem diferente. Já no trecho **o PT moveu uma ação contra a emissora**, o partido é representado como agente provocador da ação, enquanto a Rede Globo é representada como agente passivo, quem recebe a ação, vítima mais uma vez!

Depois desse episódio, e apesar de insistir que foi acusada de manipular a edição do debate, a própria Globo modificou a forma de repercutir nos telejornais o conteúdo dos debates nas eleições seguintes:

SD12: *A partir deste episódio, a TV Globo decidiu não editar debates políticos, limitando-se a apresentá-los na íntegra e ao vivo. Concluiu-se que, ao condensar um debate, bons e maus momentos dos candidatos ficarão de fora, segundo a escolha de um editor ou de um grupo de editores, e sempre haverá a possibilidade de um dos candidatos se sentir prejudicado.*

Na justificativa da emissora, a “culpa” pela seleção desequilibrada (tendenciosa) acabou sendo uma questão de **escolha de um editor ou de um grupo de editores**, como se estes não representassem a posição político-ideológica da emissora. No entanto, sabe-se que esse movimento ou *gesto de edição* vai além

de uma escolha pessoal ou de grupo de jornalistas. É uma tomada de posição que sinaliza quais eram os interesses políticos e empresariais na época. Para o então diretor de jornalismo da Rede Globo, Armando Nogueira (apud CONTI, 1999, p. 271), “a edição do debate transcendera os limites do Departamento de Jornalismo: fora uma decisão da direção da empresa”. Vale salientar que nas equipes de jornalistas das emissoras existe uma hierarquia que vai determinar uma escalada de decisões. Nas discussões sobre o conteúdo do que será exibido, a responsabilidade no dia a dia fica a cargo do editor-chefe e apresentador do telejornal, o qual, por sua vez, está subordinado ao Diretor de Jornalismo. Tem ainda o Diretor Geral da emissora, responsável por todos os programas. Assuntos mais polêmicos, que envolvem diretamente interesses políticos e empresariais do Grupo, são discutidos nas instâncias superiores, ou seja, fora do âmbito da Redação Jornalística.

Nesse caso da edição do debate entre os candidatos Collor e Lula, o sujeito discursivo tenta minimizar as críticas recebidas pela condução dos acontecimentos e não reconhece que a própria Rede Globo, desde o início, contribuiu para a eleição de Fernando Collor de Mello, candidato apoiado pela elite econômica do país e por setores conservadores. Uma posição confirmada pelo presidente das Organizações Globo em sua referida biografia (BIAL, 2004, p. 280): “entre o Lula de 1989, que ‘queria acabar com a TV Globo’, e o ideário de Collor, Doutor Roberto acabou apoiando o último, mesmo sem gostar da figura empertigada, filho de um ex-sócio que o abandonou numa hora difícil”. O Lula de 1989 não atenderia aos interesses da empresa, era uma ameaça para a conservação do *status quo*. Situação bem diferente ao que será mostrado nos arquivos da década dos anos 2000, quando, em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito, pela primeira vez, presidente da República.

O *link* **REPORTAGEM ANOS 1990** traz seis assuntos que foram veiculados no **JN** e, posteriormente, arquivados, sendo dois internacionais e quatro nacionais: Guerra do Golfo, Rio 92, Entrevista do Collor, Exploração do trabalho infantil, Favela Naval e Furacão Floyd. O nosso recorte é o da **ENTREVISTA DO COLLOR**.

Apesar de em dezembro de 1992, Fernando Collor de Melo ter renunciado à Presidência da República depois de o Senado instalar a sessão para julgá-lo por crime de responsabilidade, a escolha do arquivo é pela figura do ex-presidente em outra situação, quando volta a aparecer numa entrevista exclusiva concedida, em 1997, em Miami/EUA, a uma repórter da Rede Globo. Cabe aqui uma pergunta: por que toda a cobertura jornalística que culminou com a renúncia de Collor não foi uma

escolha para o arquivo do principal telejornal da emissora⁴⁵, já que, para muitos analistas, Collor teria sido um “presidente feito e desfeito pela grande imprensa”? Lembramos aqui o movimento dos “caras pintadas”, que ganharam as ruas do país com a palavra de ordem “Fora Collor” em manifestações que pediam o *impeachment* de um presidente acusado de corrupção. É certo que o **JN** realizou, como toda imprensa nacional e internacional, a cobertura dos acontecimentos, no entanto, essas questões não são incluídas na referida década do arquivo, o que demonstra um apagamento sutil sobre um fato que custa caro à Rede Globo. Mesmo com as ressalvas já pontuadas sobre Collor, ele também é um empresário. E mais, sua empresa (TV Gazeta de Alagoas) possui contrato de afiliação com a Rede Globo. A luta de classe se impõe: empresário retifica o compromisso do corporativismo.

SD13: *Um episódio marcante do Jornal Nacional foi a **entrevista exclusiva** com Fernando Collor feita pela repórter Sônia Bridi em março de 1997, **quase cinco anos depois do impeachment**. A entrevista foi gravada em Miami, onde o ex-presidente morava. Collor concordou em falar desde que a conversa **não fosse editada ou cortada**. E assim foi. **A entrevista durou 11 minutos e ocupou o último bloco do JN**. Irritado com as perguntas, Collor gritou, deu socos na mesa e chamou a repórter de “filhotinha”. (Grifos nossos).*

Na **SD13**, no texto de apresentação do arquivo denominado **Entrevista do Collor**, o fator tempo, mais uma vez, vai produzir sentido. Considerando que a média de tempo de produção do **JN** é de 30 minutos líquidos⁴⁶, dedicar 11 minutos para uma entrevista é destacar a questão, ressaltando-se ainda que a informação de que a entrevista não foi editada ou cortada, exigência do entrevistado, um privilégio de poucos! Compreendemos que se há privilégio, há desigualdade da informação. E isso tanto pelo fato de que pesa a isenção quanto pelo tratamento igualitário pelo compromisso com a verdade de fatos/acontecimentos.

⁴⁵ Localizamos esse assunto no site Memória Globo através do serviço de busca, no entanto, ele não faz parte do arquivo do JN.

⁴⁶ Tempo líquido se refere ao tempo dedicado à exibição das notícias porque no tempo total do telejornal, aproximadamente 50 minutos, estão incluídos os intervalos comerciais.

TELA 7 - Imagem capturada em outubro de 2018



Considerar essa entrevista um **episódio marcante** e, ao mesmo tempo, desconsiderar toda mobilização que aconteceu no país com o movimento “Fora Collor”, que culminou com a saída do ex-presidente é um gesto de escolha, mas também de silenciamento. Nesse caso, a memória/arquivo que interessa é o feito da repórter ter conseguido uma entrevista exclusiva, produzindo, assim, um efeito de poder no meio jornalístico. Essa escolha presente no arquivo pode ser respaldada nas reflexões de Dela-Silva (2016, p. 199) quando afirma que:

[...] é certo que os chamados fatos alçados pela grande mídia à condição de acontecimentos jornalísticos ganham em nossa formação social condições privilegiadas de circulação e tendem, assim, a tomar parte do registro de uma época, sendo rememorados como parte da história.

Já Mariani (1998, p. 61), aponta para o funcionamento do discurso jornalístico atuando “na institucionalização social dos sentidos”, contribuindo “na constituição do imaginário social e na cristalização da memória do passado, bem como na construção da memória do futuro”. Pelo gesto de escolha do arquivo, essa memória (e)ditada ganha outra dimensão e apaga outros sentidos para a pauta jornalística referente a um ator político nacional.

A tela 8 mostra a seleção dos assuntos que vão compor o arquivo referente às **REPORTAGENS ANOS 2000**:

TELA 8 - Imagem capturada em outubro de 2018



Ao explorar este arquivo, observa-se uma expansão no número de assuntos selecionados. Nesta década, estão disponíveis para acesso 15 *links*, iniciando com “Os atentados de 11 de setembro” nos Estados Unidos e ainda: A eleição de Lula, A Copa do Mundo e a apresentadora como Musa, O Caso Tim Lopes, As eleições norte-americanas, A morte do papa João Paulo II, Eleições no Haiti e Morte Urano Bacellar, Visita do papa Bento XVI, o Caso Isabella Nardoni, o caso Eloá, a Eleição de Barack Obama, Enchentes em Santa Catarina, Operação Caixa de Pandora e a Copa do Mundo da África do Sul, conforme podemos visualizar no lado esquerdo da tela 8. Dos assuntos que fazem parte desse arquivo de **REPORTAGENS ANOS 2000**, recortamos para analisar o segundo *link* denominado **A ELEIÇÃO DE LULA**.

Depois da acirrada disputa entre Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva na eleição para a Presidência da República de 1989 e das duas seguidas eleições de Fernando Henrique Cardoso, observa-se, ao longo da década, que a eleição de Lula para a Presidência da República, em 2002, é a única que ganha destaque nesse campo político da cobertura jornalística. Uma cobertura que é relatada em detalhes no texto de apresentação da pauta jornalística. É visível a preocupação da emissora em mostrar sua contribuição no processo eleitoral do país.

SD14: *Em 2002, houve eleição para Presidente da República. A partir de 1º de julho, o **Jornal Nacional** passou a acompanhar o dia a dia dos quatro principais candidatos: Anthony Garotinho, do PSB; Ciro Gomes, do PPS; José Serra, do PSDB e Luiz Inácio Lula da Silva, do PT. (...)*

SD15: *O Jornal Nacional também levou ao ar reportagens de serviço. As matérias ensinavam o eleitor a votar, explicavam o papel do deputado e do senador, esclareciam o que é um projeto de lei ou uma emenda constitucional. Uma semana antes do segundo turno, o repórter Marcelo Canellas, explicou as relações entre o Poder Executivo e o Congresso, os limites do cargo de presidente, entraves da política econômica, entre outros temas. A série de reportagens foi chamada de “O Poder do Presidente” e teve a coordenação de Teresa Cavalleiro e de Maria Thereza Pinheiro. (Grifos nossos).*

No discurso sobre o processo eleitoral, o que ganha importância é o trabalho realizado pela emissora, um trabalho que é mostrado através de um discurso didático, de modo a orientar o eleitor/telespectador como proceder durante o pleito eleitoral. Não bastava somente informar, era preciso **ensinar o eleitor a votar**. O discurso jornalístico assume a aparência de discurso pedagógico, ou seja, o sujeito jornalista concebe a imprensa como uma instituição capaz de ajudar a sociedade a compreender o seu funcionamento, por isso mesmo essa preocupação em didatizar o discurso. Didatizar um assunto que, agora, interessa muito: ser parceiro do povo, estar ao lado para ensinar, imbuindo-se, assim, de um discurso outro. Sair de sua seara, incorporar outra vertente, a de um *savoir-faire* social direcionado e preciso. Nesse sentido, compreendemos bem o que Mariani (1998, p. 62) nos coloca:

[...] o discurso jornalístico atua à semelhança de um discurso pedagógico em sua forma mais autoritária. Se no discurso pedagógico autoritário cabe ao professor fazer a mediação entre o saber científico e os aprendizes de tal modo que, com base em citações de autoridades e afirmações categóricas (dentre outras estratégias), os alunos se veem diante de verdades incontornáveis - no professor está a verdade -, sentindo-se, portanto, tolhidos a fazer qualquer questionamento, no discurso jornalístico mascara-se um apagamento da interpretação em nome de fatos que falam por si.

Esses “fatos que falam por si” trazem a ilusão da objetividade jornalística, tão propagada nos manuais de estilo das redações e no meio profissional, como se a interpretação só fosse possível nos chamados espaços de opinião, que, nos casos dos jornais impressos, estariam nos artigos, colunas, crônicas, cartas ao leitor, nas charges e no editorial. Já no jornalismo televisivo, raramente esses espaços se fazem presentes. Nesse aspecto, compartilhamos da recomendação de Hernandez (2012, p. 30) feita aos analistas, a ver: “A primeira ingenuidade que a análise dos noticiários elimina é a de que a ideologia se encontra apenas na parte dos editoriais.

A segunda é a possibilidade de um jornalismo isento”. De outro modo, não eram só os interesses jornalísticos/editoriais que estavam em jogo no planejamento da cobertura por parte da emissora. É necessário compreender as condições de produção do momento histórico e, conseqüentemente, os interesses do Grupo Globo em investir na cobertura do processo eleitoral de maneira mais abrangente, já que, em 1998, as eleições quase não marcaram presença na pauta do principal telejornal da emissora⁴⁷, nem os tradicionais debates foram realizados. Na época, a orientação era para que as coisas continuassem como estavam, que era uma forma de contribuir indiretamente com a reeleição do então presidente Fernando Henrique Cardoso. É o discurso jornalístico, como afirma Romão (2002), organizando direções de leitura, fazendo circular alguns sentidos e desviando tantos indesejáveis. Em alguns casos, não noticiar acaba sendo uma estratégia de posicionamento.

No entanto, quatro anos depois, a situação era bem diferente e a campanha eleitoral de 2002 acabou recebendo ampla cobertura da chamada grande mídia, numa época anterior à força da atual das **mídias sociais digitais**, uma fase em que os grandes veículos de comunicação pautavam de forma mais efetiva o debate político na sociedade. Entre esses veículos, a Rede Globo era a protagonista. Nesse sentido, a grande mídia acabava definindo uma série de questões que deveriam ser enfrentadas pelos candidatos e discutidas pela população. Os candidatos à Presidência da República ganharam destaque na imprensa nacional, principalmente, nas emissoras de TV, conforme análise do período realizada por Figueiredo e Coutinho⁴⁸ (2003).

Além da propaganda gratuita partidária e do horário eleitoral gratuito, velhas conhecidas dos eleitores, as emissoras ofereceram um grande espaço aos principais candidatos: até abril, Luís Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores), José Serra (Partido da Social Democracia Brasileira), Anthony Garotinho (Partido Socialista Brasileiro) e Ciro Gomes (Partido Popular Socialista) apareceram em mais de 20 ocasiões em atrações de entretenimento, como o programa "*Domingo Legal*" do SBT e, entre maio e outubro (apenas antes do primeiro turno, portanto), mais de 70 vezes em programas de caráter predominantemente jornalístico.

⁴⁷Cf. **A eleição visível**: a Rede Globo descobre a política em 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v46n2/a04v46n2.pdf>> Acesso em: 17 abr. 2019.

⁴⁸Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762003000200005> Acesso em: 17 abr. 2019.

TELA 9 - Imagem capturada em abril de 2019



Na cobertura jornalística do processo eleitoral de 2002, a Rede Globo atribui a si própria a posição de “regente das eleições” (MIGUEL, 2003) e, pela primeira vez, leva os candidatos à presidência da República para a bancada do **JN** para serem entrevistados ao vivo, uma **quebra de protocolo** com o objetivo de se reaproximar do seu público, ressaltando-se que, nessa época, a concorrência entre as emissoras de televisão estava bastante acirrada e a audiência dos telejornais estava em queda.

Segundo Benevenuto Jr. (2005), essa estratégia de reaproximação com o público começou já no primeiro semestre de 2002 quando o jogador da seleção de futebol Ronaldo Nazário, conhecido como “Ronaldo, o fenômeno”, na véspera de embarcar para a Coreia do Sul, uma das sedes da Copa do Mundo⁴⁹, sentou-se na bancada do **JN** para ser entrevistado pelos apresentadores. Para o autor (2005, p. 107), “o impacto na estrutura editorial não foi tão grande quanto à repercussão, junto ao público, em relação à credibilidade do jornal e, com certeza, para a carreira do atleta”. Nunca antes, alguém de fora da emissora tinha estado na bancada do telejornal. São mudanças no formato de apresentação do **JN** visando sempre ao aumento da audiência e, por conseguinte, ao aumento do faturamento e do poder do grupo empresarial. É a formação discursiva jornalística deslizando para a formação empresarial, fronteiras porosas que se misturam no movimento dos sentidos.

⁴⁹ É importante lembrar que a Rede Globo de Televisão foi a única emissora brasileira a adquirir o direito de transmissão dos jogos da Copa do Mundo de 2002, conquistando, nesse período, a audiência total (e possível) do país interessada no evento (BENEVENUTO Jr, 2005).

A experiência de levar os candidatos à bancada do **JN** acabou sendo repetida no segundo turno das eleições. Dessa vez, apenas com os dois candidatos presentes na disputa: Lula e José Serra. Durante a campanha do segundo turno, o **JN** passa a acompanhar o dia a dia dos dois candidatos nos diversos Estados. O arquivo relembra o processo de cobertura da emissora e destaca o dia seguinte ao da eleição.

SD16: *O segundo turno das eleições foi marcado para 27 de outubro. No dia seguinte, Fátima Bernardes anunciou: “A primeira edição do Jornal Nacional depois da maior eleição da história do Brasil vai ser especial.” E foi. Com o presidente eleito sentado ao seu lado na bancada, Bonner apresentou o JN direto de São Paulo. **Lula foi entrevistado pelo próprio Bonner e por Fátima Bernardes, que fazia perguntas do estúdio no Rio de Janeiro.** O presidente mais votado da história do Brasil, com 61,27% dos votos válidos, o equivalente a mais de 52.790.000 votos, falou sobre os rumos do país. Apesar da insistência dos entrevistadores, não quis adiantar nomes de futura equipe.*

SD17: *No encerramento, foi apresentado um **clip em homenagem ao presidente eleito**, com imagens das eleições ao som do Hino Nacional. Quando acabou o telejornal, **todos da redação aplaudiram e foram cumprimentar Lula, o novo presidente do Brasil.** (Grifos nossos).*

Na **SD16**, observa-se que não é o acontecimento histórico da eleição de um político de um partido de esquerda, de um operário-metalúrgico-nordestino ao posto político mais importante do país, que é especial e histórica pela sua trajetória, mas sim a edição do **JN** do dia seguinte às eleições. Como também merece destaque na sequência o fato de ser o próprio Bonner - editor chefe e apresentador do telejornal - , sair do seu espaço cotidiano de trabalho, ou seja, deixar a bancada do **JN** situada no Rio de Janeiro para entrevistar o novo presidente do país em São Paulo. Nas emissoras de televisão, esse deslocamento de um dos apresentadores do programa para outra área fora do estúdio é sinal de prestígio do entrevistado ou quando o fato merece maior destaque. Lula não foi entrevistado por qualquer outro repórter, e sim **pelo próprio Bonner**. Cabe aqui uma questão: a importância é do presidente eleito ou do apresentador? Houve ainda a exibição de um *clip* com os melhores momentos

do presidente eleito e a quebra do ritual do **JN** com os aplausos finais e cumprimentos dos profissionais da redação.

É importante ressaltar que a Rede Globo conseguiu o que todos os veículos de comunicação estavam tentando, a saber, que a entrevista do presidente eleito fosse exclusiva. Lula já tinha falado no dia anterior, também com exclusividade, para o **Fantástico** – programa da emissora exibido nas noites de domingo. Mas no **JN**, a cena foi ampliada e o espaço também, o presidente eleito permaneceu ao lado do apresentador durante todo o telejornal. Muitos órgãos da imprensa criticaram a assessoria do novo presidente por não ter convocado uma entrevista coletiva com todos os veículos de comunicação. Por que só a Globo conseguiu a exclusividade? Quase duas décadas depois, ao assistir à entrevista disponibilizada no arquivo do programa, percebe-se um tom cordial e até festivo por parte da emissora, principalmente, no final do telejornal conforme o enunciado da **SD17**: (...) foi apresentado um **clip em homenagem ao presidente eleito**, com imagens das eleições ao som do Hino Nacional.

O ex-presidente Lula é personagem recorrente nos meios de comunicação desde a década de 1970 (Greves do ABC), mas com diferentes representações - podemos observar um deslizamento de sentidos sobre o mesmo personagem.

Vale ressaltar que, no início dos anos 2000, o cenário não estava muito favorável para a grande mídia; as empresas enfrentavam sérias dificuldades financeiras, nem a líder do mercado escapou. A Rede Globo tinha uma dívida bilionária⁵⁰, era necessário “agradar” o novo presidente e conseguir uma “ajuda” de forma mais efetiva, apesar do auxílio “indireto” dado com a regulamentação da entrada do capital estrangeiro por meio de medida provisória editada por Fernando Henrique Cardoso a poucos dias do primeiro turno das eleições. É dessa maneira que os interesses empresariais do momento vão direcionando as escolhas editoriais, apontando o que deve ou não ser destaque nos telejornais, procurando aumentar a credibilidade do produto para sustentar a posição dominante no mercado.

Contudo, esses interesses empresariais são apagados dessa memória sobre o acontecimento, até porque Lula não era o candidato da elite econômica, tampouco

⁵⁰Balanço publicado em 31 de março de 2002: as Organizações Globo declaram dívida de US\$ 2,63 bilhões. Desse total, US\$ 2,2 bilhões - cerca de 84% - em moeda estrangeira. O grupo teve um prejuízo de US\$ 547,5 milhões em 2001, atribuído a perdas financeiras e à forte retração no mercado publicitário. Disponível em: <<https://www.jornaldonassif.com.br/page/noticia/globo-em-criese-a-venus-endividada-por-mauricio-dias-em-nov-2002>> Acesso em: 18 abr. 2019.

da elite midiática, proprietária dos grandes meios de comunicação do país. Mas, o candidato eleito era popular - dava ibope -, e isso aproximava ainda mais a emissora de seus telespectadores/consumidores.

As **REPORTAGENS ANOS 2010** compõem a última fase do arquivo do **JN** disponibilizado no portal **MG**, até o final desta pesquisa. Nesse período, dezessete temas foram arquivados: Tragédia no Haiti, Tragédia no morro do Bumba; Ocupação do Complexo do Alemão; Massacre na escola em Realengo; Desabamento dos prédios no Centro do Rio; Rio+20; O julgamento do Mensalão; Reeleição de Barack Obama; Incêndio na Boate em Santa Maria; Manifestações em junho de 2013; Copa do Mundo no Brasil 2014; Morte de Eduardo Campos; Caso Ryan Lochte⁵¹.

TELA 10 - Imagem capturada em 29 de abril de 2019



Nosso recorte de análise destaca **O JULGAMENTO DO MENSALÃO e AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013**, duas pautas que ganharam ampla cobertura da imprensa dentro e fora do país. Nos assuntos que foram arquivados nas décadas analisadas, podemos observar que alguns ganharam desdobramentos mais detalhados, ou seja, ao clicar em determinado *link* dentro do texto de apresentação, somos direcionados a um outro arquivo mais extenso. É o caso do *link*⁵² presente na sequência a seguir:

⁵¹No final de agosto de 2019, observamos que dois novos assuntos passaram a fazer parte do arquivo referente aos anos 2010, a ver: Surto de Microcefalia e o Caso Marielle Franco. Observamos também que o design da primeira página do site foi modificado em homenagem aos 50 anos do **Jornal Nacional**, a ser comemorado em setembro de 2019.

⁵²Os *links* estão sempre presentes nas frases ou palavras sublinhadas.

SD18: Agosto de 2012. Começa em Brasília o juízo do Mensalão, como ficou conhecido o **esquema de corrupção** denunciado pelo ex-deputado do PTB, Roberto Jefferson. A acusação era a de que **uma quadrilha** formada por políticos, banqueiros e donos de agências de publicidade havia sido montada para **corromper** parlamentares e **comprar** apoio ao governo no Congresso Nacional. O **chefe do esquema** seria José Dirceu, **o homem forte dos primeiros anos do governo do ex-presidente Lula**. (Grifos nossos).

Ao clicar em o juízo do Mensalão, somos levados a assistir 28 vídeos/reportagens sobre a extensa cobertura jornalística da emissora relativa a essa pauta, um forte indicativo de que o assunto interessou muito à emissora, além de uma série de informações que vão relatando **a história** do fato, a equipe e a estrutura da emissora, destacando ainda 40 episódios da cobertura e a lista as fontes consultadas para a seleção do arquivo em tela, sendo essas fontes os próprios profissionais da Rede Globo. Logo, na memória do arquivo não há espaço para o contraditório, tão recomendado no meio jornalístico.

Mais uma vez, é **a história**, e não **uma história** que é narrada. O enunciador distancia-se da recomendada objetividade no texto jornalístico. No entanto, as marcas da subjetividade são apagadas.

TELA 11 - Imagem capturada em 29 de abril de 2019

ESCÂNDALO DO MENSALÃO

O esquema de compra de apoio político no Congresso, que ficou conhecido como mensalão, veio à tona em junho de 2005, após as denúncias de Roberto Jefferson.

VÍDEOS

A HISTÓRIA

- Primeiras denúncias
- Investigações
- STF
- O juízo

EQUIPE E ESTRUTURA

DESTAQUES

- Denúncia de corrupção nos Correios
- Entrevista de Roberto Jefferson à Folha de S. Paulo
- Entrevista coletiva de Delúbio Soares
- Malas de dinheiro

VÍDEOS

Mensalão (2005)

Mensalão (2005)

Mensalão (2005)

PRIMEIRAS DENÚNCIAS

A cobertura do julgamento se transformou num verdadeiro show político-midiático, com os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) como estrelas do horário nobre televisivo. Cada intervenção ganhava a atenção dos microfones e das câmeras de TV apontadas para a arena do STF. Entretanto, a exploração desse assunto pela grande mídia teve início anos antes, com uma entrevista do então Deputado Federal Roberto Jefferson, do PDT, à jornalista Renata LoPrete, do jornal Folha de S. Paulo. Na edição do dia 6 de junho de 2005, a manchete da Folha foi “PT dava mesada de R\$ 30 mil a parlamentares, diz Jefferson”⁵³. De 2005 a 2012, essa pauta teve inúmeros desdobramentos, ou, na linguagem jornalística, inúmeras suítes, culminando com a cobertura do julgamento no STF. Durante meses, o chamado “escândalo do mensalão” ocupou as manchetes dos jornais, capas de revistas, as páginas dos principais portais de notícias e um tempo maior nas emissoras de rádio e TV. Uma cobertura de oposição ao Governo Federal. Uma das poucas vozes dissonantes na mídia nacional foi a Revista *Carta Capital*, que chamou de “não evento” o que a grande mídia, especialmente, o grupo Globo, denominou de “escândalo do mensalão”, é assim que o arquivo foi denominado.

Na **SD18**, ao apresentar o início do julgamento no STF, observamos um efeito discursivo a partir de um jogo de palavras: esquema = corrupção = quadrilha = chefe do esquema = José Dirceu = Lula. O objetivo era atingir o primeiro mandato do presidente Lula. No fio do discurso, percebe-se uma relação metafórica em que uma palavra é tomada pela outra, mas vai produzindo o mesmo efeito. É a imprensa assumindo o lugar de estabilização dos sentidos sobre a realidade com enunciados que vão se repetindo e produzindo efeitos de verdade. Mais uma vez, observamos um deslizamento de sentido em relação ao Lula presidente (**SD 17**) e ao Lula ex-presidente (**SD 18**).

Na sequência a seguir, ao mostrar como foi a cobertura do referido acontecimento (escândalo de mensalão) pela emissora, o sujeito enunciativo tem a preocupação em reforçar o imaginário de verdade e neutralidade que domina o dizer na imprensa, colocando-a como porta-voz da sociedade e fiscal do poder público; é o telejornal assumindo um papel pedagógico de explicador dos fatos. A então

⁵³Folha de S. Paulo. São Paulo, 6 jun. 2005. Acesso em: 28 abr. 2019. Acesso exclusivo para assinante da Folha de S. Paulo ou UOL.

diretora de jornalismo da sucursal da TV Globo em Brasília, Sílvia Faria, ressaltou os cuidados que a equipe de profissionais da emissora teve para não cometer erros.

SD19: *A equipe de Brasília brilhou muito nessa cobertura. O volume de denúncia era enorme. O dia inteiro aquele tanto de documento para examinar. Ai você tem que juntar o exército e falar: ‘Olha, gente, a regra é o seguinte: nós não acusamos ninguém, nós não defendemos ninguém. Alguém acusa, alguém denuncia, alguém levanta suspeitas, porque até então, mesmo que seja um documento, nada disso foi julgado e ninguém está condenado. Então isso aqui é indício, suspeita. Cuidado com a linguagem.’ Eram dezenas de matérias por dia e a gente não podia errar na mão, porque tinha muita denúncia, muita quebra de sigilo para tudo, documento chegando da Polícia, da Receita, do Ministério Público. O tempo todo você tinha que ter esse cuidado.*

Na **SD19**, o enunciado **o volume de denúncia era enorme** acaba reforçando a culpabilidade do governo petista, e ainda traz: **tanto de documento para examinar**; examinar para depois editar, escolher o que seria exposto para o telespectador, apagando, dessa forma, o que não interessava mostrar. Observamos também uma referência ao “exército”: **você tem que juntar e falar: Olha, gente, a regra é o seguinte**. Alguém manda, dá ordens, há uma hierarquia. E ainda manda ter cuidado com a linguagem. No entanto, esse **cuidado com a linguagem** não impede o sujeito enunciador de afirmar que **uma quadrilha** formada por políticos, banqueiros e donos de agências de publicidade havia sido montada para **corromper** parlamentares e **comprar** apoio ao governo no Congresso Nacional. O **chefe do esquema** seria José Dirceu, **o homem forte dos primeiros anos do governo do ex-presidente Lula**. Como se fosse possível controlar os sentidos que as palavras podem produzir, apesar do pretenso cuidado com a linguagem.

Trata-se da ilusão da transparência da linguagem, de sua evidência, quando outros sentidos a atravessam, sentidos vinculados à posição do sujeito do discurso. Além do mais, precisamos considerar que o deslize, a falha e a ambiguidade são constitutivos da língua (PÊCHEUX, 2014).

Um cuidado com a linguagem lembrado na tentativa de dizer que as informações transmitidas são isentas de ideologia. No entanto, os efeitos de sentido independem das vontades de seus falantes (ORLANDI, 2012). Ou, como posto por Indursky (2011, p. 85), “os sentidos não pré-existem à filiação às redes de

significação. Eles precisam inscrever-se em uma FD para lá receberem seu sentido”. A posição da empresa já estava tomada diante dos fatos narrados. No enunciado **documento chegando da Polícia, da Receita, do Ministério Público**, o intradiscurso procura fazer referência aos poderes constitucionais para dar credibilidade aos fatos, isentando o **JN/Globo** de parcialidade, apagando, assim, interesses outros.

Voltando a **SD18**, temos a nomeação de **um grupo de políticos, banqueiros e donos de agências = quadrilha/esquemas**. Observamos que esse jogo de palavras acaba construindo um efeito discursivo de bandagem, de contravenção. **Mensalão** virou sinônimo de corrupção - de partidos e de pessoas -. Contudo, o discurso sobre o arquivo do assunto em tela tenta mostrar-se neutro, imparcial diante dos fatos, ou seja, não acusa ninguém e nem defende ninguém, porque **alguém acusa, alguém denuncia, alguém levanta suspeitas...** É sempre o outro que está acusando, reforçando uma imagem de distanciamento diante dos fatos, que falam por si; ou seja, uma necessidade de se mostrar distante, assumindo apenas o papel de “meio de informação”, isento de qualquer tomada de posição, uma preocupação que vai ser reforçada pelo editor geral do **JN** ao falar sobre a cobertura do mensalão.

SD20: *“O que procuramos fazer, desde o primeiro momento, foi apenas publicar aquilo de que tivéssemos a mais absoluta certeza.” William Bonner sobre a cobertura do mensalão.*

*William Bonner também fala sobre o trabalho do Jornalismo da Globo na apuração dos fatos: “Com uma denúncia daquele tipo, pela sua gravidade, precisávamos tomar muito cuidado. **Qualquer deslize da nossa parte poderia ser visto pelo partido do presidente, por seus simpatizantes e aliados, como uma tentativa de golpe ou qualquer coisa assim. Óbvio que tínhamos essa preocupação, pelo menos eu tinha essa preocupação.** Então, o que procuramos fazer, desde o primeiro momento, foi apenas publicar aquilo de que tivéssemos a mais absoluta certeza”.* (Grifos nossos).

Na **SD20**, podemos observar o retorno de uma memória que persegue a Rede Globo por ter apoiado o golpe militar de 1964. **Qualquer deslize da nossa parte poderia ser visto pelo partido do presidente, por seus simpatizantes e**

aliados, como uma tentativa de golpe ou qualquer coisa assim. O cuidado dessa vez teria que ser redobrado porque as repetições históricas acabam produzindo a estabilização dos sentidos na memória. Uma estratégia para se distanciar da acusação de ser uma “mídia golpista”, um grito de muitos que foram às ruas em junho de 2013, durante os protestos que ocorreram no país. Esse cuidado ainda é reforçado pelo editor-chefe: **óbvio que tínhamos essa preocupação, pelo menos eu tinha essa preocupação.** Lapso? Deslizamento? Primeiro, o editor indica o **tínhamos** (unidade, universalidade); em seguida, particulariza essa preocupação, como se dissesse “só respondo por mim, no final das contas”. Nesse sentido, entendemos que não há um encadeamento natural das notícias. É a ideologia que torna possível essa “costura” de assuntos na trama do arquivo a ser lembrado. Uma costura com fios invisíveis, mas que produz efeitos de sentido que podem ser percebidos quando desvelamos o funcionamento discursivo das materialidades analisadas.

O arquivo sobre **AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013** faz parte da última década apresentada no **MG** no campo do **JN**. Essas manifestações, também chamadas de “Rebeliões de Junho” ou “Jornadas de Junho⁵⁴”, marcaram um ponto de quebra para a mídia televisiva brasileira no tocante ao jornalismo.

Os telejornais começam a perder espaço na grande arena política do país para as chamadas Redes/Mídias Sociais, principalmente, *Twitter*, *Youtube* e os grupos no *Facebook*, que vão ser os protagonistas desse novo momento histórico. Vale lembrar que as manifestações nas várias cidades eram combinadas e marcadas através das Redes Sociais. No entanto, antes de acontecer no Brasil, esses movimentos já tinham se espalhado por outros países.

Em 2011, o dia 15 de maio parou a Europa. Os ‘indignados’ ficaram famosos por todo mundo em sua luta por uma Democracia Real. Aos poucos, cidade por cidade europeia, e depois dos Estados Unidos, passaram a ter suas praças ocupadas por jovens sem futuro. Era o reflexo da crise econômica que destruíra a vida de milhares no chamado primeiro mundo. (RUA – Juventude anticapitalista apud PRADO, 2015, p 16).

⁵⁴Jornadas de Junho, comparando-as àquelas da França revolucionária de 1848.

No Brasil, eles começaram a ganhar visibilidade quando o Movimento Passe Livre (MPL) foi às ruas para protestar contra o reajuste de vinte centavos na tarifa do transporte público na capital paulista. No entanto, os protestos foram incorporando outras demandas sociais e políticas, conforme Carlos (2015, p. 9):

[...] os vinte centavos viraram o clamor pela saída do Deputado Federal Pastor Marco Feliciano (PSC), da presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) - a infeliz nomeação talvez tenha sido uma jogada política que colocou a Comissão à margem do laicismo defendido pelas democracias -; a não aprovação da PEC 371; exigência da prisão dos responsáveis pelo “mensalão do PT”; aumento do salário de professores e médicos. Tivemos também os protestos por melhorias no Sistema Único de Saúde (SUS), ao brado de “Hospitais padrão FIFA”.

Em outras palavras, o movimento incorporou outras demandas e se expandiu para várias cidades. De novo, a Rede Globo não conseguiu “abafar” ou “minimizar” o fato, pois parte considerável da sociedade aderiu ao movimento. Vemos uma atualização da memória nesse sentido, estimulada agora pelas novas tecnologias.

A pauta das reivindicações se ampliou e o número de participantes a cada protesto também aumentava; na sua maioria, formado por jovens de diversas classes sociais, munidos de cartazes, bandeiras, câmeras de vídeo e muitos celulares nas mãos, muitos deles fazendo transmissão de imagens e áudio em tempo real. Mesmo quem não ia para as ruas acabava participando através das postagens nas Redes Sociais. Inúmeros compartilhamentos de fotos e vídeos mobilizavam a multidão e mostravam o que estava acontecendo nas ruas do país. Vale destacar o papel exercido pela “Mídia Ninja”⁵⁵ (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação), um grupo de jornalistas contrário ao discurso hegemônico da grande mídia.

Essa movimentação através das Redes Sociais acabou impactando a cobertura da chamada grande mídia, que, até então, só focava nos problemas que as manifestações causavam à população, como o bloqueio das vias públicas e o caos no trânsito, a depredação do patrimônio, a baderna, a violência dos manifestantes no enfrentamento com a Polícia Militar, principalmente, na cidade de São Paulo. Quem protestava era chamado de vândalo e baderneiro. Por causa dessa posição contrária ao movimento, a grande mídia foi hostilizada pelos

⁵⁵ Mídia Ninja é o braço de comunicação do grupo organizado Coletivo Fora do Eixo (Rede de produtores culturais), que atua, aproximadamente, há 11 anos no campo da cultura, sob o comando do produtor Pablo Capilé.

manifestantes e chamada de “mídia golpista”. Um carro de reportagem do SBT foi incendiado e jornalistas das emissoras de TV, principalmente, da Rede Globo, eram impedidos de trabalhar. As fotos dos protestos contra a grande mídia se espalhavam pelas Redes Sociais. Hoje, centenas delas podem ser visualizadas no *site* de imagens do *Google*.

TELA 12 - Imagem capturada em 23 de maio de 2019

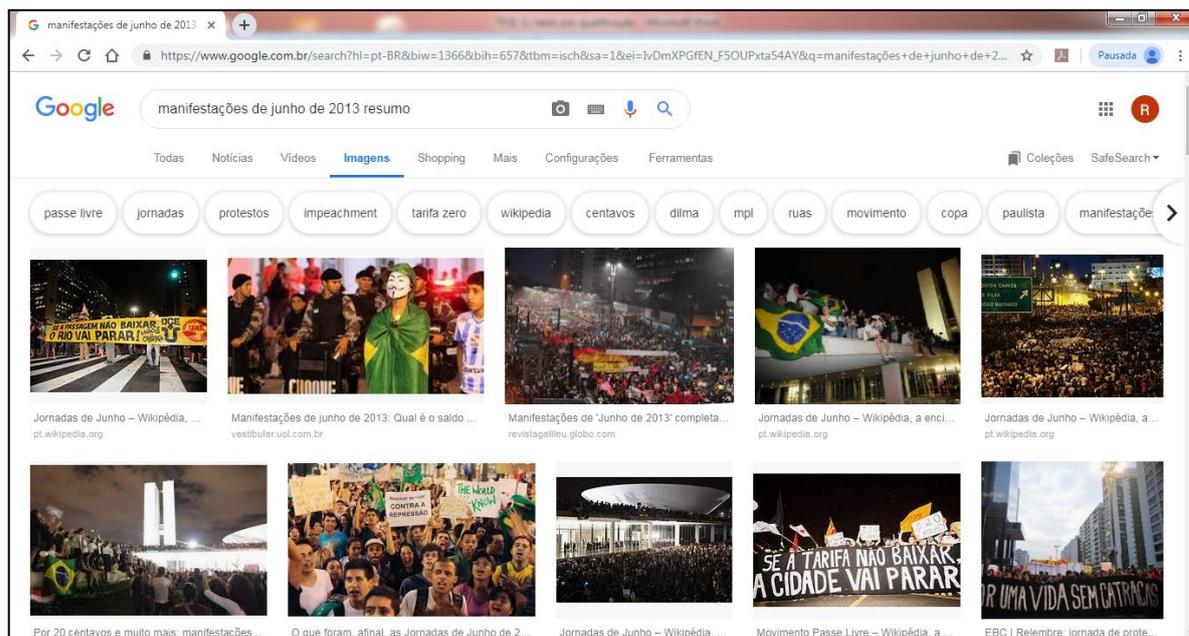


Foto: *google* imagens



Foto: *google imagens*

No entanto, depois que inúmeras imagens “amadoras” circularam nas Redes Sociais mostrando que a violência maior partia da força policial, a grande mídia mudou o discurso, passando a mostrar as manifestações de forma mais direta e menos parcial. Os protestos pelo país viraram assunto principal, ganharam as manchetes dos jornais e dos portais de notícias na internet. As emissoras de TV também se renderam à força do movimento das ruas e começaram a fazer transmissões ao vivo, dando mais tempo ao assunto nos diversos programas e nos telejornais. A Rede Globo também mudou o discurso e foi forçada a sair do “script”, mexer na rígida programação e se render às transmissões em tempo real, inclusive no **JN**, mas essa demora na mudança de posição frente aos acontecimentos é apagada do arquivo. O enunciado de apresentação já mostra o envolvimento da emissora nas transmissões.

SD21: *Manifestações contra o aumento das tarifas dos transportes, a favor de melhorias nos serviços públicos e mais investimentos em saúde e educação tomaram diversas capitais brasileiras em junho de 2013. **O Jornal Nacional acompanhou os principais protestos.***

*Na noite do dia 17, quando cerca de 250 mil pessoas foram às ruas em 12 cidades do país, **o telejornal deu amplo espaço às manifestações.** Foram ao ar reportagens sobre os protestos em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília, **além de links ao vivo** atualizando as informações ao longo de toda a edição. Ainda foram exibidas imagens de Belém, Vitória, Salvador, Curitiba, Porto Alegre e Fortaleza. (Grifos nossos).*

TELA 13 - Imagem capturada em 24 de maio de 2019

Na noite do dia 17, quando cerca de 250 mil pessoas foram às ruas em 12 cidades do país, o telejornal deu **amplo espaço às manifestações**. Foram ao ar reportagens sobre os protestos em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília, **além de links ao vivo** atualizando as informações ao longo de toda a edição. Ainda foram exibidas imagens de Belém, Vitória, Salvador, Curitiba, Porto Alegre e Fortaleza.



William Bonner, que estava em Fortaleza, onde a Seleção Brasileira treinava para a Copa das Confederações, voltou à bancada do JN no dia seguinte. As manifestações da noite anterior também foram o principal assunto do telejornal no dia 18.

Os manifestantes também protestavam contra os gastos com as obras para a Copa do Mundo de 2014 no Brasil, e, em julho de 2013, seria realizada no país a Copa das Confederações FIFA. Por esse motivo, o **JN** tinha transferido um dos apresentadores para Fortaleza, local de treino da seleção Brasileira.

SD22: *William Bonner, que estava em Fortaleza, onde a Seleção Brasileira treinava para a Copa das Confederações, voltou à bancada do JN no dia seguinte. As manifestações da noite anterior também foram o principal assunto do telejornal no dia 18. (Grifos nossos).*

Mais do que apoio às manifestações, a emissora estava atenta à possibilidade de perda de audiência. Nas Redes Sociais, os protestos em várias partes do país eram o assunto mais comentado e mais compartilhado. As outras emissoras de TV mudavam a programação para transmitir a movimentação das ruas, forçando, assim, as mudanças no planejamento da Rede Globo, mesmo esta tendo compromissos comerciais com as empresas patrocinadoras da Copa das Confederações. As transmissões realizadas no meio da multidão, através das Redes Sociais, atraíam a atenção e “roubavam” os telespectadores; a disputa pela audiência ganhava um ingrediente a mais. Segundo Ramonet (2012), essa forçada mudança de posição na grande mídia aponta para uma nova fase de atuação a partir das mudanças tecnológicas e do comportamento do consumidor de informação.

A confortável situação das mídias e dos jornalistas, em posição de monopólio da informação na sociedade, está chegando ao fim. Muitos jornalistas profissionais se viam como uma elite, pensando deter o poder exclusivo de impor e de controlar debates. Esse pecado do orgulho os fazia crer que seus leitores passivos e cativos estariam sempre a seu favor. Mas esse tempo em que eles tinham sozinhos o direito de escolher e de publicar informações já terminou (RAMONET, 2012, p. 21).

Apesar das Redes Sociais terem mexido na forma de produção das notícias, a grande mídia no país, especialmente, a televisiva, ainda ocupa um lugar de protagonista no cenário midiático brasileiro. E, dentro desse funcionamento, a posição de editor ainda exerce um papel importante nas decisões do que pode e deve ser veiculado e, conseqüentemente, do que poderá ser lembrado através dos arquivos dos telejornais. Entendemos ainda que a estruturação do arquivo que analisamos está, notadamente, articulada com os artifícios que o grupo **Globo** faz, a partir da manipulação de alguns fatos históricos dentro de um ciclo constante de regularidades provisórias. Segundo Dela-Silva e Dias (2015, p. 126), a mídia:

[...] ao constituir arquivos e, conseqüentemente, estabilizar sentidos, estabelece o que há para ser dito em um determinado momento histórico, ao mesmo tempo em que impede que outros sentidos, igualmente possíveis, compareçam.

Nas sequências discursivas analisadas, foi possível perceber que os sentidos produzidos pela “ordem” do arquivo **MG/JN** são apresentados como evidentes, como se os fatos jornalísticos falassem por si, como se o processo de edição fosse apenas uma escolha editorial, temática, cronológica. A cada década, a ilusão do sujeito do discurso de que possui o controle sobre a materialidade e seus sentidos, sobre o arquivo e sua memória. Apaga-se, dessa forma, que as nossas escolhas estão sempre inseridas num complexo de relações entre sujeitos, regido pelas leis do mercado, pela lógica capitalista que dita as regras, inclusive no meio jornalístico.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sempre fica muito por dizer, muito fica nas margens do dizer, fora do que foi dito, mas reverberando na iminência do que poderia ter sido dito. (MARIANI, 2016).

Começo e fim, dois momentos que, do ponto de vista discursivo, conforme Orlandi (2012), não são nem absoluto e nem punctual (preciso). Os discursos não começam e nem terminam em nós, eles estão sempre em curso, em movimento de idas e vindas que se realizam através dos sujeitos em determinadas condições sócio históricas. No entanto, na posição de sujeito-autor desta pesquisa, precisamos colocar um ponto “final” e deixá-la circular, encontrar outros olhares.

De alguma maneira, nosso laço acadêmico-profissional sempre esteve ligado ao mundo da mídia, com o foco ajustado para a mídia televisiva, para as notícias exibidas nos telejornais. A partir da pesquisa realizada no Mestrado (2016, PPGLL/UFAL), a perspectiva escolhida para observar e desvelar os sentidos que perpassam esse meio massivo de comunicação foi a Análise do Discurso (AD). Através dessa perspectiva teórico-metodológica, compreendemos que a língua não é transparente e nem estática, mas opaca e em contínua atividade, e que não há sentido em si, porque, como nos lembra G. Canguilhem (1990), “o sentido é relação à, o homem pode jogar com o sentido, desviá-lo, simulá-lo, mentir, armar uma cilada”.

Os sentidos só existem nas relações e há uma determinação histórica nos processos de significação. E afirmar que existe uma determinação histórica dos sentidos não é pensar a história como uma ordem cronológica ou como uma evolução e sucessão de fatos, mas a maneira como os sentidos são produzidos por sujeitos e circulados socialmente no interior de uma determinada Formação Discursiva. É perceber que os acontecimentos estão no mundo reclamando sentidos e que se faz necessário compreender os gestos de interpretação inscritos nas inúmeras materialidades discursivas que circulam na sociedade.

Ao iniciarmos este trabalho, várias perguntas sobre o **arquivo** escolhido para análise foram feitas. Muitas delas foram respondidas ao longo da pesquisa, outras, suscitaram novos questionamentos. Entender que há diferentes maneiras, ou

mesmo contraditórias, de *ler o arquivo*, saindo de uma “leitura literal” para uma leitura interpretativa, assim recomendava Pêcheux (2014).

Partimos do princípio de que um *corpus* em AD nunca é dado *a priori*, ele vai se construindo e se reconstruindo aos poucos. Até chegarmos à etapa das análises das sequências, muitas discussões e questionamentos foram necessários para a compreensão do nosso objeto teórico, a saber: compreender o funcionamento do discurso jornalístico visto através do espelho retrovisor.

Predominantemente, o discurso jornalístico é construído a partir de fatos diários e cotidianos. Contudo, nesta pesquisa, nosso olhar não se voltou para esse tipo de acontecimento, para a sua produção. Sabemos que esses fatos importam e, muitas vezes, acabam influenciando o discurso sobre o passado, porém, nos direcionamos, de maneira particular, para o que denominamos de histórias (e)ditadas, histórias que foram veiculadas nas edições do **Jornal Nacional** e que hoje fazem parte do arquivo **Memória Globo**.

De 1970 a 2010, inúmeras reportagens/vídeos foram arquivadas nesse espaço institucional. No entanto, além do arquivo, observamos que há também um *discurso sobre* o que foi arquivado e porque foi arquivado, uma necessidade aparente de explicar como aconteceu a cobertura jornalística realizada pela emissora. Sendo assim, nosso objetivo foi analisar um movimento duplo do discurso que, inevitavelmente, reflete e refrata o gesto de escolha, ou melhor, o *gesto de interpretação* (ORLANDI, 2012) na edição/seleção do arquivo que compõe o portal de memória das Organizações Globo na Internet. Inclusive, durante o período da pesquisa, observamos que alguns arquivos novos apareceram, outros sumiram da página do **JN** na internet e outros apresentaram modificações nos nomes.

Nosso movimento investigativo se debruçou para o passado - memória/arquivo -, que insiste em ser guardado/apresentado à sociedade. Buscamos compreender os efeitos de sentido que atravessam o arquivo **MG/JN**, observando o que foi selecionado, o que, do ponto de vista da empresa, mereceu ser destacado no meio de tantos acontecimentos. Um arquivo que, apesar de ser afetado por uma visão cronológica como uma sucessão de fatos, entendemos ser interessado, e não apenas um banco de dados catalogados digitalmente. Assim, observamos que, no arquivo, os discursos se movimentam entre os espaços de uma formação discursiva empresarial e de uma formação discursiva jornalística, as quais, muitas vezes, confundem-se, porque as fronteiras entre ambas são tênues; suas

margens se misturam e se completam. E também que as formações discursivas são heterogêneas e os sentidos não estão sujeitos às ordens de uma única posição sujeito.

A exploração e a análise do arquivo **MG/JN** nos possibilitou compreender o olhar daquele que é considerado o mais importante telejornal da **Rede Globo** sobre os fatos do cotidiano que foram escolhidos e selecionados para compor o arquivo/memória do programa. Uma escolha com base em seu perfil editorial e também na imagem que o telejornal construiu para seus telespectadores ao longo de décadas e, conseqüentemente, para quem acessa esse campo de pesquisa na Internet.

Da tela da TV para os inúmeros *sites* da rede mundial de computadores, o discurso jornalístico trabalha na constituição de sentidos sobre a realidade, na tentativa de produzir efeitos de evidência, como se esses discursos fossem apenas transmissão de informações, isentos de quaisquer posicionamentos. No entanto, o discurso jornalístico, veiculado por diferentes mídias, evidencia posições ideológicas a partir de uma indústria que segue regras do mundo capitalista, principalmente, aqueles que fazem parte da chamada grande mídia.

Iniciamos nossa reflexão abordando as relações entre os fundamentos teóricos da Análise do Discurso e a prática jornalística, ou seja, como foi preciso, para nós, quebrar algumas certezas e problematizar o funcionamento do discurso jornalístico a partir das lentes da AD. Nesse sentido, analisar o discurso da/na mídia de forma geral e da/na mídia jornalística em particular nos levou a efetuar alguns deslocamentos e, porque não dizer, mudanças de terreno.

Uma primeira mudança foi problematizar o conceito de linguagem como instrumento de comunicação, tão difundida no meio comunicacional. Contudo, isso vai de encontro ao que afirma Pêcheux (2009), de que a linguagem também serve para não comunicar, que a língua comunica e também não comunica.

Procuramos compreender o contexto do surgimento da indústria midiática e sua simbiótica relação com o Estado. Entender que essa relação não é uma necessidade exclusiva desse tipo de negócio, mas que iniciativa privada e ação estatal se desenham na sustentação do que Marx (1995) apontou como sendo, do ponto de vista político, coisas semelhantes, isto é, que o Estado é o ordenamento da sociedade, a expressão e instrumento de reprodução dos interesses das classes dominantes. Essas reflexões foram fundamentais para abordar o projeto de poder

que permitiu o desenvolvimento, a expansão e o fortalecimento da indústria midiática no Brasil, particularmente, a implantação da TV em terras brasileiras. Um negócio privado que vai ser significado como um serviço público a serviço dos telespectadores/consumidores.

No início do seu funcionamento, a Televisão era um meio de alcance regional, ou seja, as poucas emissoras existentes funcionavam de maneira isolada, não existindo ainda a operação em sistema de rede interligada. Essa possibilidade só vai acontecer depois que o país já está sob o regime ditatorial, a partir de 1964. Os militares que assumiram o poder tinham um projeto de expansão das comunicações com mudanças significativas na área, pois era interesse do governo aumentar seu domínio e influência em todas as regiões do país. Os militares acreditavam que os veículos de comunicação, principalmente, a televisão e o rádio, eram fundamentais para o projeto de poder que tinham para o país. A televisão tornou-se, assim, o suporte preferencial da propaganda, acelerando o ciclo do capital das indústrias tradicionais e também da indústria cultural no país.

Ao viabilizar a infraestrutura para a expansão e desenvolvimento da indústria midiática no país, o Estado criou as condições para a implantação de uma programação exibida em rede nacional, interligando, assim, as regiões do país. Inaugurada em 1965, a TV Globo lança, quatro anos depois, em 1969, o **Jornal Nacional**, um projeto jornalístico/empresarial e também político que passa a simbolizar essa ligação entre as emissoras do grupo espalhadas pelo Brasil.

O **JN** está no ar, de modo ininterrupto, há 50 anos, sendo o telejornal mais antigo em exibição na televisão brasileira e o de maior audiência no gênero jornalístico. Nessa articulação de interesses, os dois lados - empresários e governo militar - se beneficiam mutuamente: os empresários se submetem politicamente ao governo e, ao mesmo tempo, vão consolidando sua independência econômica. Dessa forma, o governo militar dispôs de um canal para propagar os princípios da Ideologia da Segurança Nacional.

Como o foco de interesse da pesquisa era os arquivos do **JN** disponibilizados no *site Memória Globo*, foi necessário compreender e discutir o conceito de convergência midiática, ou a junção de todas as mídias no ambiente da Internet. Um movimento que alterou as configurações e disponibilidade de acesso aos conteúdos produzidos pelas empresas de comunicação. O processo de convergência midiática serviu para traduzir as mudanças nas formas de relacionamento do público com os

meios de comunicação, possibilitando que o conteúdo de novas e velhas mídias se torne híbrido. A tecnologia viabilizou o acesso do público a parte dos arquivos da emissora através do projeto **Memória Globo**, que começa com a publicação de livros e se amplia no meio digital. No entanto, apesar de abertos, esses arquivos são controlados.

Analizamos esses arquivos a partir da perspectiva discursiva estabelecendo relações com os conceitos de memória e esquecimento, entendendo que não é possível tomar o arquivo como uma evidência, como algo dado *a priori*. Nosso ponto de partida foi o texto de Michel Pêcheux, extremamente visionário e representativo para este trabalho: **Ler o arquivo hoje**. Nele, o autor anteviu o funcionamento discursivo da memória entrelaçado com o aspecto informacional. Procuramos compreender os efeitos de sentido que atravessam os arquivos, observando o que foi selecionado, o que mereceu ser guardado, assim como o que foi “esquecido”, deixado de fora, o que foi, nos termos de Orlandi, silenciado, não sendo possível falar de arquivo sem falar de memória - impossível separar - porque todo arquivo traz em si traços da memória, produzindo uma rede de sentidos diversos. Como *lugar de memória*, o arquivo vai funcionar como operador de certos sentidos por repetição ou retomada, mas também por esquecimentos e silenciamentos.

Na perspectiva da AD, a memória não é a memória psicológica, não é de natureza cognitiva, nem a memória de um indivíduo que guarda e lembra-se das vivências, das histórias vividas. A memória de que se ocupa a AD acontece numa esfera coletiva e social, resultando de um processo histórico de disputa de interpretações. Na estruturação do arquivo, entendemos que a memória será sempre uma memória (e)ditada; ela não é natural, mas um processo que vai trabalhar para controlar e administrar as maneiras de *ler o arquivo*, partindo da gestão das maneiras de lembrar e de como lembrar os acontecimentos que podem ou devem funcionar e se estabelecer como memória. Porque, em termos discursivos, a memória se define na relação com o dizer, como discursos sobre o acontecimento. No entanto, a partir de Pêcheux (2010), precisamos considerar que a memória é também um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização; espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra discursos, e que, nesse sentido, as tentativas de controle podem falhar.

Foi a partir desse entendimento que iniciamos nossa reflexão sobre o *corpus* da pesquisa, constituído pelas materialidades disponíveis no Portal de Memória das Organizações Globo, na Internet, com o foco ajustado, prioritariamente, para a página do **Jornal Nacional**, com os arquivos disponibilizados, divididos em cinco décadas, a partir de 1970 até a década de 2010.

As sequências discursivas analisadas foram retiradas, prioritariamente, dos textos que apresentam os assuntos selecionados para compor o arquivo/memória do programa. Até a finalização desta pesquisa, contabilizamos cerca de cinquenta assuntos que foram arquivados; destes, fizemos um recorte, priorizando os acontecimentos jornalísticos do campo da política com foco nas reportagens nacionais. Esse foi nosso gesto de edição. Como todo processo de seleção, muita coisa ficou de fora, abrindo, assim, possibilidades para futuras investigações.

No processo de análise, pudemos observar algumas regularidades no discurso jornalístico. No entanto, observamos também algumas tentativas de ruptura com uma memória que retorna e desestabiliza sentidos postos como evidentes. Entendemos que as escolhas presentes no arquivo, assim como os esquecimentos - conscientes ou não -, são gestos de interpretação que apontam para determinada direção fazendo trabalhar a ideologia. Ao (e)ditar a história do **Jornal Nacional** a partir da constituição do arquivo, tenta-se construir e fixar uma determinada memória que interessa ser lembrada. O **MG/JN** não só “armazena” como também produz novos discursos, permitindo, assim, a produção de outros efeitos de sentido. A edição como um processo de direcionamento dos sentidos postos em circulação no ambiente virtual.

A primeira década analisada - anos 1970 - trouxe assuntos que parecem querer sinalizar uma mudança de posição do principal telejornal da emissora, visto como de perfil conservador e com um discurso hegemônico. As reportagens dessa década, principalmente, as **Greves do ABC**, a **Lei da Anistia** e a **Volta dos Exilados**, tentam mostrar uma preocupação com assuntos sociais, com as mudanças políticas que ocorriam no país, além do “enfretamento” da censura imposto aos meios de comunicação a partir do AI 5. Destacar esses assuntos não seria uma forma de silenciar o apoio dado ao governo militar para poder viabilizar o projeto de implantação de uma programação em rede nacional? Essa é uma memória que parece não interessar ser lembrada!

Nos anos 1980, os destaques do arquivo no campo da política nacional apontaram para a **Campanha pelas Diretas Já**, as **Eleições** e o **debate televisivo entre os candidatos Collor e Lula**, assuntos polêmicos que ganharam grande repercussão na chamada grande mídia. Na análise dos arquivos, percebe-se uma necessidade de justificar a cobertura tardia realizada pelo **JN** da maior manifestação popular ocorrida no país depois do golpe militar de 1964. Uma não cobertura que teve seu ponto alto ao destacar, numa reportagem, o aniversário de São Paulo em detrimento a um comício pelas eleições Diretas no Brasil, que acontecia no mesmo momento. A cobertura das manifestações que ocorriam pelo país era realizada apenas pelos telejornais locais, sem grande repercussão nacional. O **JN** só passa a cobrir com destaque a realização dos últimos comícios, e isso porque não era mais possível silenciar. Eram os interesses comerciais e políticos se sobrepondo aos interesses jornalísticos/sociais.

Em 1989, foram realizadas em dois turnos, as primeiras eleições diretas no país depois de 29 anos. A cobertura da imprensa da acirrada disputa entre os candidatos Collor e Lula dividiu opiniões e gerou muita polêmica, a maior delas foi, sem dúvidas, a tendenciosa e manipulada edição do debate entre os candidatos exibida no **Jornal Nacional**. A Rede Globo foi acusada de levar ao ar os melhores momentos do candidato Fernando Collor e os piores de Luiz Inácio Lula da Silva, candidato que não tinha a simpatia e nem o apoio dos empresários; ou seja, mais uma vez, a lógica do capital falou mais alto. Naquele momento, eleger um candidato vindo da classe trabalhadora não era de interesse da corporação, mas, no fio do discurso observado no arquivo, a empresa assume um lugar de vítima, de ter sido acusada injustamente de ter privilegiado o candidato das elites.

Nos anos de 1990, o chamado candidato da elite volta a ser destaque no **JN**. Desta feita já na condição de ex-presidente da República. O arquivo vai lembrar uma **entrevista exclusiva de Fernando Collor** a uma repórter do **JN**. Nenhuma referência às manifestações ocorridas no país que pediam o *impeachment* do ex-presidente, um apagamento de um fato que custa caro à Rede Globo, uma memória seletiva do que interessa ou não ser lembrado. Portanto, o discurso da/na mídia recorta aquilo que é relevante para os seus interesses e o lança à condição de acontecimento jornalístico. A partir daí, a seleção do arquivo o transforma em acontecimento histórico à medida que vai fazendo parte da memória do programa.

Nas reportagens que compõem o arquivo dos anos 2000, a política nacional ganha amplo espaço na cobertura midiática das **eleições presidenciais ocorridas em 2002**. O discurso jornalístico assume a aparência de discurso pedagógico. Em outros termos, o sujeito jornalista concebe a imprensa como uma instituição capaz de ajudar a sociedade a compreender o seu funcionamento. Todas as fases da campanha foram lembradas, com destaque para a cobertura realizada pela Rede Globo. Com o resultado das urnas apontando para a vitória de um candidato de esquerda ao posto político mais importante do país, a emissora direciona as atenções ao novo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, um personagem recorrente nos meios de comunicação desde a década de 1970 (Greves do ABC), mas com diferentes representações. Pelas análises, podemos observar um deslizamento de sentidos sobre o mesmo personagem. Lula voltará a ser destaque em outras épocas do arquivo com interpretações que acabam (re)produzindo outros efeitos de sentidos.

Na última década (2010) do arquivo **MG/JN**, destacamos o chamado **escândalo do mensalão** e as **manifestações** ocorridas no país em **junho de 2013**. Dois fatos que ganharam ampla cobertura da mídia. Durante meses, o “escândalo do mensalão” ocupou as manchetes dos jornais, capas de revistas, as páginas dos principais portais de notícias e um tempo maior nas emissoras de rádio e TV. A Rede Globo não ficou de fora. Aliás, a grande imprensa explorou esse assunto à exaustão, através de uma cobertura de oposição ao governo federal, reforçando a culpabilidade do governo petista. A imparcialidade jornalística é deixada de lado, apesar do cuidado com a linguagem recomendado pelos editores responsáveis pela veiculação dos fatos. Nas sequências analisadas, observamos um jogo de palavras numa relação metafórica, em que uma palavra é tomada por outra, que, no entanto, produzem o mesmo efeito. É a repetição na busca pela estabilização dos sentidos.

A última pauta analisada foram as manifestações ocorridas no país em junho de 2013, que, de certa forma, mexeram com a posição da grande mídia, principalmente, a mídia televisiva, que precisou modificar a forma de transmitir as manifestações que se espalhavam e ganhavam força nas diversas regiões do país. Dessa vez, era impossível ignorar, fingir que não existia. Para não perder audiência e, conseqüentemente, perder faturamento e prestígio, as emissoras de TV precisaram sair do *script* e mostrar o que estava acontecendo nas ruas do país.

Durante nosso percurso analítico, centrado no estudo dos efeitos de sentidos que atravessam o arquivo de um dos principais telejornais da TV brasileira, foi preciso encontrar um foco para não nos perdermos no labirinto de **nós/links** dessa grande Rede. Um caminho cheio de desvios, atalhos e mudanças de rota e, muitas vezes, de mudanças de terreno. Foi preciso deixar de lado o olhar do jornalista e assumir o do analista do discurso, um olhar inquieto que não se contenta com as coisas dadas como óbvias, naturais, porque a Formação Discursiva do Jornalismo tenta se amparar no ideal de imparcialidade, presente na imprensa desde seus primórdios, distanciando-se, assim, daquilo que é abordado. O sujeito jornalista é representado como um observador “imparcial”, um sujeito que aparenta não se envolver com as questões relatadas, cujo objetivo seria o de produzir um **efeito de distanciamento** em relação ao mundo, ao mesmo tempo em que o coloca como objeto.

Por fim, esperamos contribuir para a compreensão das estratégias discursivas presentes no arquivo midiático que se apresenta como memória. Uma presença que, muitas vezes, é revelada por estar ausente e por tentar silenciar posições.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Maria Virgínia Borges. A dialética do arquivo: “pensar para trás”, entender o presente e mudar o futuro. In: **A noção de arquivo em Análise do Discurso: relações e deslocamentos**. V. 9, n. 11. Porto Alegre: UFRS, 2014.

_____. **Discurso e relações de trabalho**. Maceió: EDUFAL, 2005.

ANDRADE, Ana Paula Goulart de. **A construção da notícia com imagens amadoras e de vigilância**. Florianópolis: Insular, 2018.

ARBEX júnior, José. **Showrnalismo: a notícia como espetáculo**. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

ASSMANN, Aleida. **Espaços de recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

BACCEGA, M.A. A construção do “real” e do “ficcional”. In: FIGARO, R. et al. (Orgs.). **Comunicação e Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2013.

BARBEIRO, H. E LIMA. **Manual de Telejornalismo**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

BECKER, Beatriz. **A linguagem do telejornal: um estudo da cobertura dos 500 anos do descobrimento do Brasil**. Rio de Janeiro, E-papers, 2005.

BENEVENUTO Jr., Álvaro. As mudanças do Jornal Nacional e a reconquista do público. In: JAMBEIRO, Othon et al. (Orgs.). **Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia**. Salvador: EDUFBA, 2005.

BIAL, Pedro. **Roberto Marinho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

BONNER, William. **Jornal Nacional: modo de fazer**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2009.

BRASIL, Antônio C. **Telejornalismo imaginário: memórias, estudos e reflexões sobre o papel da imagem nos noticiários de TV**. Florianópolis: Insular, 2012.

BRIGGS, A.; BURKE, P. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet**. Tradução: Maria Carmelita Pádua Dias; revisão técnica Paulo Vaz. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

BUCCI, Eugênio. **Brasil em tempo de TV**. São Paulo: Boitempo, 1996.

_____. **Videologias: ensaios sobre a televisão**. São Paulo: Boitempo, 2014.

CALDAS, A. L. Do texto ao hipertexto - Da leitura à hiperleitura. **Primeira versão**, Porto Velho, ano I, n.22, 2001. Disponível em: <http://primeiraversao.unir.br>. Acesso em: 12 maio 2019.

CANGUILHEM, G. **Le cerveau et pensée**. Cours Publics de MURS, 1990.

CARLOS, Eliana Natividade. **A mídia e as manifestações de junho de 2013**: uma análise de produtos midiáticos. Dissertação de Mestrado, Faculdade Cásper Líbero, Programa de Mestrado em Comunicação, linha B - “Produtos Midiáticos, Jornalismo e Entretenimento”, 2015.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CONTI, Mário Sérgio. **Notícias do Planalto**: a imprensa e Fernando Collor. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

COURTINE, J. J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

_____. O chapéu de Clémentis: observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, MCL (Orgs.). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Ed. Sagra Luzzato, 1999.

_____. O tecido da memória: algumas perspectivas de trabalho histórico nas ciências da linguagem. In: **Polifonia**, v.12, n. 2. Cuiabá: EduFMT, 2006.

COUTINHO, Iluska; MATA, Jhonatan. Narrativas da mediação entre telejornais e seus públicos: os jornalistas como personagens. In: GOMES, Itania Maria Mota (Org.). **Análise de telejornalismo**: desafios teórico-metodológicos. Salvador: EDUFBA, 2012.

DELA-SILVA, Silmara. **A análise de discurso e a formação do jornalista**, 2013. Disponível em: <<http://www.entremeios.inf.br/published/152.pdf>> Acesso em: 20 maio 2018.

_____. (Des)construindo o acontecimento jornalístico: por uma análise discursiva dos dizeres sobre o sujeito na mídia. In: FLORES, G. et al. (Org.). **Análise de Discurso em rede**: cultura e mídia. Campina, SP: Pontes Editores, 2015.

_____. Do acontecimento jornalístico ao discursivo: o discurso sobre a televisão no Brasil. In: DA SILVA, Nádia Pereira et al. (Org.). **Análise do Discurso**: movimento de interpretações. Curitiba/PR: CRV, 2011.

_____. Do acontecimento jornalístico e do arquivo: efeitos do/no discurso. In: GRIGOLETTO, E.; De Nardi, F.S. (Org.). **A análise do discurso e sua história**: avanços e perspectivas. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

_____. **O acontecimento discursivo da televisão no Brasil**: a imprensa na constituição da TV como grande mídia. 208. 243f. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp/SP, Campinas, 2008. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/271055/1/Dela-Silva_SilmaraCristina.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2018.

DELA-SILVA, Silmara e DIAS, Juciele P. D. Felicidade, um arquivo. Sobre a noção de arquivo e o seu funcionamento no discurso da/na mídia. In: INDURSKY, Freda et al. (Orgs.). **Análise do discurso**: dos fundamentos aos desdobramentos (30 anos de Michel Pêcheux). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2015.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. RJ: Relume Dumará, 2001.

DUARTE, Elizabeth Bastos. **Televisão**: ensaios metodológicos. Porto Alegre: Sulina, 2004.

ECHEVERRIA, Renata. As representações sociais de Pernambuco no “Jornal Nacional”. In: Flávio Porceloet et al. (Org). **O Brasil (é)ditado**. Florianópolis: Insular, 2012.

FERRARI, Pollyana. **Jornalismo Digital**. São Paulo: Contexto, 2012.

FERREIRA, M. C. L. (Org.). **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre: Instituto de Letras/UFRGS, 2005.

FIGUEIREDO, Rubens; COUTINHO, Ciro. A eleição de 2002. In: **Opinião Pública**, v. 9; n. 2, Campinas/SP, out. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762003000200005> Acesso em: 7 jun. 2017.

FLORENCIO, Ana M. G. et al. **Análise do Discurso**: fundamentos e práticas. Maceió: Edufal, 2009.

GALLI, Fernanda C. S. Deslizamento de sentidos em e na rede. In: AZEVEDO, N. P. S. G; FONTE, R. F. I. **Análise do Discurso**: movimento de interpretação. Curitiba: CRV, 2011.

GOMES, Itania M. M. Estabilidade em fluxo: uma análise cultural do Jornal Nacional, da Rede Globo. In: GOMES, Itania M.M. (Org.). **Análise de Telejornalismo**: desafios teórico-metodológicos. Salvador: EDUFBA, 2012.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Discurso e Mídia**: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003.

GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. In: **Comunicação, Mídia e Consumo**. São Paulo, v. 4, n. 11; p. 11-25, 2007.

GRIGOLETTO, Evandra. Entre a dispersão e o controle: ler os arquivos da internet hoje. In: FLORES, Giovana G. Benedetto et al. (Orgs.). **Análise de Discurso em Rede**: cultura e mídia. Vol. 3. Campinas/SP: Pontes Editores, 2017.

GUILHAUMOU, J. **Linguística e História**: percursos analíticos de acontecimentos discursivos. São Carlos: Pedro & João editores, 2009.

GUILHAUMOU, J; MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. In: **Gestos de Leitura**: da história no discurso. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2014.

HAROCHE, C; HENRY, P; PÊCHEUX, M. La sémantique et La coupure saussurienne: language, language, discours. **Languages**, v. 6, n. 24, 1971, p. 93-106.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

HERNANDES, Nilton. **A Mídia e seus truques**: o que o jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público. São Paulo: Contexto, 2012.

INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, F; MITTMANN, S; FERREIRA, M. C. L. (Orgs.). **Memória e história na/da Análise do Discurso**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.

JAMBEIRO, Othon. **A TV no Brasil do século XXI**. Salvador: EDUFBA, 2002.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. São Paulo: Aleph, 2008.

KUSHNIR, Beatriz. **A grande imprensa apoiou o golpe de 1964**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/a-grande-imprensa-apoiou-o-golpe-e-a-ditadura-e-nao-teve-papel-relevante-para-o-fim-do-regime-1979.html>> Acesso em: 24 maio 2018.

LAGAZZI, S. O recorte significativo da memória. In: INDURSKY, F; LEANDRO FERREIRA, M.C.; MITTMANN, S.(Orgs.). **O discurso na contemporaneidade**: materialidades e fronteiras. São Carlos: Claraluz, 2009.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 7. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2013.

LEAL, Bruno Souza. Do texto ao discurso: as normas sem história dos manuais de telejornalismo. In: GOMES, Itania Maria Mota (Org.). **Análise de telejornalismo**: desafios teórico-metodológicos. Salvador: EDUFBA, 2012.

LEAL FILHO, Laurindo. **Atrás das Câmeras**: relações entre cultura, estado e televisão. 2.ed. São Paulo: Summus, 1988.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LIMA, Carla da Silva. **Heterogeneidade discursiva**: modos da presença do *outro*. Disponível em: <http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao06/artigos_lima.php>. Acesso em: 18 jun. 2018.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAGALHÃES, Belmira. O sujeito do discurso: um diálogo possível e necessário. In: VOESE, Ingo (Org). **Linguagem em Discurso**, v.3. Tubarão/SC: Ed. Unisul, 2003.

MAGALHÃES, Belmira; SILVA SOBRINHO, Helson Flávio. Práticas sociais, discurso e arquivo: a mídia e os gestos de leitura subjacentes. In: **Conexão Letras**, v. 9, n.11, UFRGS, 2014. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/conexaoletras/article/view/55146>>. Acesso em: 2 set. 2017.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso - (Re)ler Michel Pêcheux Hoje**. Campinas: Pontes, 2003.

_____. Elementos para uma história da análise do discurso na França. In: ORLANDI, Eni. (Org.). **Gestos de Leitura**: da história do discurso. Campina/SP: Editora da Unicamp, 2014.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O Capital da Notícia**: jornalismo como Produção Social da Segunda Natureza. São Paulo: Editora Ática, 1989.

MARIANI, Bethania. Arquivo e Língua Nacional. In: ALMEIDA, Eliana de; PAROLIN, Maria Inês (Orgs.). **Fronteiras de Sentido e Sujeitos Nacionais**. Campinas: Editora RG, 2012.

_____. Arquivo e Língua Nacional: percursos de pesquisa. In: TEDESCO, M. T; MEDEIROS, V.G. (Orgs.). **Travessias nos estudos da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2010.

_____. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989. Rio de Janeiro: Revan; Campinas/SP, UNICAMP, 1998.

_____. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). In: ORLANDI, Eni. (Org.). **Discurso Fundado**. Campinas/SP: Pontes, 3. ed. 2003.

_____. Sobre um percurso de análise do discurso jornalístico - A Revolução de 30. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, MCL (Orgs.). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Ed. Sagra Luzzato, 1999.

_____. Subjetividade e imaginário lingüístico. In: VOESE, Ingo (org.). **Linguagem em (Dis)curso**. Universidade do Sul de Santa Catarina, v. 3, número especial. Florianópolis: Editora Unisul, 2003.

MARQUES DE MELO, José. **Comunicação, opinião, desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1975.

_____. **Teoria do jornalismo**: identidade brasileira. São Paulo: Paulus, 2006.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. **História da Imprensa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MARX, Karl. Glosas Críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”. De um prussiano. In: **Revista Práxis**, n. 5. Projeto Joaquim de Oliveira: Belo Horizonte, 1995.

MARX, Karl; ENGLER, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MATTOS, Sérgio. **60 Anos de telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica**. Florianópolis: Insular, 2010.

_____. **História da televisão brasileira: uma visão econômica, social e política**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MELO, A. **As primeiras experiências de telejornalismo na web**. UNOESC, Chapecó, SC, 2002.

MELO, Kátia. **Discurso, consenso e conflito: a (re)significação da profissão docente no Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2011.

MÉZAROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MIGUEL, Luis Felipe. A eleição visível: a Rede Globo descobre a política em 2002. In: **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, 2003, p. 289-310.

MITTMANN, Solange. **Discurso e texto: Na pista de uma metodologia de Análise**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

MOREIRA, Maria Rachel Fiúza. **A (Des)ordem do mundo na ordem do espelho: efeitos de sentido no seqüenciamento das notícias no Jornal Nacional**. Dissertação de Mestrado em Linguística – PPGLL, UFAL, 2016.

NETTO, José Paulo. **Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto memória São Paulo, 1993. Disponível em:
<<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

NUNES, José Horta. **Leitura de arquivo: historicidade e compreensão**. Disponível em:
<<http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/JoseHortaNunes.pdf>> Acesso em: 26 maio 2017.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. Textos selecionados. Campinas, SP: Pontes, 2012.

_____. **Análise de Discurso:** princípios e procedimentos. Campinas/SP: Pontes, 2000.

_____. **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. Campinas/SP: Ed. UNICAMP, 1992.

_____. **Discurso e Texto:** formulações e circulação de sentidos. Campinas/SP: Pontes, 2012.

_____. **Discurso em Análise:** Sujeito, sentido e Ideologia. Campinas/SP: Pontes, 2012.

_____. **Discurso Fundador.** Campinas/SP: Pontes, 2003.

_____. **Interpretação:** autoria, leituras e efeitos do trabalho simbólico. Campinas/SP: Pontes, 2012.

_____. **Introdução.** In: Pêcheux, Michel. O discurso: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 2006.

PATERNOSTRO, Vera Iris. **O Texto na TV:** manual de telejornalismo. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

PÊCHEUX, Michel. Anais do Colóquio (abertura). In: CONEIN, B. et al. **Materialidades Discursivas.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2016.

_____. Ler o arquivo hoje. In: **Gestos de Leitura:** da história no discurso. ORLANDI, Eni (org.). [et al]. 4ªed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2014.

_____. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. 4ª ed. Campinas/SP: Pontes Editores, 2006.

_____. **Papel da memória.** In: Achard, Pierre [et al.].Papel da Memória. Campinas/SP: Pontes, 2010.

_____. Reflexões sobre a situação teórica das ciências sociais e, especialmente, da psicologia social. In: ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso:** Michel Pêcheux. Textos selecionados: Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

_____. **Semântica e Discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso.** Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

_____. Análise automática do discurso. In: GADET, F; HAK, T. (orgs.). **Por uma análise automática do discurso:** uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.

PORCELLO, F.; RAMOS, Roberto. Âncora na TV: a celebração do discurso do poder. In: PORCELLO, F et al. (Orgs.). **O Brasil (e)ditado**. Florianópolis: Insular, 2012.

PRADO, Flávio. **Ponto Eletrônico**. São Paulo: Editora Limiar, 1996.

PRADO, Magaly. **Ciberativismo e noticiário**: da mídia torpedista às redes sociais. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.

RAMIRES, Lídia Maria Marinho da Pureza. **Eles conseguiram**: os sentidos de “sucesso” no jornalismo de televisão. Maceió: EDUFAL; Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2017.

RAMONET, Ignácio. **A explosão do jornalismo**. Das mídias de massa à massa de mídias. São Paulo: Publisher Brasil, 2012.

RAMOS, Roberto. **Rede Globo de Televisão**: 50 anos - a integração cultural e ideológica. 2015. Acessível em: <file:///C:/Users/raqu/Downloads/GTHMID_RAMOS-%20Roberto_%20FREITAS-%20Fernanda.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2017.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009. (Coleção Cibercultura).

REZENDE, Guilherme Jorge de. 60 anos de jornalismo na TV Brasileira: percalços e conquistas. In: VIZEU, Alfredo (Org). **60 anos de telejornalismo no Brasil**: história, análise e crítica. Florianópolis: Insular, 2010.

_____. **Telejornalismo no Brasil**: um perfil editorial. São Paulo: Summus, 2000.

RIBEIRO, A. P. G; SACRAMENTO, I. **A História da Televisão no Brasil do início aos dias de hoje**. São Paulo: Contexto, 2010.

ROBIN, Régine. **A Memória Saturada**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2016.

ROMÃO, Lucília. Formação discursiva e movimentos do sujeito: de como o cortador de cana é falado na mídia. In: BARONAS, Roberto (org). **Análise do Discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007.

_____. **O litígio discursivo materializado no MST**: a ferida aberta na nação. Ribeirão Preto: Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP, 310p. (tese de Doutorado), 2002.

ROMÃO, Lucila et al. Arquivo. In: MARIANI, B; MEDEIROS, V. DELA-SILVA, S. (Orgs.). **Discurso, arquivo e...** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.

SANTOS, Ana Carolina Lima. Realidade e representação: o discurso visual no fotojornalismo. In: **Mediação**. Belo Horizonte. V.10; n. 9, jul/dez, 2009.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 1973.

SILVA, Edna de Mello; ROCHA, Liana Vidigal. Telejornalismo e Ciberespaço: convergência de tecnologias e informação. In: VIZEU, Alfredo et al. (Orgs.). **60 anos de Telejornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2010.

SILVA SOBRINHO, Helson Flávio. Os (Des)arranjos das lutas entre posições idealistas e materialistas na Análise do Discurso. In: BARBOSA FILHO, Fábio Ramos; BALDINI, Lauro José Siqueira. (Orgs.) **Análise de Discurso e Materialismos: práticas políticas e materialidades**. V. II, Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

SILVA, Telma D. da (org.) **Imagens na comunicação e discurso**. São Paulo: Annalume, 2012.

SODRÉ, Nelson W. **A história da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, José Carlos Aronchi de. **Gêneros e formatos na televisão Brasileira**. São Paulo: Summus, 2004.

SQUARISI, Dad. **A arte de escrever bem: um guia para jornalistas e profissionais do texto**. São Paulo: Contexto, 2005.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa. A mistura dos gêneros e o futuro do telejornal. In: VIZEU, Alfredo et al. (Orgs.). **60 anos de telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica**. Florianópolis: Insular, 2010.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo - volume I: porque as notícias são como são**. 3 ed. Florianópolis: Insular, 2011.

VAISMAN, Ester. A ideologia e sua determinação ontológica. In: **A necessária crise na esquerda**. São Paulo: Editora Ensaio, 1989.

VEJA (1969). O País numa rede. **Revista Veja**. Setembro de 1969, vol. 52.

VIZEU, Alfredo. **Decidindo o que é notícia: os bastidores do telejornalismo**. Porto Alegre: EDIPUCS, 2000.

_____. **O lado oculto do telejornalismo**. Florianópolis: Calandra, 2005.

VIZEU, Alfredo et al. (Org.). **60 Anos de telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica**. Florianópolis: Insular, 2010.

ZANDWAIS, Ana. Como os domínios da filosofia da linguagem e da semântica contribuíram para delimitar o objeto da análise do discurso. In: **Revista da ABRALIN**, v. Eletrônico, n. Especial, p. 47-62. 2ª parte. 2011

_____. **Perspectiva da análise do discurso por Michel Pêcheux na França: uma retomada de percurso**. Santa Maria: UFSM, Programa de Pós-Graduação em letras, 2009.

ZOPPI-FONTANA, Mônica G. Acontecimento, arquivo, memória: às margens da lei.
In: Discurso: história, sujeito e ideologia. **Revista Leitura**, PPGLL-UFAL-CHLA. N.
30. Maceió, 2002.